CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

ISSN: 2966-2893

01.

2025

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA
FICHA TÉCNICA

Editores

Júlio Barroso, UNIFESP
Liana de Paula, UNIFESP
Lilian Maria Pinto Sales, UNIFESP
Maurício Ferreira Silva, UFRB

Conselho Editorial

Marília Veríssimo Veronese, UNISINOS
Melvina Araújo, UNIFESP
Gabriela Nunes Ferreira, UNIFESP
Maria Fernanda Lombardi, UNIFESP
Carolina Pulici, UNIFESP
Maria Inês Caetano Ferreira, UFRB
Cláudio André de Souza, UFRB
Mariella Pitombo Vieira, UFRB

Comitê Científico

1. Adriano Codato (Universidade Federal do Paraná - UFPR)
2. Ângela Figueiredo (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB)
3. Breno Souto-Maior Fontes (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)
4. Bruno Wanderley Reis (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
5. Carlos Benedito Martins (Universidade de Brasília – Unb)
6. Carlos Roberto Sanchez Milani (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – IESP/UERJ)
7. Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp)
8. Edison Gastaldo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)
9. Fabiano Engelmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
10. Gustavo Sorá (Conicet/Universidad de Córdoba)
11. Irlys Barreira (Universidade Federal do Ceará - UFCE)
12. Luís Felipe Miguel (Universidade de Brasília – Unb)
13. Marie-Aude Fouéré (École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS)
14. Miriam Rabelo (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
15. Patricia Hill Collins (University of Maryland, College Park)
16. Paula Montero (Universidade de São Paulo – Usp)
17. Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
18. Rachel Meneguello (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)
19. Rafael Bayce (Universidad de la República – Uruguai)
20. Sérgio Costa (Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin)
21. Véronique Boyer (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS)

Projeto gráfico, diagramação e capa: Duo Criativo Comunição

duo.criativocc@gmail.com

PARTICIPE DA CSR
Envie seu texto, sugestões, críticas ou qualquer outra informação que julgue importante para o fortalecimento da CSR para o e-mail:

csr@unifesp.br

UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

UFRB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

sumário

ARTIGOS

Campo da oferta varejista editorial no Brasil (1990-2018): consolidação e transformação das redes de livrarias megastores 05
Carlos Alexsandro de Carvalho Souza

Entre autoritarismos e resistências: as continuidades e inflexões na obra jornalística de Otto Maria Carpeaux 26
Thiago Bicudo Castro

Os vários modos de matar e morrer do racismo: uma tipologia do genocídio da população negra brasileira 46
Victor de Jesus

Decisão de participação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho: análise com base em características individuais e familiares 69
Miqueline Leite Costa; Marco Antonio Jorge; Fábio Rodrigues de Moura

Vivências de prazer e sofrimento de mulheres em teletrabalho 95
Sueli Maria Cabral; Sabrina Valesca da Costa; Carmem Regina Giongo

O caminho do pensamento: reflexões sobre o percurso metodológico de um projeto envolvendo pessoas que vivem com HIV/AIDS 116
Rose Ferraz Carmo; Heliana Conceição de Moura; Rafael Sann Ribeiro; Larissa Cecília dos Santos; Carlos Magno Silva Fonseca; Zélia Maria Profeta da Luz

RESENHA

A centralidade do Brasil nas ciências sociais francesas 128
Jéssica Ronconi

Campo da oferta varejista editorial no Brasil (1990-2018): consolidação e transformação das redes de livrarias megastores

The field of publishing retail offer in Brazil (1990-2018): consolidation and transformation of megastores bookstore networks

Ámbito de oferta editorial minorista en Brasil (1990-2018): Consolidación y transformación de megatiendas en cadenas de librerías.

Carlos Alexsandro de Carvalho SOUZA

carlos.carvalho@ifal.edu.br

Doutor em Sociologia (UFS), mestre em Sociologia (UFAL), licenciado em Ciências Sociais (UFAL) e bacharel em Direito (UFAL). Professor efetivo de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL).

Este artigo analisa o processo de consolidação e transformação do campo da oferta varejista editorial a partir do estudo do modelo de livrarias megastores. Servindo-se da bibliografia especializada da sociologia econômica, com ênfase na abordagem bourdieusiana, a pesquisa descreve analiticamente as principais práticas dos agentes construtores desse campo, destacando a transição geracional dos gestores da livraria Cultura como estudo de caso através do qual a estrutura do mercado editorial brasileiro entre os anos de 1990 e 2018 pode ser compreendida. A mobilização dos biográficos, estatísticos e documentais permitiram concluir que o modelo das redes de livrarias megastores, responsável pelo processo de consolidação da autonomia relativa do campo da oferta editorial no período considerado, sofreu impacto severo diante do processo de recrudescimento de varejistas desafiantes cujos modelos de oferta se amparavam nos marketplaces digitais, exemplificados pela Amazon e pelos efeitos isomórficos que eles produziram no campo, o qual foi significativamente reconfigurado diante do declínio das livrarias megastores.

DOI: 10.34024/csr.2025.61.1.17359

v.61, n.1, 2025 — ARTIGO

Palavras-chave: Campo editorial; Livrarias megastores; Livraria Cultura.

This article analyzes the process of consolidation and transformation in the field of editorial retail offerings based on the study of the mega bookstore model. Using the specialized bibliography of economic sociology, with an emphasis on the Bourdieusian approach, the research analytically describes the main practices of the building agents in this field, highlighting the generational transition of the managers of Cultura bookstore as a case study through which the structure of the publishing market Brazilian between 1990 and 2018 can be understood. The mobilization of biographical, statistical and documentary data allowed us to conclude that the model of mega bookstore chains, responsible for the process of consolidating the relative autonomy of the field of editorial offerings in the period considered, suffered a severe impact due to the process of resurgence of challenging retailers whose models of supply was supported by digital marketplaces, exemplified by Amazon and the isomorphic effects they produced in the countryside, which was significantly reconfigured in the face of the decline of mega bookstore.

Keywords: Editorial field. Mega bookstore. Cultura bookstore.

Este artículo analiza el proceso de consolidación y transformación en el ámbito de la oferta editorial minorista a partir del estudio del modelo de librería megatienda. Utilizando bibliografía especializada de sociología económica, con énfasis en el enfoque bourdieusiano, la investigación describe analíticamente las principales prácticas de los agentes de la construcción en ese campo, destacando la transición generacional de los gerentes de la librería Cultura como un estudio de caso a través del cual se puede comprender la estructura del mercado editorial brasileño entre los años 1990 y 2018. La movilización de datos biográficos, estadísticos y documentales permitió concluir que el modelo de las cadenas de megatiendas de librerías, responsables del proceso de consolidación de la relativa autonomía del campo de la oferta editorial en el período considerado, sufrió un severo impacto debido al proceso de resurgimiento de minoristas desafiantes cuyos modelos de oferta estaban apoyados en los mercados digitales, ejemplificados por Amazon y los efectos isomórficos que produjeron en el campo, que se reconfiguró significativamente ante el declive de las megatiendas de librerías.

Palabras clave: Campo editorial; Librerías megastore; Librería Cultura.

Introdução

O campo da oferta varejista editorial experimentou transformações relacionadas à digitalização e à financeirização nas duas últimas décadas, modificando a configuração do mercado editorial brasileiro, impactando especialmente o lugar ocupado pelas livrarias. As livrarias megastores disseminaram seu discurso e autoimagem como equipamentos culturais em oposição

às livrarias de rua e às corporações editoriais, produzindo um tipo de oferta que resultou da continuidade da especialização e profissionalização das práticas dos agentes econômicos que se iniciaram na década de 1990 nesse campo. Este artigo analisa as práticas econômicas dos agentes responsáveis pela construção da oferta varejista editorial realizada pelas redes de livrarias megastores entre os anos de 1990 e 2018, quando eram o modelo dominante no mercado editorial brasileiro.

Ao amparar-se nos pressupostos teóricos da Nova Sociologia Econômica, com ênfase no modelo de Pierre Bourdieu (2005), o trabalho descreve analiticamente as principais características do campo da oferta varejista editorial, as mudanças que as livrarias megastores promoveram e sua relação com os demais agentes que ocupavam a posição de desafiantes no recorte temporal elaborado.

Dois núcleos amparam as reflexões sobre as megastores neste artigo: primeiro, a definição e caracterização das livrarias megastores, acompanhada da constatação do modo como seu crescimento afetou o relacionamento com os demais agentes, como editores, distribuidores, atacadistas e as livrarias de pequeno porte, instaurando novas disputas no interior do campo. Segundo, como seu modelo de oferta se condicionava ao desenvolvimento das tendências mais amplas de varejo promovidas pela proliferação dos shoppings centers no Brasil.

Além dos aportes teóricos mobilizados, o artigo se serve da análise biográfica (Koche, 2013) e apresenta um estudo de caso sobre a transição geracional dos gestores na Livraria Cultura, enfatizando as trajetórias profissionais e os capitais de Pedro Herz e Sergio Herz para indicar o modo como a profissionalização, a financeirização e a digitalização do campo provocaram remodelações nas práticas dos agentes econômicos diante da emergência do comércio eletrônico e da chegada de novos desafiantes no campo da oferta varejista de bens e serviços editoriais.

Através do estudo das práticas dos agentes selecionados e do modelo empresarial que representam, buscou-se identificar aspectos estruturais do campo editorial, além de indicadores de sua imersão e condicionamento pelo espaço social do varejo de forma ampliada, consideravelmente modelado pela financeirização e pela digitalização (Charan, 2019), impactando os mercados culturais, especialmente o varejista editorial.

As livrarias com modelo megastore e a mutação do livreiro

As livrarias megastores são livrarias físicas com tamanho médio de 1.000 m2, predominantemente situadas em shoppings centers, e oferecem um número elevado de títulos distribuídos por diversos subsetores da produção editorial nacional e internacional. Não formam estoques de seus produtos, expondo todos os exemplares nas prateleiras e utilizando o máximo de espaço disponível para a composição do que convencionalmente chamam de salão da loja, espaço útil onde os consumidores podem circular e ter acesso a todos os exemplares disponíveis na livraria (Thompson, 2013).

A forma de organização das livrarias megastores demonstra como os agentes produtores da oferta desenham o mundo e o objetivam através da construção do espaço social (Bourdieu, 2002). O tipo de crença presente no discurso de seus gestores

reproduz, indiretamente, a ideia de que a aproximação entre o campo econômico e o campo editorial não compromete sua representação pública como espaço de sociabilidade e fruição cultural, em resposta às controvérsias sobre o distanciamento do contato do livreiro com o leitor (Machado, 2018; Sorá, 2010), característico do modelo varejista da editora-livraria predominante no Brasil entre as décadas de 1910 e 1950.

Esse modelo de livraria busca sustentar uma autoimagem de equipamento cultural, expressa nos slogans e visões institucionais das principais redes varejistas[1], no espaço que oferece, na natureza das atividades que busca promover e na forma como amplifica a gestão de suas marcas ao promover e administrar a cobertura de suas atividades nas redes sociais digitais. Apesar de as megastores serem um modelo empresarial varejista de lojas físicas, o uso das plataformas digitais e marketplaces (Bicalho, 2020) vem crescendo ao longo dos últimos anos, se revelando um instrumento de divulgação e fortalecimento das marcas, além de estar associado ao comércio eletrônico como um canal de venda das redes.

Em pesquisa exploratória realizada nos sites institucionais das três maiores redes de livrarias megastores do Brasil (Saraiva, Cultura e Leitura), é possível constatar a diligente construção discursiva que busca reforçar a diferenciação em relação aos modelos das livrarias de pequeno porte, dissimulando estrategicamente o que poderia parecer uma relação estritamente econômica, sobretudo quando se verifica a ênfase na ideia de promoção de experiências culturais. Como afirma Bourdieu (2005), esse jogo de negação econômica é característico do campo da arte, e aqui repercute no mercado editorial.

Dessa forma, revela-se a ambivalência das empresas culturais em relação às suas formas de justificativa e autoimagem. O pressuposto discursivo de que o mercado cultural não é subsumido pelo interesse econômico persiste, mesmo que se trate de uma empresa cujo principal objetivo é a geração de lucros. Isso ocorre porque, segundo Bourdieu (2002), a doxa do campo editorial oscila sempre entre o interesse econômico e o interesse literário, reproduzindo uma crença dos agentes no jogo do qual participam e no qual tem interesse.

O que muda, ao se considerar diferentes momentos de um mesmo campo, neste caso, o da oferta varejista editorial ao longo da história do mercado editorial brasileiro, são os agentes e a forma como esse jogo de interesse econômico e literário acontece.

As livrarias megastores se tornam dominantes porque seus agentes e suas estruturas de capital corresponderam a um novo modelo que combina interesse econômico e literário. Ela mantém aspectos da doxa, que é arte pela arte, mas redimensiona a questão do interesse econômico (Bourdieu, 2002) em oposição às livrarias de pequeno porte (Schettino, 2012). As esferas são as mesmas, mas ela modifica o seu conteúdo para adequá-lo às estruturas objetivadas no espaço social que se impõem como regra, como modo de funcionamento objetivado. Essa não era uma questão relevante no campo

[1] Conforme apresentado nos seus sites institucionais, nas abas de “quem somos” e “perfil corporativo”. Cultura: “Poder transformador da informação e da cultura”, Saraiva: “Empresa focada em educação, cultura e entretenimento”, Leitura: “Leitura é muito mais que uma livraria”. Acesso em: 14 ago. 2022.

em outros momentos de sua história, já que estava mais imerso no universo das práticas culturais, mais restrita ao campo da arte e aos capitais sociais relacionados ao prestígio de certos círculos sociais, reproduzindo as diversas interdições ao acesso e consumo de livros.

Diferente das tradicionais livrarias de pequeno porte, onde a figura do livreiro muitas vezes se confundia com a do atendente, vendedor e dono, com menor nível de diferenciação funcional (Lyons, 2011; Machado, 2008), nas livrarias megastores, a divisão de tarefas passa a exigir diferentes competências específicas para as diferentes subáreas da produção literária e para os relacionamentos comerciais profissionais com os demais agentes da cadeia produtiva (Kuba, 2015).

A figura do livreiro (El Far, 2006; Lindoso, 2004; Mollier, 2010) sofreu uma mudança significativa na década de 1990 com a ascensão das megastores como dominantes no campo da oferta varejista editorial. Nesse momento, seu modelo converge com a expansão de um dos equipamentos mais decisivos para o crescimento do varejo no Brasil: os shoppings centers. Na primeira metade do século XX, diante de um mercado nacional mais concentrado e regionalizado, ainda não estavam presentes as condições de possibilidade que produziriam a especialização inicial deste campo, separando a figura do editor da figura do livreiro, criando diferenciações empresariais como o surgimento das corporações editoriais na década de 1960 e, por fim, consolidando a efetiva autonomização do campo da oferta varejista editorial nos anos 1990.

É a partir desse momento que o livreiro se consagra como um tipo de curador de livros, detentor de um saber cada vez mais profissionalizado e especializado sobre as mais recentes produções, traduções, autores e tendências, além, é claro, da incorporação do habitus econômico nas suas práticas administrativas e comerciais de gestão das livrarias, especialmente na formação e gerenciamento dos acervos e nos aspectos contábeis e financeiros (Sá-Earp; Kornis, 2005; Epstein, 2002), diferentemente do que ocorria na fase do predomínio das pequenas livrarias de rua, nas décadas de 1970 e 1980 (Sorá, 2010; Zaid, 2004).

A megastore é o modelo de livraria que consagra essa transição. Elas surgiram como livrarias tradicionais de rua nas décadas de 1970 e 1980 e iniciaram sua expansão como redes varejistas na década de 1990 reproduzindo as formas modernas de gerenciamento, racionalização e impessoalidade (Barbosa, 2002), deslocando a função do "livreiro de balcão" (1930), de frente da livraria especializada (1960), para as salas e escritórios de gestão profissional (2000) das redes varejistas de livros, lidando com maior número de editoras, distribuidoras e atacadistas (Souza, 2022).

A progressiva transição das compras físicas para as compras on-line ocorrida com maior vigor a partir de 2015 é um fator relevante para a compreensão dos desafios e declínio do desempenho do setor editorial, além de indicar novas relações de força entre os principais agentes do setor, observadas por meio do estudo das livrarias megastores.

Desse modo, na recomposição da gênese do campo da oferta varejista editorial, o estudo das livrarias megastores

permite localizar os novos atores e o conjunto de capitais que compõe a illusio dominante no campo editorial, marcados pelas transformações nas práticas dos livreiros, pelas livrarias físicas e pelos novos desafios decorrentes da popularização das novas plataformas virtuais de oferta varejista, tais como o e-commerce e o marketplace.

Shoppings centers e as livrarias megastores: fruição cultural e convergência varejista

Os shoppings centers são indicadores importantes da expansão do varejo físico de bens e serviços e uma das expressões mais marcantes dos efeitos do processo de urbanização das cidades na contemporaneidade (Garrefa, 2008). No Brasil, esse mercado teve seu marco inicial no ano de 1966 com a inauguração do Shopping Iguatemi no estado de São Paulo (Pintaudi; Frugoli, 2010).

A transição da década de 1990 para a de 2000 foi marcada por um processo de ampliação e diversificação dos usos dos espaços físicos dos shoppings centers (Abrasce, 2019). Além da crescente promoção desses eventos e atividades culturais, os shoppings são responsáveis pela concentração da oferta de alguns dos principais mercados culturais convencionais, como é o caso das livrarias e cinemas. As redes varejistas de livrarias megastores se constituíram a partir do seu deslocamento e expansão para os shoppings no final da década de 1990. Fizeram dessa relação um de seus aspectos distintivos, se tornando representativas da centralidade e concentração da oferta de bens e serviços culturais promovidos por esses grandes empreendimentos varejistas. Reforçaram, deste modo, sua força no campo da oferta varejista editorial.

Na década de 1970 nos EUA, a expansão das redes varejistas com modelos de megastore se deslocou dos shoppings centers para os bairros, como foi o caso das duas redes varejistas mais representativas: Borders e Barnes & Noble (Thompson, 2013). No auge dessa expansão, no ano de 1993, a Barnes & Noble tinha 723 livrarias em todo território norte-americano, com absoluta predominância das megastores (695 lojas) frente às suas livrarias de shoppings (98 lojas)[2], consolidando a predominância de livrarias megastores de rua e diminuindo maciçamente sua presença nos shoppings centers.

No Brasil houve um processo bastante peculiar na relação entre as livrarias megastores e os shoppings centers, se comparado ao que ocorreu nos EUA, onde o modelo de livraria megastore surgiu. Foi apenas na década de 1990 que se registrou o início do processo de expansão das principais redes de megastores brasileiras (Leitura, Saraiva e Cultura) com a progressiva abertura de lojas fora de seus estados de origem (MG, SP e SP, respectivamente). A peculiaridade desse processo é que o conceito de livraria megastore sempre esteve associado à oferta desse modelo dentro dos shoppings centers, o que culminou na expansão das redes e da própria infraestrutura decorrente do crescimento do número de shoppings que também começou a aumentar a partir do mesmo período. A tabela a seguir

[2] Dados apresentados por John Thompson no livro “Mercadores de Cultura” (2013). O autor se serviu de dados disponibilizados pela American Bookseller Association.

Tabela 1. Expansão comercial dos shoppings centers no Brasil no auge das megastores
Table 1. Commercial expansion of shopping centers in Brazil at the height of megastores

ANO	N.° DE SHOPPINGS	ABL (MILHÕES DE M2)	LOJAS	FATURAMENTO BILHÕES R$/ANO)	EMPREGOS	TRÁFEGO DE PESSOAS (MILHÕES/MÊS)
2006	351	7,492	56.487	50	524.090	203
2007	363	8,253	62.086	58	629.700	305
2008	376	8,645	65.500	64,6	700.650	325
2009	392	9,081	70.500	74	707.166	328
2010	408	9,512	73.775	91	720.641	329
2011	430	10,344	80.192	108,2	775.383	376
2012	457	11,403	83.631	119,4	804.683	393
2013	495	12,940	86.271	129,2	843.254	415
2014	520	13,846	95.242	142,3	978.963	431
2015	538	14,68	98,200	151,5	990,126	444
2016	558	15,200	99,999	157,9	1.016,428	439
2017	571	15,580	102,3	167,8	1.029.367	463
2018	563	16,322	104.928	178,7	1.085.40	490

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce, 2019).

apresenta os dados sobre a expansão dos shopping centers no Brasil no período de crescimento das redes de livrarias megastores.

É nesse quadro que as livrarias megastores se situam física e discursivamente. Ao reivindicarem para si o reconhecimento como centros culturais, percebe-se que a construção de sua autoimagem depende cada vez menos do produto livro e mais do conjunto de serviços e produtos de outras categorias que oferecem, asseverando o que Lipovetsky e Serroy conceituam como "modo de produção estético voltado a um tipo de oferta que se consagra no hiperconsumo" (2015, p. 40).

A expansão geral do varejo e dos hábitos de consumo no Brasil, estimulados pela proliferação dos shoppings centers, também impactou o mercado varejista de livros, modificando as práticas dos agentes construtores da oferta e convertendo livrarias tradicionais em cadeias de redes varejistas e consolidando suas posições dominantes no campo (Souza, 2022). As livrarias que dispunham de recursos e posições mais favoráveis na década de 1990 se deslocaram para os shoppings e expandiram suas operações mediante a abertura de filiais, tais como as livrarias Cultura, Saraiva e Leitura. No mesmo período, diversas livrarias tradicionais, como a Siciliano, foram adquiridas e incorporadas às novas dominantes em função das dificuldades de competição mediante as novas regras do jogo.

Mudanças provocadas pelas megastores no mercado editorial

As práticas comerciais, como a aquisição e oferta de livros realizadas pelas grandes redes varejistas, possuem uma relação direta com o desenvolvimento dos demais agentes da cadeia produtiva do livro, como editoras e distribuidoras. Com as primeiras, as livrarias megastores fizeram das compras em consignação (Sá-Earp; Kornis, 2005), prática que surgiu como forma complementar de aquisição de livros para revenda, a forma predominante de aquisição de exemplares (Thompson, 2013). É possível identificar uma mudança na relação de poder entre as livrarias megastores e as editoras nesse quesito, quando comparadas com as livrarias de pequeno porte que não possuem o mesmo poder de barganha.

No auge de sua expansão em 2014, juntas, as três maiores redes varejistas de livros possuíam cerca de 150 livrarias, quase todas com modelo de megastore, situadas nos shoppings centers das principais capitais e regiões metropolitanas das cinco regiões do país. Em termos de pontos de vendas, essa quantidade não representava nem 10% do tamanho do mercado varejista, mas em termos de operações, faturamento e impacto nos demais agentes da cadeia, esse número correspondia a mais de 70% de domínio no mercado (CBL, 2016).

Em levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[3] registrou-se a diminuição da quantidade total de livrarias e a concentração da oferta, o que sugere que mesmo considerando o aumento do número total das megastores pelas redes varejistas e o crescimento de suas atividades fora dos estados nos quais estão suas sedes, não houve um aumento no volume total de pontos de venda de livros no Brasil. O número total de livrarias[4] vem caindo no Brasil desde o final dos anos 1990, mesmo considerando o número de lojas abertas pelas grandes redes.

Segundo a mesma pesquisa, no ano de 1999, as livrarias estavam presentes em 35,5% dos municípios, registraram aumento para 42,7% em 2001, mas desde então houve queda contínua até 2014, ano que registrou a presença de livrarias em apenas 27,4% dos municípios brasileiros. De acordo com dados da Associação Nacional de Livrarias (ANL, 2016; CBL, 2016), 69% das livrarias possuem apenas uma loja, 12% possuem entre duas e dez lojas, e 19% possuem mais de dez lojas (redes).

Isso significa que a concentração da oferta reconfigurou o mercado de modo a ampliar a presença relativa das megastores, ainda que 69% das livrarias em atividade no Brasil possuam apenas um ponto de venda. O poder de barganha, prazos mais favoráveis, maiores descontos e o interesse das editoras na visibilidade

[3] Relatório Perfil dos Estados e Municípios – Cultura. 2014. Desde 1999, em intervalos não regulares, o IBGE faz o levantamento do panorama de equipamentos culturais, nos quais insere as livrarias, a partir de dados coletados nos municípios. Disponível em IBGE | Biblioteca | Detalhes | Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura 2014. Acesso em: 12 set. 2022.

[4] O estudo não apresenta distinção em relação ao porte das livrarias, apenas sua contabilização como comércio cuja principal atividade econômica é a venda de livros.

promovida nos espaços físicos das grandes redes são alguns dos fatores que indicam sua centralidade na construção da oferta.

Fatores como a estabilização econômica, o controle da inflação e a valorização do salário-mínimo caracterizaram a transição para os anos 2000 e permitiram o crescimento das atividades varejistas em diversos segmentos e a ampliação do setor de serviços na composição geral do PIB nacional, refletindo-se no aumento maciço do comércio de bens e serviços, inclusive daqueles relacionados ao lazer e ao entretenimento. A ampliação do consumo das famílias também se refletiu no maior percentual do orçamento destinado a bens e serviços culturais, saltando de 3% em 2002 para 5% em 2010, segundo dados do IBGE[5].

Nesse contexto, aquelas que eram pequenas livrarias de rua nos estados de São Paulo (Cultura), São Paulo (Saraiva) e Minas Gerais (Leitura), intensificaram seu ritmo de crescimento, o que produz um deslocamento semântico da livraria como espaço de comercialização de livros para espaço de ampliação das experiências literárias (Fonseca, 2013), de lazer e entretenimento relativamente mais acessível, dada a presença nos shoppings centers e o maior fluxo de pessoas que as visitavam, não obstante o número muito aquém de livrarias por habitantes recomendado pela Unesco (ANL, 2014).[6].

As livrarias megastores também aceleraram o deslocamento conceitual e de representação social da livraria: do sentido de espaço cultural vinculado à presença de intelectuais e universitários (Silva, 2019), que lhes conferia uma aura de legitimidade de reconhecimento simbólico pelo fato de possuir mais interdições materiais e simbólicas, para um ideal de espaço cultural baseado na oferta de atividades mais diversificadas para um público mais amplo, alterando sua oferta, seus produtos e serviços.

A centenária rede de livrarias Saraiva foi a pioneira no processo expansionista marcado pelo deslocamento das livrarias de rua para os modelos de megastores nos shoppings centers. Com aquisição da rede de livrarias Siciliano no ano de 2013, consagrou sua presença no varejo de livros com o maior número de livrarias do país, 117 lojas em 2014, ainda que no mesmo período tenha passado por importantes reestruturações dos seus focos de atuação.

As redes de livrarias megastores Cultura e Leitura experimentaram processos de expansão semelhantes no mesmo período, indicadores da convergência entre as transformações no varejo geral, representadas pelo modelo dos shoppings centers, e seu modo de construção da oferta editorial (Bertolde, 2020), o que indica como este modelo varejista encontrou condições favoráveis para ocupar posição dominante no campo mediante esse conjunto de convergências.

A Livraria Cultura como estudo de caso

Se é possível sustentar a ideia de que a Livraria Saraiva foi pioneira na comercialização de livros, na mudança de

[5] Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio. 2012. Disponível em IBGE | Biblioteca | Detalhes | PNAD 2012 : Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Acesso em: 19 jun. 2023.
[6] A agência especializada das Nações Unidas recomenda uma livraria para cada 10 mil habitantes. No Brasil, há uma livraria para cada 64 mil habitantes, ao passo que nos EUA, essa relação é de uma para cada 14 mil habitantes.

sua estrutura de capitais, em processos de financeirização e na adequação para as mudanças no setor (Sorá, 2010), a Livraria Cultura carrega consigo o pioneirismo na convergência das atividades comerciais com a ideia de livraria como equipamento cultural (Herz, 2017).

A história da Livraria Cultura começa em 1947 quando o casal Kurt Herz e Eva Herz chegam ao Brasil depois de emigrarem da Alemanha às vésperas da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Iniciaram o serviço de aluguel de livros na cidade de São Paulo através da Biblioteca Circulante, semente do empreendimento editorial que depois se transformou na Livraria Cultura. Eva Herz foi a responsável pela gestão da livraria em sua fase inicial e seu crescimento ocorreu mediante a construção de redes de relacionamento com diversos imigrantes alemães que chegavam à região, o que indicava a importância dos capitais sociais e literários, associados ao personalismo, nesta fase do empreendimento.

Depois do crescimento contínuo das atividades da livraria nas duas décadas seguintes, ela se desloca do espaço doméstico para um espaço próprio, especializando-se nas atividades varejistas editoriais e sendo gerenciada por Pedro Herz, filho do casal fundador. Duas décadas depois a Cultura já era uma das mais importantes livrarias do país (Costa, 2017).

Por meio da preferência por lojas situadas em outros centros ou equipamentos culturais, como é o caso da tradicional livraria do Conjunto Nacional, situada em uma das principais avenidas na cidade de São Paulo, é considerada a expressão máxima da oferta varejista no conceito de megastore e já foi considerada a maior livraria em operação no país (Belém, 2018), com 3,5 mil m².

> *Somos um centro de entretenimento, onde a busca pelo produto é apenas o início de uma jornada enriquecedora: nossas lojas permitem o acesso à informação e às manifestações culturais por meio de seu extenso acervo, [além] de teatros, auditórios, cafés, eventos e publicações exclusivas. Nosso lema é proporcionar diariamente experiências que transformam. [...] Estamos aqui para receber aqueles que querem ter acesso à cultura em qualquer de suas formas.*[7]

Nos anos seguintes, especialmente a partir de 2000, a rede ampliou seu número de lojas pelo Brasil, começando por Porto Alegre, e inaugurou sua primeira megastore dentro de um shopping center. As inaugurações nas cidades de Recife-PE, Fortaleza-CE, Curitiba-PR, Salvador-BA reforçaram a marca Livraria Cultura como referência em livraria megastore (Souza, 2018). Esses aspectos indicam o quadro geral de transformações na estrutura do campo da produção da oferta varejista no período em que o modelo das livrarias megastores se tornou dominante.

Através do estudo da Livraria Cultura é possível compreender aspectos importantes das transformações dos agentes construtores do campo da oferta varejista editorial, sobretudo quando se observam os processos de transformação no papel do livreiro, da

[7] Dados coletados do site da Livraria Cultura, no campo “Quem somos”. Disponível em https://www.livrariacultura.com.br/quem-somos. Acesso em: 3 fev. 2023.

crescente especialização do campo, dos processos de financeirização por meio das fusões e aquisições, os dilemas em relação à atuação no comércio eletrônico e, principalmente, a abertura de lojas em shoppings fora do seu estado de origem entre os anos de 1990 e 2016.

Do livreiro tradicional ao administrador profissional: transição geracional na Livraria Cultura

À frente da Livraria Cultura desde o ano de 1968, quando a pequena livraria de rua se deslocou para o Conjunto Nacional, na Avenida Paulista, região nobre da cidade de São Paulo, Pedro Herz representa a segunda geração de livreiros da empresa familiar quando a fundadora, Eva Herz, se afastou definitivamente dos negócios (Aranha, 2014). Esse é o primeiro movimento de crescimento que corresponde a um só tempo ao aumento vertiginoso do porte e da visibilidade da livraria e a construção de sua autoimagem como equipamento cultural.

Pedro Herz também teve experiência como editor, o que lhe permitiu conhecer as técnicas características dos bastidores da produção do livro. Junto com mais dois amigos, um dos quais um alagoano, filho de Graciliano Ramos, Ricardo Ramos, criou a editora HRM, com a intenção de atuar no nicho das biografias de personalidades do mundo empresarial. Obtiveram êxito comercial, mas a pequena editora foi fechada em pouco tempo em função de seus sócios estarem envolvidos com várias outras atividades (Herz, 2017). Pedro Herz, por sua vez, se via cada vez mais envolvido com as responsabilidades da livraria.

Desta experiência, destaca-se a imersão experimentada por Pedro Herz no mundo editorial nacional, já que ampliava os contatos com importantes agentes da cadeia, como agentes literários, editoras e distribuidores.

> *Ter sido editor foi uma experiência importante. Primeiro, porque pude travar contato com todas as etapas do livro, da negociação inicial dos direitos autorais até o momento final da venda ao consumidor. E segundo, porque ter sido editor um dia me fez ver que, na verdade, sou livreiro (Herz, 2017, p. 86).*

Na década de 1970 o mercado editorial brasileiro ainda era marcado pela forte presença das corporações editoriais, empresas que atuam mais nos diversos segmentos complementares do campo varejista (ampliação dos selos editoriais e distribuição) que na expansão de suas livrarias ou na construção de redes. Neste período ainda imperavam as livrarias de rua que começavam a firmar suas posições diante do crescimento geral e da autonomização do mercado de bens culturais.

Só no ano de 1996 a gestão da Livraria Cultura avança com sua expansão para abrir uma filial. Dessa vez o conceito de megastore já era o modelo a ser adotado e sua instalação em um shopping center

[5] Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio. 2012. Disponível em IBGE | Biblioteca | Detalhes | PNAD 2012 : Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Acesso em: 19 jun. 2023.
[6] A agência especializada das Nações Unidas recomenda uma livraria para cada 10 mil habitantes. No Brasil, há uma livraria para cada 64 mil habitantes, ao passo que nos EUA, essa relação é de uma para cada 14 mil habitantes.

era o objetivo (Belém, 2018). Isso só se materializou quatro anos depois, com a inauguração da primeira megastore.

Pedro Herz vivenciou as principais mudanças na sociedade brasileira que afetaram, em maior ou menor escala, o varejo do livro. Das batidas policiais no contexto da ditadura militar, passando pelas dificuldades nos contratos, negociação com editoras e distribuidoras e precificação no período da crise inflacionária, até a efetiva adoção do modelo de megastore e a expansão nos anos 2000, o livreiro ficou conhecido pela construção de uma rede que se afirmou como uma das principais representantes do varejo de livros no país (Andrade, 2018; Aranha, 2014). Anos depois, seu filho Sérgio Herz seria responsável pela continuidade da rede de livrarias e pela readequação do modelo construído por Eva e consolidado por Pedro.

A gestão de Sérgio Herz na Livraria Cultura começou em 2009, quando passou a ocupar o cargo de CEO da varejista nacional. Seu pai, Pedro Herz, cedeu o cargo que ocupou por 41 anos na dianteira dos negócios da empresa (Bertolde, 2020). Desde os 16 anos de idade, Sérgio já desempenhava funções na livraria situada no Conjunto Nacional como estagiário, passando por diversos setores até ocupar a atual função. É formado em Administração pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) e possui especialização na mesma área pela University of Toronto, no Canadá (Abdalla, 2015; Melo, 2013).

A gestão realizada por Sérgio Herz é marcada pela fase mais dinâmica em termos de readequações da rede face à financeirização do campo (França, 2017), às transformações no cenário nacional do varejo, à expansão do comércio eletrônico e aos efeitos multidimensionais da digitalização, especialmente no que diz respeito aos hábitos culturais.

O modelo de readequação da livraria Cultura pode ser apreciado a partir de dois processos correlatos: primeiro, a manutenção da ênfase nas lojas físicas, desde que sejam passíveis de conversão em equipamentos culturais mais diversificados (Andrade, 2018; Herz, 2017). Segundo, na ênfase na ampliação da presença digital, na medida em que este canal reponde por percentuais cada vez mais altos do faturamento da rede livreira.

Essas modificações internas acentuadas na gestão de Sérgio Herz indicam a visão particular de um administrador profissional na dianteira dos negócios e, quando submetidas à análise sociológica, evidenciam o modo como seu comportamento constitui uma das dimensões que ajudam a compreender a estrutura do campo editorial na última década. Foi sob a gestão de Sérgio Herz que a Livraria Cultura experimentou os efeitos do processo de financeirização do campo da oferta varejista editorial com maior intensidade.

Essa transição evidencia o modo como o campo age a partir dos indivíduos e seus capitais, revelando como os modelos empresariais constroem e reproduzem uma visão de mundo que se coaduna com as interfaces entre o campo particular onde atuam e os demais campos fronteiriços. Dessa forma, o estudo de uma transição de gestão empresarial que toma os indivíduos como unidade de análise, pressupõe necessariamente a influência das visões de mundo dos grupos e dos espaços sociais que lhes dão os contornos como fatores que se manifestam objetivamente em suas práticas.

Tabela 2. Comparação de capitais e marcadores discursivos entre a 2° e a 3° geração na livraria Cultura
Table 2. Commercial expansion of shopping centers in Brazil at the height of megastores

FATOR/TEMA	PEDRO HERZ	SÉRGIO HERZ
GERAÇÃO	2°	3°
PERÍODO	1968-2009	2009 – (atual)
FORMAÇÃO	Form. Téc. Livreiro	Administrador/MBA
MODELO DE EMPRESA	Predominantemente familiar	Predominantemente profissional
ESPAÇO SOCIAL/CAPITAL	Livraria/Editorial	Gestão/Finanças
DIMENSÃO FÍSICA REDE	Predominantemente física	Híbrida (física/digital)
NÚCLEO DO DISCURSO	Crise da formação de leitores	Transformações globais do varejo
PRODUTO LIVRO	Afeto/Cultura/Comércio	Estratégia/Negócio/Indutor
FUTURO DA LIVRARIA	Reavaliar megastore	Transição digital / Readequação Física
NÚCLEO DA EXPANSÃO	Desconcentração / quantitativa	Omnichannel / qualitativo
DESAFIANTES	Saraiva, Leitura	Amazon, Varejistas Digitais Generalistas
PÚBLICO	Leitores	Consumidores
VARIÁVEL SOCIAL	Falta de política pública p/ livro e leitura	Mudanças nos hábitos de consumo e digitalização do varejo
ATUAÇÃO E-COMMERCE	Episódica / Site	Episódica / Site

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor com informações coletadas em entrevistas concedidas pelos agentes selecionados e disponíveis ao público na internet. Todos os dados estão referenciados ao longo da seção.

Roberto Grün (1999) destaca que o processo de transformação das visões empresariais de mundo a partir da década de 1980 no Brasil produziu um cenário que fez emergir novas justificativas empresariais com base em princípios até então exógenos, de caráter mais mercadológico, financeiro e global, acentuando a transição da forma de administração familiar pautada na confiança e lealdade, para uma forma mais técnica, profissional e baseada em critérios de qualidade, competência e controle administrativo e contábil.

> *E, ao procurarmos as razões do predomínio dessas construções, constatamos a ação de mecanismos culturais cujo escopo é bem mais amplo que as arenas econômicas organizacionais que pesquisamos. Assim, considero central e adequado analisar a lógica cultural que circunscreve o espaço das possibilidades de mudanças organizacionais (Grün, 1999, p. 123).*

As mudanças que ocorrem no espaço social em que os atores do campo estão inseridos também produzem e evidenciam os conflitos em torno da consagração da nova ordem que busca se legitimar como forma de classificação e hierarquização, impondo a visão legítima do mundo social

(Bourdieu, 2002). Esse conflito tende a arrefecer à medida que os agentes se adequam às suas prerrogativas, o que não significa que o campo está completamente estabilizado e isento de lutas.

No caso do campo varejista editorial, tomando como referência a profissionalização da gestão ocorrida na Livraria Cultura, a entrada de um novo gestor está longe de representar apenas um novo conjunto de valores individuais e pessoais. Ela diz respeito a uma forma de construção de uma nova convergência entre o mundo empresarial, representado pelos capitais e valores que orientam a conduta do agente, e o novo ambiente cultural e econômico no qual a empresa se situa. Dessa maneira, a razão pela qual o quadro que tipifica e compara Pedro e Sérgio Herz ganha mais sentido quando vista sob a perspectiva das transformações nas formas de construção da oferta varejista editorial e essa, por sua vez, em função das transformações no comportamento coletivo. É o agente como ponto de interseção entre o campo particular e a estrutura social que atua como fator disruptivo.

Essa transição também ocorreu na livraria aqui considerada, no modo como cada uma das gerações de gestores da Livraria Cultura (Eva, Pedro e Sério Herz) expressam uma forma de gestão que reproduz, no particular, aspectos estruturais.

Essa evolução nas formas de gerenciamento do varejo brasileiro (Gersick, 2017), em especial na construção da oferta no campo editorial, não ocorre de forma linear em ordem de substituição progressiva, permitindo diferentes formas de arranjos e coexistência dos modelos em função da natureza dos mercados culturais, ainda que tenham sido cada vez mais afetados pela racionalidade financeira que recai sobre eles.

Financeirização no campo da oferta varejista de livros e o caso da Livraria Cultura

No contexto da expansão que a rede de megastores experimentava na primeira década dos anos 2000, ampliando o número e o tamanho de suas lojas, além da incorporação sucessiva de inovações tecnológicas e nas formas de gestão, o fenômeno da financeirização também passou a exercer influência na Livraria Cultura. Entre os anos de 2009 e 2017 a Livraria Cultura experimentou dois processos de financeirização: a mudança na sua estrutura de capitais e aquisição da FNAC e da Estante Virtual.

Sob administração de Sérgio Herz, a mudança na estrutura de capital da empresa, até então integralmente familiar, cedia espaço às formas mais diversificadas de composição, estruturação e gerenciamento (Kuba, 2015), com vistas a ampliar a expansão e modernizar a rede.

Depois de diversas tratativas e negociações que duraram mais de dois anos, finalmente no ano de 2009, o fundo administrado pela Neo Investimentos/ Banco Itaú, a Capital Mezanino, passou a integrar a estrutura gerencial da rede varejista, adquirindo 25% de participação (G1, 2009). A ideia central era ampliar a profissionalização da gestão da rede através da diversificação das fontes de capital, aproveitando a conjuntura econômica favorável aos diversos segmentos do varejo no país (Costa, 2017).

O controle da cadeia de livrarias continuava nas mãos da família Herz, sob direção de Sérgio Herz, mas a partir

de então, a forma de administração e prestação de contas sofreria modificações consideráveis, diante do novo conjunto de critérios contábeis e financeiros que a nova composição societária ensejava (G1, 2009).

No ano da composição da sociedade com o fundo de investimentos, a rede contava com 8 lojas, mantendo um ritmo de abertura de uma loja por ano. Uma das contribuições apontadas pelo proprietário da rede foi a possibilidade de aceleração desse ritmo, dobrando a quantidade de livrarias (Peçanha, 2014).

Essa mudança concretiza a primeira das mais expressivas mudanças em direção ao processo de financeirização experimentado pela Livraria Cultura, indicando a relação entre transformações mais amplas na estrutura da oferta varejista no Brasil e seus reflexos no campo editorial, por meio das associações com fundos de investimento, fusões, aquisições e redirecionamento de operações e do modelo de negócio.

Internamente, a varejista já construía seu plano de transição para o e-commerce, diante da relevância do segmento e, como passivo motivador da reestruturação, os altos custos fixos que a rede possuía em função do seu modelo de megastores, também objeto de apreciação da família Herz. De acordo com Pedro Herz, o modelo precisava ser repensado diante das mudanças nos hábitos de leitura no Brasil e do crescimento da cultura digital (Melo, 2016).

A rede multinacional de Livrarias FNAC era uma das principais concorrentes da Livraria Cultura. Controlada pela acionista Pinault-Printemps La Redoute, operava no Brasil desde o ano de 1999, depois de adquirir as operações de varejo da editora Ática, no ano anterior. A empresa de origem francesa chegou ao seu auge possuindo 12 lojas distribuídas em 7 estados brasileiros, e é bastante conhecida pela oferta varejista de produtos editoriais e eletrônicos.

Em consequência do agravamento da crise econômica que abalou o faturamento do varejo, acentuado no ano de 2016 quando a queda foi de 16% no varejo editorial (CBL, 2018), a FNAC anunciou publicamente sua intenção de encerrar as operações no Brasil apontando esse quadro como um agravante das dificuldades de operação que já vinha apresentando nos anos anteriores (O Globo, 2017).

Os termos da operação chamaram atenção pelo modo como foram definidos. Diferentemente das formas tradicionais de aquisição no varejo, onde a empresa adquirente assume totalmente o controle da adquirida, efetuando o pagamento pela aquisição das operações, da marca e dos pontos de venda, o que ocorreu na prática foi uma espécie de aporte de capital de cerca de R$ 130 milhões na livraria adquirente (O Globo, 2017), a Cultura.

Em contrapartida, a Cultura assumiu os passivos operacionais e trabalhistas da FNAC que, se optasse pelo encerramento efetivo de suas operações no Brasil, demitindo os mais de 500 funcionários e fechando suas 11 lojas, teria custos financeiros muito mais elevados. Por um lado, o aporte garantia a minimização dos riscos e prejuízos da rede francesa e, por outro, representava um aporte de recursos que facilitaria o cumprimento das obrigações financeiras da Cultura junto às editoras, que já se avolumavam desde 2015. Tratava-se, portanto, de uma estratégia realizada entre duas empresas que já se encontravam em dificuldade nas suas atuações no mercado editorial brasileiro.

A aquisição ocorrida em julho de 2017 representou um importante salto para as operações da Livraria Cultura, especialmente em direção à ampliação de suas operações para o canal digital, já que cerca de 50% da receita da FNAC era proveniente do comércio eletrônico (Carrenho, 2017). Longe de se resumirem às decisões individuais ou a medidas empresariais relativamente independentes, as peculiaridades da operação financeira revelam aspectos estruturais do campo, como a posição ocupada pela Livraria Cultura face às disputas travadas em torno de sua manutenção como dominante, notadamente em declínio, dependente de parcerias para aporte de capital, e o esforço para readequação de seu modelo na transição para o comércio eletrônico.

A transição foi decisiva para fazer frente à nova arena da oferta varejista de bens e serviços editoriais que passava a ser colonizada pela desafiante e nativa digital Amazon. A aceitação da desaceleração econômica e seus efeitos no varejo editorial como uma das causas de agravamento da situação das redes megastores, em especial a Cultura, não ofusca o fenômeno social mais relevante em curso: a financeirização dos agentes construtores da oferta varejista no campo editorial e a intensificação da digitalização da oferta, fazendo emergir novos agentes econômicos, alguns dos quais nativos no campo editorial, outros, migrantes do varejo em geral.

No mesmo ano em que realizou a aquisição da rede FNAC, 2017, a Cultura deu mais um passo em direção da ampliação de sua presença no comércio eletrônico ao adquirir 100% da plataforma de livros Estante Virtual (Carrenho, 2017), criada em 2005, pioneira na oferta varejista de livros usados pela internet e o primeiro marketplace de livros no Brasil (Publishnews, 2016).

A aquisição da Estante Virtual revelou a estratégia e iniciativa da Cultura em direção a ampliação da sua presença no varejo digital de livros. A projeção e representatividade comercial da Estante Virtual lhe conferia o reforço de suas operações digitais em um momento em que, mais do que mera ampliação dos negócios, havia a necessidade de uma reestruturação que lhe garantisse a sobrevivência diante das severas transformações no campo.

A medida alavancava a presença digital, até então restrita às operações em seu site e às parcerias feitas com as plataformas das Casas Bahia e Ponto Frio, já que não possuía seu próprio marketplace. A aquisição supriria essa carência, ao mesmo tempo em que lhe conferiria a extensão de sua base de clientes, medidas necessárias para a recuperação de sua posição frente ao crescente domínio das varejistas nativas digitais de livros, como Submarino e Amazon, e os demais canais de varejistas digitais generalistas, como MagaLu e Americanas/B2W, que passavam a atuar maciçamente no varejo editorial.

As táticas implementadas pela Cultura devem ser vistas pelo conjunto global da forma de funcionamento e das práticas dominantes no campo, pois a aquisição de um marketplace já consolidado (Estante Virtual) revela os efeitos do crescimento da Amazon, varejista que já dava indícios de que se tornaria a maior plataforma digital de oferta varejista de livros, modificando as relações de poder nesse campo.

Os processos de financeirização e digitalização do campo da oferta varejista editorial brasileira podem observados a partir da tese do isomorfismo institucional

de DiMaggio e Powell (2005), a qual chama atenção para o modo como os agentes econômicos se observam no campo e, em função das transformações decorrentes de inovações tecnológicas, faz com que os que ocupam posições dominantes exerçam um poder de condicionamento das estratégias dos aspirantes, impingindo-lhes formas de adequação às condições ambientais, garantido a reprodução das condições do seu domínio. A ascensão da Amazon como varejista editorial produziu o efeito isomórfico nos demais agentes do campo na medida em que a sobrevivência de muitos deles passava a depender da adesão ao marketplace de Jeff Bezos em decorrência do declínio das livrarias físicas a partir de então.

Esse quadro de transformações caracterizado pela ascensão das livrarias com modelo de megastores ao polo dominante do campo sofreu severas alterações nos últimos anos, sobretudo diante da emergência das até então desafiantes, como as varejistas digitais generalistas que passaram a atuar no campo da oferta varejista editorial, sintetizadas no paradigma erigido pela Amazon.

As duas maiores redes de livrarias megastores (Cultura e Saraiva) entraram em processo de recuperação judicial no final de 2018, indicando as consequências da financeirização e da digitalização do campo. Ambas fecharam a maior parte de suas livrarias físicas e buscaram ampliar sua atuação nos marketplaces, novas arenas comerciais administradas por grandes varejistas como a Amazon e MagaLu, as quais passaram a estabelecer novas regras de funcionamento do campo da oferta varejista editorial brasileira (Souza, 2022).

Em maio de 2023 a falência da Livraria Cultura foi decretada por não atendimento ao plano de recuperação judicial que fora aprovado em 2020 (Sobota, 2023). Nesta data, a rede de livrarias megastores que chegou a atingir 17 livrarias físicas, possui apenas 2 unidades, e tem ampliado suas estratégias para atuação nos canais digitais. Esse é mais um indicador das severas transformações decorrentes da financeirização e digitalização do campo, aceleradas, sobretudo, pela atuação da Amazon no Brasil.

Considerações finais

Ao descrever analiticamente as principais características das livrarias megastores, suas linhas de força discursivas e o modo como buscaram reforçar sua autoimagem como equipamentos culturais, o presente artigo demonstrou uma nova forma de acomodação entre os campos literário e econômico no recorte temporal considerado. Ao consolidarem a autonomização do campo varejista e os processos de profissionalização do livreiro, as livrarias megastores redimensionaram as relações com os demais agentes da cadeia editorial, tais como editores e distribuidores, reconfigurando, em razão da posição dominante que alcançaram, as práticas varejistas do setor.

O crescimento das megastores convergiu com a expansão dos shoppings centers, especialmente porque seu modelo varejista editorial produziu homologias em relação às principais justificativas e discursos acerca da oferta de lazer, entretenimento e promoção de experiências culturais daquele empreendimento varejista que se expandiu a partir da década de 1980. O desenvolvimento da sociedade de consumo modificou o modo

como a oferta é produzida, refletindo-se, especialmente, na imbricação entre as práticas de compras e as práticas de lazer, impactando os mercados culturais no Brasil, especialmente o editorial.

Com base em dados biográficos, estatísticos e documentais, o estudo de caso da transição geracional na administração da Livraria Cultura identificou as mudanças relacionadas à ampliação da administração profissional nas redes varejistas de livros, o que indica que as práticas econômicas dos agentes econômicos não são produtos de comportamentos individuais, mas do modo como o campo opera sobre eles. Por esse motivo, a nova configuração do campo se coaduna com a crescente financeirização e digitalização da oferta varejista, fatores que se tornaram cada vez mais importantes no mercado editorial brasileiro, sobretudo diante da emergência da Amazon e dos efeitos isomórficos que ela produziu no campo.

As incursões desenvolvidas no trabalho permitiram atingir os objetivos pretendidos no recorte temporal considerado, permitindo a problematização do processo de expansão, domínio e declínio do modelo de livraria megastore a partir de transformações nos tipos de capitais e recursos decisivos nas interseções entre cultura e mercado, o que indica a profunda imersão social dos agentes construtores na oferta varejista editorial e da autonomização e reprodução das lógicas de disputa pelo polo dominante do campo, preceitos da nova sociologia econômica com inspiração bourdieusiana corroborados neste trabalho.

Referências

Abdalla, A. (2015). A difícil tarefa de profissionalizar a Livraria Cultura. *Época Negócios*. Disponível em https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/02/dificil-tarefa-de-profissionalizar-livraria-cultura.html. Acesso em 12/08/2023.

Andrade, G. (2018). Pedro Herz, da Livraria Cultura, dá entrevista exclusiva ao Correio. *Correio Braziliense*. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2018/03/04/interna-trabalhoeformacao-2019,663787/pedro-herz-da-livraria-cultura-da-entrevista-exclusiva-ao-correio.shtml. Acesso em 04/03/2022.

Aranha, C. (2014). Pedro Herz, o vendedor de livros da livraria Cultura. *Exame*. Disponível em https://exame.com/pme/o-vendedor-de-livros-da-livraria-cultura/. Acesso em 08/08/2023.

Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce). (2019). *Evolução do setor:* número de shoppings centers. São Paulo, 21p.

Associação Nacional de Livrarias (ANL). (2010). *Anuário nacional de livrarias*. São Paulo, 15p.

Associação Nacional de Livrarias (ANL). (2014). *Anuário nacional de livrarias*. São Paulo, 22p.

Associação Nacional de Livrarias (ANL). (2018). *Diagnóstico do setor livreiro*. São Paulo, 41p.

Barbosa, L. (2002). *Cultura e empresas*. Rio de Janeiro: Zahar, 82p.

Belém, E. (2018). A fantástica história da Livraria Cultura. *Revista Bula.* Disponível em https://www.revistabula.com/12390-a-fantastica-historia-da-livraria-cultura/. Acesso em 21/01/2023.

Bertolde, C. (2020). Saraiva e Cultura: livrarias amargam crise e fecham lojas. *SOS notícia*. Mercado Editorial. Disponível em https://www.sosnoticia.com.br/noticia/229/saraiva-e-cultura-livrarias-amargam-crise-e-fecham-lojas. Acesso em 20/10/2022.

Bicalho, S. (2020). *O papel de loja física na estratégia omnichannel do varejo no Brasil.* São Paulo, SP. Dissertação de mestrado em Administração. Insper.

Bourdieu, P. (2002). *Las estructuras sociales de la economia*. Buenos Aires: Manantial, 251p.

Bourdieu, P. (2005). *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das letras, 395p.

Câmara Brasileira do Livro. (2018). *Produção e vendas do setor editorial brasileiro*. São Paulo, v.1, 53p.

Câmara Brasileira do Livro. (2016). *Produção e vendas do setor editorial brasileiro*. São Paulo, v.1, 85p.

Carrenho, C. (2017). Por que a Cultura comprou a Estante Virtual? *Notícias Publishnews.* Disponível em https://www.publishnews.com.br/materias/2017/12/26/por-que-a-cultura-comprou-a-estante-virtual. Acesso em 26/12/2022.

Charan, R. (2019). *O sistema Amazon*. São Paulo: Planeta, 2019. 224p.

Costa, P. (2017). Bate papo com Pedro Herz, fundador da Livraria Cultura. Canal *VIRTVS*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=wa--OAoc9hc. Acesso em 08/01/2022.

Dimaggio, P.; Powell, W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 45 (2), 74-89.

El Far, A. (2006). *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, 215p.

Epstein, J. (2002). *O negócio do livro:* passado, presente e futuro do mercado editorial. Rio de Janeiro: Record, 170p.

Fonseca, L. (2013). *Crescimento da indústria editorial de livros no Brasil e seus desafios*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 142p.

França, S. (2017). Sulivan França entrevista Pedro Herz da Livraria Cultura. *Foco & Gestão*. 10 de julho de 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=7b5utfqctBg. Acesso em 13/05/2022.

G1. (2009). Com novo sócio, Livraria Cultura quer dobrar o ritmo de expansão. *G1* – Economia e Negócios, São Paulo, 19 de janeiro. Disponível em https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL961874-9356,00-COM+NOVO+SOCIO+LIVRARIA+CULTURA+QUER+DOBRAR+RITMO+DE+EXPANSAO.html#:~:text=%22N%C3%A3o%20precisamos%20de%20s%C3%B3cios%2C%20estamos,mesmo%2C%20a%20venda%20da%20Cultura. Acesso em 21/07/2023.

Garrefa, F. (2008). A evolução da indústria de shopping center no Brasil: tendências recentes. I*n. II Colóquio Internacional sobre*

o comércio e a cidade: uma relação de origem. São Paulo, 61-69p.

Gersick, K. (2017). *De geração para geração*: ciclos de vida das empresas familiares. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 312p.

Grün, R. (1999). Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e a resistência a ela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41), 121-40. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300008.

Herz, P. (2017). *O livreiro Pedro Herz*. São Paulo: Editora Planeta, 2017, 240p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2015). *Perfil dos Estados e dos Municípios brasileiros*: Cultura. Rio de Janeiro, 182p.

Koche, J. (2013). *Fundamentos da metodologia científica*. Rio de Janeiro: Vozes, 277p.

Kuba, L. (2015). Sergio Herz (Livraria Cultura). *Programa Man in the arena*. Ep. 80. 15 de março de 2015. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=LnrFmzSz0t0. Acesso em 08/01/2023.

Lindoso, F. (2004). *O Brasil pode ser um país de leitores?* Políticas para o livro. São Paulo: Summus, 2004, 116p.

Lipovetsky. G.; Serroy, J. (2015). *A estetização do mundo*: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 472p.

Lyons, M. (2011). *Livro*: uma história viva. São Paulo: Senac, 2011, 224p.

Machado, U. (2008). *Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 194p.

Melo, G. (2016). Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital. *BNDES setorial*, 36, 429-473.

Melo, L. (2013). 3 fontes que inspiraram Sérgio Herz, dono da Livraria Cultura. *Exame*. 20 de agosto. Disponível em https://exame.com/negocios/3-fontes-que-inspiram-sergio-herz-dono-da-livraria-cultura/. Acesso em 14/05/2023.

Mollier, J. (2010). *O dinheiro e as letras*: história do capitalismo editorial. São Paulo: Unesp, 533p.

O Globo. (2017). FNAC anuncia que irá se retirar do Brasil. *O Globo*, 28 de fevereiro. Disponível em https://oglobo.globo.com/economia/fnac-anuncia-que-ira-se-retirar-do-brasil-20992165. Acesso em 25/11/2023.

Peçanha, A. (2014). *Da gestão familiar à profissionalização de franquia*: o estudo de uma livraria brasileira. Dissertação de mestrado em Administração. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 183p.

Pintaudi, S.; FRUGOLI, H. (2010). *Shopping centers*: espaço, cultura e modernidade nas sociedades brasileiras. São Paulo: Unesp, 134p.

Publishnews. (2016). Estante virtual registra crescimento de 26% em janeiro. *Publishnews*. Disponível em https://www.publishnews.com.br/materias/2016/03/03/estante-virtual-registra-crescimento-de-26-em-janeiro. Acesso em 7/11/2023.

Sá-Earp; F. Kornis, G. (2005). *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 32p.

Sá-Earp; F. Kornis, G. (2012). *A cadeia produtiva do livro e a leitura*. São Paulo: Instituto pró-livro, 121p.

Schettino, T. (2012). Empreender a vocação: a tensão entre moral "cultural" e moral capitalista na legitimação das práticas dos livreiros. *Dilemas - Revista de*

estudos de conflito e controle social, 5 (3), 513-531.

Silva, S. (2019). *O jeito de ser livreiro no Brasil*: notas sobre o mercado de bens simbólicos. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado em Filosofia. Universidade Federal de São Paulo, Unifesp, 142p.

Sobota, G. (2023). Justiça volta a decretar falência da Livraria Cultura. *Publishnews*, São Paulo, 17 de maio de 2023. Disponível em https://www.publishnews.com.br/materias/2023/05/17/justica-volta-a-decretar-a-falencia-da-livraria-cultura.

Sorá, G. (2010). *Brasilianas*: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Com-arte, 379p.

Souza, C. (2018). As livrarias megastores e a digitalização do simbólico: convergências e divergências na configuração do mercado editorial brasileiro. *In: Anais do Seminário Nacional de Sociologia da UFS*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS. Universidade Federal de Sergipe – 25 a 27 de abril, p. 35-49.

Souza, C (2022). Diferenciação, digitalização e marketplace: transformações no campo da oferta varejista editorial brasileira. Aracaju, SE. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe – UFS, 234p.

Thompson, J. (2013). *Mercadores de cultura*. São Paulo: Unesp, 430p.

Zaid, G. (2004). *Livros demais*: sobre ler, escrever e publicar. São Paulo: Summus, 143p.

Recebido em 25/11/2023. Aprovado em 22/07/2024.

Selo Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Entre autoritarismos e resistências: as continuidades e inflexões na obra jornalística de Otto Maria Carpeaux

Between authoritarianism and resistance: continuities and inflections in the journalistic work of Otto Maria Carpeaux

Entre autoritarismos y resistencias: continuidades e inflexiones en la obra periodística de Otto Maria Carpeaux

Thiago Bicudo CASTRO

thiagobc.castro@gmail.com
Doutor em Sociologia (Unicamp/EHESS), professor do Senac SP.

O artigo refaz uma parte da trajetória intelectual de Otto Maria Carpeaux desde seu período de vida na Europa até o exílio no Brasil. Nesse ínterim são levantados aspectos relevantes da vida pessoal e profissional desse intelectual com a finalidade de sustentar a tese da dialética entre continuidades e inflexões. Esta tese possibilitou a compreensão de como Carpeaux realizou tomadas de posição no campo político e cultural e se adaptou às mudanças que dois momentos autoritários – Nazismo (1939) e Golpe civil-militar de 1964 – provocaram em sua vida. Amparado teórica e metodologicamente no materialismo cultural de Raymond Williams, a dialética de continuidades e inflexões permitiu um questionamento e problematização das referências à obra de Carpeaux baseadas na dicotomia continuidade x ruptura.

Palavras-chave: Otto Maria Carpeaux; Continuidades; Inflexões; Barroco; Autoritarismos.

The article retraces part of Otto Maria Carpeaux's intellectual trajectory from his period of life in Europe until his exile in Brazil. In the meantime, relevant aspects of the personal and professional life of this intellectual are raised in order to support the thesis of the dialectic between

DOI: 10.34024/csr.2025.61.1.17388

continuities and inflections. This thesis made it possible to understand how Carpeaux took positions in the political and cultural field and adapted to the changes that two authoritarian moments – Nazism (1939) and the 1964 civil-military coup – provoked in his life. Theoretically and methodologically supported by the cultural materialism of Raymond Williams, the dialectic of continuities and inflections allowed for questioning and problematizing the references to Carpeaux's work based on the continuity x rupture dichotomy.

Keywords: Otto Maria Carpeaux; Continuities; Inflections; Baroque; authoritarianisms.

El artículo reconstruye una parte de la trayectoria intelectual de Otto Maria Carpeaux, desde su período de vida en Europa hasta su exilio en Brasil. En este intervalo, se abordan aspectos relevantes de su vida personal y profesional con el objetivo de sustentar la tesis de la dialéctica entre continuidades e inflexiones. Dicha tesis permitió comprender cómo Carpeaux asumió posiciones en el ámbito político y cultural y cómo se adaptó a los cambios que dos momentos autoritarios – el Nazismo (1939) y el Golpe civil-militar de 1964 – provocaron en su vida. Fundamentada teórica y metodológicamente en el materialismo cultural de Raymond Williams, la dialéctica de continuidades e inflexiones posibilitó un cuestionamiento y una problematización de las referencias a la obra de Carpeaux basadas en la dicotomía continuidad x ruptura.

Palabras clave: Palablas Clave: Otto Maria Carpeaux, Continuidades, Inflexiones, Barroco, Autoritarismos

Introdução

Otto Maria Carpeaux[1] foi um intelectual atuante entre a produção jornalística e a militância política e cultural em dois contextos político-culturais e sócio-históricos que tinham em comum, por um lado o elemento do autoritarismo, por outro o engajamento de uma parte dos intelectuais nas questões políticas. Na Áustria e especificamente em Viena, Carpeaux – nesta época ainda Karpfen[2] de nascimento e Fidelis nas assinaturas de artigos na imprensa – marcava posição crítica frente ao avanço do pangermanismo de Hitler e do pan-eslavismo dos russos (Stalin) sobre seu país.

Este artigo que ora vos apresento é parte dos resultados de uma pesquisa que teve, dentre os objetivos, analisar a reorganização

[1] Otto Karpfen, seu nome de registro, nascido na Áustria em 1900, frequentou diferentes universidades europeias e teve uma formação ampla em Filosofia, Matemática, Sociologia, Literatura Comparada, Política. Apesar de sua maior contribuição ter sido nas Ciências Humanas e crítica literária, sua formação acadêmica inicial foi em Química, tendo inclusive realizado um doutorado nessa área, na Universidade de Viena. Em 1939 fugiu para o Brasil, após uma breve passagem pela Bélgica, acompanhado da esposa, em decorrência da Anschluss – anexação da Áustria pela Alemanha de Hitler. No Brasil aprendeu português por meio da literatura nacional e rapidamente tornou-se especialista em literatura brasileira e renomado crítico literário. A partir de 1941, com o apoio de Álvaro Lins, passou a escrever suas críticas e outros textos no jornal carioca Correio da Manhã, onde ficou conhecido por sua erudição. Entre 1964 e 1978 – ano de sua morte – Carpeaux escreveu para inúmeros jornais alternativos de resistência ao regime militar.

do campo intelectual brasileiro após o Golpe de 1964[3]. O propósito de investigar a posição social assumida por Otto Maria Carpeaux no processo de reorganização dos intelectuais oposicionistas brasileiros nesse contexto permitiu uma definição das características de uma estrutura de sentimento e a compreensão das dinâmicas que garantiram a manutenção de Carpeaux numa posição de destaque entre aqueles intelectuais. Parti de uma hipótese que encontrou em diferentes formações culturais dos anos 1940, 50 e 60 a gênese da constituição de uma estrutura de sentimento, que integrou e contribuiu para a reorganização dos intelectuais de oposição nas resistências culturais no Brasil pós-Golpe. Dessas formações culturais destaco a presença de instituições que as compuseram, como a grande imprensa, a imprensa alternativa, a crítica cultural – literária, musical, teatral etc. – e partidos políticos de esquerda, nos quais Carpeaux teve participação ativa, com exceção dos partidos políticos.

Nesta pesquisa avaliei o impacto da produção crítica de Carpeaux entre os anos 1930 e 50 sobre sua atuação militante nos 1960 e apresentei outra hipótese que permitia estabelecer relações entre sua produção pré e pós-Golpe de 1964. Esta hipótese situou Carpeaux a partir da dialética *continuidade* x *inflexão* sustentada por categorias que serão expostas e definidas no decorrer do artigo, como: tradição, passado e resistência. O que se constatou foi que Carpeaux utilizou o ofício de crítico literário não apenas para a sua sobrevivência financeira, mas também como uma forma de revisão de valores e estratégias políticas defendidas na fase austríaca. Para isso, ele realizou um retorno crítico e adaptativo ao que ficou do passado de sua vida pessoal e profissional mediado por tradições religiosas do catolicismo e do barroco, bem como do engajamento político-militante de sua resistência aos riscos políticos encarados pela Áustria. Aquilo que Otto Karpfen produziu nos anos 1930 ainda podia ser observado de maneira fragmentada e reprocessada no que Otto Maria Carpeaux produziu no exílio até o fim de sua vida. Portanto, nota-se sempre uma presença do passado, mas que quando se volta para o presente oferece uma síntese ininteligível para quem reduz sua obra a fases – europeia/exílio/Golpe de 1964 – sem ou com pouca conexão entre elas. É por isso que o recurso da dialética permite uma visão mais profunda sobre a complexidade manifestada por Carpeaux em todas as suas décadas no Brasil, especialmente nos anos subsequentes ao Golpe de 1964. Sem esse olhar dialético, a obra de Carpeaux poderia ganhar interpretações que falseiam suas intervenções culturais e políticas, pois conseguem sem muito esforço encontrar um excesso de passado sobre o presente ou uma total ruptura do autor com seu passado. Saber até que ponto passado e presente dialogam em toda a obra jornalística de Carpeaux – inclusive na pouco conhecida produção na imprensa alternativa – sem incorrer em simplificações foi o que levou à confirmação da hipótese da dialética de continuidades e inflexões, sendo, portanto, apresentada como uma tese.

[2] Ao me voltar para as produções de Otto Maria Carpeaux entre os anos de 1920 e 1930 irei me referir a ele como "Karpfen", seu nome de registro oficial.
[3] Castro, T. B. (2022). Passado, Tradição e Resistência: dialética de continuidades e inflexões na obra jornalística de Otto Maria Carpeaux. Campinas, SP. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 185p.

Como se sabe, Carpeaux esteve em contato com diferentes contextos intelectuais europeus entre as décadas de 1920 e 1930, contudo todos os projetos nos quais sabemos que ele esteve engajado eram de orientação político-religiosa católica e chancelados pela própria Igreja. Para esta pesquisa, três momentos foram primordiais para posicionarmos e analisarmos a obra jornalística de caráter político do intelectual em questão. O primeiro momento se localiza nos anos 1930 em Viena, fase de sua vida ainda pouco conhecida ou explorada; o segundo é no Rio de Janeiro, entre 1940 e 1964, quando sua atividade na grande imprensa se concentrava especificamente em escrever crítica literária; e o terceiro momento é o do pós-Golpe civil-militar de 1964, quando Carpeaux passa a compor a imprensa alternativa de esquerda e a cerrar fileiras das resistências culturais, e mesmo se aproximar da luta armada.

Em que pesem as diferenças de época, continente, cultura, idioma etc., houve dois elementos que, para Carpeaux, serviram para diminuir a distância temporal e espacial e despertar a memória da época de sua fuga de Viena. Trata-se do autoritarismo e do engajamento. São elementos comuns a duas estruturas de sentimento vivenciadas por Carpeaux em Viena e no Rio de Janeiro e servem como estruturantes das características da dialética continuidade x inflexão, que são: tradição, passado e resistência. Nos dois momentos o autoritarismo foi vivido por Carpeaux na forma de engajamento. Ao defender uma política baseada no barroco católico para a Áustria, ele acabou por se empenhar na defesa de uma forma autoritária de governo, que era a monarquia dos Habsburgos; quando se engajou na defesa da autonomia austríaca após a Grande Guerra, ele se opôs a formas autoritárias, na qual de um lado estava a monarquia e do outro o pangermanismo nazista.

No Brasil, a relação que Carpeaux empreendeu com o seu novo campo intelectual, a partir de 1940, com novos sujeitos e temas moldou uma dialética de "continuidade e inflexão" que era constantemente acionada pelos elementos de tradição religiosa, passado representado por sua vida pessoal, relações interpessoais estabelecidas e o autoritarismo político, e a resistência com seu engajamento na luta política pela autonomia da Áustria, que após 1964 teria um efeito mais prático sobre os escritos e na militância de Carpeaux. Aspectos essenciais de sua trajetória intelectual europeia não foram completamente abandonados ou simplesmente ressignificados após o Golpe de 1964. Houve de sua parte um reprocessamento dos temas que ora remetiam aos valores católicos e barrocos de sua fase europeia, ora se afinavam com o ideário das esquerdas católicas ou comunistas.

Viena fin-de-siècle: o passado revisado de Carpeaux

A fase europeia da vida de Otto Maria Carpeaux, e precisamente o período entre Guerras na Áustria, pode ser bem elucidada a partir de sua aproximação e comprometimento com o programa clerical do Partido Social Cristão (Silva, 2015, p. 226) e em seu trabalho como crítico de política internacional na imprensa de Viena. As críticas de Karpfen assumiam certa particularidade entre os intelectuais e artistas católicos dos anos 1920 e 30, pois resgatavam valores perdidos há tempos ou pulverizados na sociedade vienense

daquele período. É plausível afirmar que as análises críticas propostas por Karpfen tinham um conteúdo romântico de resgate de uma estrutura política, social e cultural antiquadas e não mais compatíveis com a *zeitgeist* das primeiras décadas do século XX. Pela própria maneira como ele se posicionava frente às questões de seu tempo e por sua postura engajada, Otto Karpfen era um sintoma daquelas transformações de décadas que vinham ocorrendo.

Na década de 1950, após mais de dez anos vivendo no Brasil, numa coletânea de textos intitulada *Retratos e Leituras*, Otto Maria Carpeaux escreveu algumas memórias sobre Viena, ou melhor, sobre as "Reminiscências vienenses". Neste breve artigo Carpeaux manifesta um pouco do seu descontentamento com o que Áustria havia se tornado. Era como se ele ainda pudesse escutar os ecos dos intermináveis ensaios noturnos de Gustav Mahler com seus músicos. Mas também complementa o que se lia em 1934, em *Caminhos para Roma*, um dos livros publicados por ele em sua fase europeia:

> *Mas o resultado? Os sonhos de perfeição artística, depois do esplendor feérico de uma apresentação na Ópera Imperial, acabaram nesta mesma noite. Só ficam reminiscências. Até o canto litúrgico, ininterrupto desde há séculos, na atmosfera espanhola da capela do Paço Imperial dos Habsburgos, já acabou. Acabou o próprio Império dos Habsburgos, que parecia construído para toda a eternidade, deixando nas almas um vago sentimento de "Tudo em vão". Ou será o último reflexo do Vanitas, vanitatum vanitas do Barroco e da dinastia espanhola? (Carpeaux, [1953] 1999a, p. 630).*

Na literatura, Karpfen mostra que as mudanças no formato da obra, deixando de ser uma epopeia para se tornar contos breves, é um dos resultados desse mesmo processo de longa duração que esvaziou a arte de seus princípios religiosos e a preencheu com os valores da sociedade burguesa.

> *A epopeia chega ao fim; é comprida demais e tediosa demais para um homem de negócios que tem muito pouco tempo. Abrevia-se primeiro em romance, depois em novela e finalmente em conto. O drama requer estatutos religiosos e morais absolutos em favor ou desfavor dos quais os seus heróis vençam ou caiam; a sociedade burguesa liberal, contudo, desacreditando da "absolutidade" dos valores, deixa-os subir e descer como as cotações da bolsa (Carpeaux, [1934] 2014, p. 107).*

Karpfen não poupava de críticas as religiões não cristãs, fossem elas europeias ou do Oriente. Em sua análise não havia outra religião capaz de salvar a arte de sua desfiguração que não o catolicismo romano. Num capítulo dedicado a analisar a situação das artes naquele período e explicar as possibilidades de renovação, o autor destaca nomes que considerava expressões católicas de sua época. Suas conclusões, apesar de previsíveis, visto o caráter panfletário do livro, seriam a base para as suas reflexões sobre política nos textos em jornais e no livro *A missão europeia da Áustria* (1935).

Como brevemente mencionado, Karpfen elencava alguns artistas, intelectuais, políticos e publicistas como verdadeiros homens austríacos. Dentre todos os nomes

que Karpfen citou em seus livros e artigos para jornais e revistas tanto na Áustria quanto no Brasil, há um em especial que aparece diversas vezes e que, devido a isso, julgo importante fazer um aprofundamento a fim de esclarecer as bases conservadoras de Karpfen, bem como as inflexões que ocorreriam nas décadas seguintes.

O autor em questão é o poeta Hugo von Hofmannsthal (1874-1929), cuja principal obra, intitulada *Der Turm* (A Torre), de 1927, foi objeto de extensas reflexões literárias e políticas de Otto Karpfen/Carpeaux. Também esse poeta foi uma figura destacável no contexto da crise da cultura liberal vienense. Nascido de uma família rica tipicamente vienense daqueles anos, ou seja, meio aristocrática, meio burguesa, Hoffmannsthal foi uma síntese da tradição estético-aristocrática da burguesia. Ao dar um testemunho na forma de artigo para jornal, Karpfen, já rebatizado como Carpeaux, nos primórdios dos anos de 1940 deu destaque às origens católicas do poeta vienense. "Hofmannsthal sempre foi um católico exemplar, no sentido também de uma universalidade ecumênica, compreensiva"[4] (Carpeaux, [1942] 1999b, p. 141).

Carpeaux também alude ao fato de que a poesia de Hofmannsthal inaugura a época simbolista na poesia de língua alemã, e que esta é uma época especificamente austríaca. Entretanto, o brilho do poeta que encantava a nova e velha intelligentsia vienense, ávida por conteúdos e mercadorias culturais, se torna exíguo por anos e, mesmo quando tenta retornar, reaparece sob a forma de obras rasteiras e mal elaboradas. Nos dizeres de Carpeaux, essa foi uma época na qual o poeta apresentou "obras falidas, malfeitas, tragédias gregas com um histerismo insuportável, arranjos de velhas peças inglesas, comédias sem força cômica" (Carpeaux, [1942] 1999b, p. 141-142).

Neste ponto da análise de Carpeaux, é necessário reestabelecermos as conexões entre o poeta, a vida cultural vienense marcada pela crise do fin-de-siècle e acontecimentos políticos. Primeiro cabe destacar que Carpeaux, nesse artigo publicado em 1942, não se detém nesse contexto austríaco que coincide com o que ele julga ter sido uma queda na qualidade da obra de Hofmannsthal. Carpeaux é bastante sumário ao comentar essa passagem, na qual antecipadamente ele destacou a decadência do Império Habsburgo no decorrer do século XIX com o seguinte trecho:

> *Pois sobre a graça vienense deste poeta de 17 anos paira ainda o céu dos imperadores Habsburgos, de origem espanhola, da dinastia que governava, política e espiritualmente, esse império, e enchia a atmosfera da cidade com sua piedade barroca e o seu ceticismo desiludido e*

[4] Este período é visto por Carpeaux como sendo o da dolorosa morte e um espírito de puro esteta (1999b, p. 142); no entanto, Schorske (1988) oferece uma análise que apresenta Hofmannsthal iniciando o seu interesse pela vida dos instintos, que o teria levado "a dramas tão magníficos como Electra e Veneza preservada, na primeira década do nosso século. [...] A contribuição foi mostrar que a beleza, que sua cultura considerara simplesmente como uma escapatória do mundo cotidiano, apontava para um outro mundo: o âmbito mal definido do irracional" (p. 39). O fato de Carpeaux, em 1942, em um artigo com elementos bastante autocríticos, considerar essa fase do poeta como sendo de baixa qualidade contribui também para atestar que os aspectos básicos de sua "visão de mundo" barroca não haviam sido eliminados pelos traumas que passou no período entreguerras. O elemento estético da poesia fazia a referência ao conceito de arte definido por Karpfen, em 1934, contudo os elementos instintivos derivavam da noção barroca de crise, de secularização e do afastamento que a arte tomara em relação à Igreja Católica.

> *transcendente – essa sabedoria vienense-espanhola que sabe que a vida não passa de um sonho e que sonho é a vida*[5] *(Carpeaux, [1942] 1999b, p.141).*

Observa-se com essa passagem que o tom usado por Carpeaux vai expressar um primeiro sentimento ou passo no sentido de se afastar de seu livro Caminhos para Roma (1934). Enquanto nesse livro havia uma defesa intransigente da cultura barroca habsburga, no trecho citado a referência aos imperadores não mais projeta um futuro glorioso para a Áustria. Ao contrário, nessa passagem do artigo já há elementos de ressentimentos que serão manifestados em outros artigos da mesma década e da seguinte. No entanto, toda a crítica que ele elucidara no livro de 1934 a respeito da massificação e do afastamento do catolicismo por parte dos artistas se faz ainda presente em todos os trechos do artigo citados até aqui.

A fuga para o Brasil parece ter deixado como primeira consequência a consciência de que aquilo que ele defendera em extensas páginas dos livros e jornais na década de 1930 já não poderia mais se concretizar; eram, assim, datados. A base ideológica de Karpfen moldada pelo barroco católico austríaco não havia sido fortemente abalada, apenas o projeto político sustentado sobre essa base é que ruíra após o Anschluss. Porém, mais do que uma consciência de que seu projeto político fracassara após 1939 é a percepção mais apurada que ele apresenta sobre as condições gerais da Áustria após a Primeira Guerra Mundial.

Camparemos, então, passagens contidas em *A missão europeia da Áustria* (1935) com todo o seu sentido político-militante, e alguns trechos do artigo de 1942. No livro em questão, ao explicar sobre o futuro da Áustria, Karpfen (*apud* Ventura, 2002) fala de "uma decepção com o colapso da Áustria (*Finis Austriae*) em 1918", porém adverte que "a Áustria não está morta [...] O pensamento austríaco saiu vitorioso de uma prova de força. E 1918 não foi o fim, mas apenas um episódio na história do pensamento austríaco" (p. 235). Havia, como já dissemos, um plano, um projeto político e cultural sustentado nas tradições católicas e na longínqua história dos imperadores Habsburgos.

No artigo (1942), entretanto, a visão manifestada post festum, mais precisamente seis ou sete anos depois da publicação daquele livro, parece mais pragmática sobre o que realmente havia acontecido com a Áustria após a derrota na Primeira Guerra. Ao comentar sobre o período improdutivo e ineficaz da vida e obra de Hofmannsthal, Carpeaux escreveu:

> *O poeta não está morto. Mas o seu mundo morre. É a Grande Guerra. Tudo, em torno dele, se desfaz. A Viena de outrora já não existe. O velho Império treme até os fundamentos. Hofmannsthal encontra em si uma consciência política. Desesperado, escreve fragmentos sobre fragmentos, ensaios sobre ensaios, ocupa-se da reconstrução futura da Europa, e interna-se cada vez mais na mística católica do barroco. E quando desperta do seu sonho anacrônico, encontra-se em face das ruínas da Áustria*

[5] Esse aspecto do sonho é central para a análise de autores do fin-de-siècle e todo o desdobramento disso será explorado futuramente por Carpeaux em outro artigo a respeito de Hofmannsthal. Falarei sobre isso adiante.

> *e da Europa (Carpeaux, [1942] 1999b, p. 142, grifos nossos).*

Ao falar de Hofmannsthal, Carpeaux aparenta estar pronunciando uma crítica a si próprio e aos seus anseios, durante os anos de 1930, de que a Áustria ainda cumpriria a sua missão. Comentei anteriormente que Karpfen, como um correligionário do Partido Social Cristão, parecia vinculado a um posicionamento muito mais conservador comparado aos seus pares ou aos de fato filiados ao partido, e até mesmo reacionário, sob o ponto de vista político e cultural. Neste excerto acima a (auto)crítica é realizada por e para ele mesmo ao se dirigir ao poeta que expressava a verdadeira essência do povo austríaco. Há um breve reconhecimento de que o apelo às tradições católicas e barrocas dos Habsburgos era expressão de anacronia.

O fim da vida de Hofmannsthal é como o despertar de um sonho no melhor estilo barroco de interpretar a vida. Não por acaso, Carpeaux retoma mais de uma vez a releitura que o poeta vienense fizera da obra *La vida es sueño* (1635), do poeta espanhol Calderón de la Barca (1600-1681). A versão de Hofmannsthal chamada *A Torre* foi minuciosamente analisada pelo crítico austro-brasileiro em outro artigo publicado numa coletânea em 1953. Por ora, frisemos as relações que Carpeaux estabeleceu entre a vida do poeta e o fim trágico da grande Áustria.

É com algum ressentimento que Carpeaux anunciou em seu artigo que a peça *A Torre* jamais seria encenada em seu país de origem. Recebida pelos literatos como enfadonha em seus arranjos à moda esnobe do barroquismo, a literatura viva sequer tomou conhecimento dessa publicação e, por conseguinte, realmente nunca foi encenada. O conteúdo de *A Torre* é a encenação do fim de uma era, a do Império da Casa da Áustria, da vitória das massas incultas e de um povo de origem alemã que perdera sua identidade. Se o fim de sua vida representava o despertar do sonho, a sua morte era a maneira mais realista de se verificar a noção de crise que vimos Karpfen apresentar em *Caminhos para Roma* ao seu estilo e visão de mundo barrocas:

> *[...] em 1929, ele morreu, uma morte quase simbólica, à beira do túmulo de seu filho, que, atormentado pela guerra, pela revolução, pela inflação, se suicidara. Uma morte à beira do túmulo do mundo. De acordo com a sua disposição testamentária, Hofmannsthal foi enterrado vestido do hábito da Ordem Terceira de São Francisco, na cripta da família. Uma velha família se extinguira (Carpeaux, [1942] 1999b, p. 142).*

Nos anos que precederam a publicação da peça *A Torre,* Hofmannsthal estava imerso nos estudos para precisar o caráter particular da literatura austríaca. Era a maneira do poeta para "reconciliar a sua posição austríaca, a sua posição alemã e a sua posição europeia" (Carpeaux, [1942] 1999b, p. 142-143), pensamento este não muito diferente do que foi o manifesto político *A missão europeia da Áustria* para Otto Karpfen. Como quase todos os artistas, intelectuais, políticos e o povo austríaco, que viveram a transição entre os séculos XIX e XX e os horrores da Primeira Grande Guerra, os problemas

de entender a sua identidade no contexto europeu era um grande tema a ser refletido por Hofmannsthal.

Para Carpeaux esse impasse tinha uma resposta direta e objetiva: "Eis a nossa tese: Hofmannsthal escrevia em língua alemã, mas não era um poeta alemão" (1999b, p. 143). O poeta era, portanto, um filho legítimo da Casa da Áustria, representava o Sagrado Reich Romano e a supranacionalidade da Igreja Católica. Essa defesa era uma maneira de dizer que a Áustria acabou, mas seus fantasmas ainda vagam pela Europa Central, pois, se na política eles foram derrotados, na sua história existem os verdadeiros marcos da não rendição ao Reich alemão, o não afastamento dos valores cristãos austríacos. Na visão de Carpeaux, a poética de Hofmannsthal é o último reencontro do povo austríaco com sua pátria no leito de morte:

> *Então, precisamente então, a Áustria ressuscita na poesia de Hofmannsthal. Ele dá testemunho. E dá testemunho nas grandes formas do teatro barroco, porque estas eram a criação própria da civilização barroca, da civilização do Império católico, espanhol-habsburgo, do Império da Casa d'Áustria. Em Hofmannsthal, a literatura austríaca realiza, enfim, a sua alta função política. Mas já é uma política anacrônica, do passado (Carpeaux, [1942] 1999b, p. 144).*

Por fim, Carpeaux reconhece que não há mais Áustria, e isso explica o porquê de não conhecerem o poeta Hugo von Hofmannsthal. Pouco importava se sua poesia era escrita em alemão. Ele era uma poeta austríaco. Duas passagens do artigo de 1942 são representativas de como o próprio Carpeaux começava a deixar de ser o Karpfen. E isso não significa ruptura, ao contrário, foi mais um traumatismo ético-cultural e político-moral que o colocou na obrigação de manifestar sua autocrítica por meio de sua nova produção no campo da crítica literária brasileira.

No aspecto ético-cultural, a primeira experiência de traumatismo aconteceu quando se converteu ao catolicismo e se incumbiu de ser um intelectual leigo da Igreja Católica. Suas críticas à cultura massificada da Europa no século XX demonstram uma visão de mundo que nunca pôde se manifestar em sua plenitude, mas apenas nos resgates românticos dos elementos culturais do passado. Por outro lado, eventos políticos internos e externos, como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a vitória dos socialistas à prefeitura de Viena, representaram uma sequência de traumatismos político-morais de Karpfen. E, apesar de sua juventude, esses eventos me permitiram anteriormente conjecturar a respeito de sua conversão do judaísmo ao catolicismo, que se daria no começo da década de 1920. No intuito de encontrar os caminhos que pudessem salvar a Europa da barbárie representada pela Guerra, os caminhos para Roma expressavam um moralismo romântico – cuja origem se encontrava na própria cultura alemã – e cristão que tendia a "entrar em conflito com a ideologia e a prática liberal individualista" (Löwy, 1979, p. 5), que envolvia a aristocracia e a classe burguesa vinculada a ela. Foi com esses traumatismos, portanto, que Karpfen chegou ao Brasil e iniciou seu novo trabalho intelectual.

Carpeaux vivia sob as reminiscências de Karpfen. Era como se Otto Karpfen ponderasse as ideias de Otto Maria Carpeaux. A passagem transcrita anteriormente é um reexame de um

Karpfen pós-1918, que militou em defesa da Casa da Áustria e da soberania de seu país[6]. A segunda transcrição é a revisão dos princípios e estratégias político-ideológicas presentes em seu segundo livro publicado em Viena, no ano de 1935:

> *Com Hugo von Hofmannsthal, uma velha família se extinguiu. A família dos povos austríacos se extinguiu também. O poeta está esquecido, e a sua pátria está esquecida. Mas, espiritualmente, a Áustria continua, porque, "para o espírito, tudo está presente". Esta presença abrange um passado e um futuro. Não sei se esta Áustria que acabou voltará um dia, e nem o creio sequer. De qualquer forma, porém, a Áustria continua com uma missão, uma tarefa da Europa. A separação dos povos pela força fracassou, a sua reunião pela força fracassará também. Falta construir uma Europa cristã, união acima das nações. Não é a preocupação de renovar a Áustria, é a tarefa de criar uma outra Áustria que será a Europa (Carpeaux, [1942] 1999b, p. 146).*

Como explicado um pouco antes, não se observa com este excerto uma ruptura com o passado católico e barroco. Tratou-se basicamente de uma primeira revisão dos próprios escritos, sobretudo os de caráter político. Não é fortuito que Carpeaux nunca se interessou em dar entrevistas para comentar sobre sua vida e obra nos tempos de Áustria. Sua resposta, frequentemente lacônica aos jornalistas e estudantes que o procuravam para uma entrevista era sempre a mesma: *aquilo já está superado*. Obviamente que nos fica o eco destas palavras e me coloco a pensar se tudo aquilo que estava superado era a obra escrita por ele, e com isso, superado teria sido o pensamento político-ideológico; ou, se superados teriam sido os traumas ético-culturais e político-morais resultantes da Primeira Guerra Mundial e de sua fuga após o *Anschluss*. Essas questões serão desenvolvidas na sequência, quando abordarei as causas da inflexão e os posicionamentos políticos de Otto Maria Carpeaux.

Ao se conhecer um pouco mais da História da dinastia, do barroco e da Áustria, tornam-se mais compreensíveis os posicionamentos conservadores de Karpfen em seus dois livros e artigos jornalísticos escritos na década de 1930.

Algumas mudanças de posicionamentos de Carpeaux a partir da década de 1940 podem ser entendidas como uma "libertação" da torre, que representava o aprisionamento de instintos de toda ordem, inclusive uma fortaleza do próprio indivíduo. Sua missão de defender a Casa da Áustria se encerrou quando a Áustria deixou definitivamente de existir em 1939. A autocrítica e a revisão de Carpeaux são como o atestado de óbito que ele escreve sobre sua pátria. Ele percebe que cumpriu com a sua vocação católico-barroca em um país que vivia à beira do abismo havia séculos. A autocrítica não é autopenitência ou ruptura com o passado, com Otto Karpfen; ela serve para reorganizar a

[6] Reescrevo a citação aqui para facilitar o acesso do leitor. "Pois sobre a graça vienense deste poeta de 17 anos paira ainda o céu dos imperadores Habsburgos, de origem espanhola, da dinastia que governava, política e espiritualmente, esse império, e enchia a atmosfera da cidade com sua piedade barroca e o seu ceticismo desiludido e transcendente – essa sabedoria vienense-espanhola que sabe que a vida não passa de um sonho e que sonho é a vida" (Carpeaux, 1999b, p. 141).

vida no exílio e poder falar abertamente sobre os culpados da crise austríaca, a dinastia Habsburgo. "*Dei providentia et hominum confusione Austria ducitur*" dirá Carpeaux sobre essa tragédia, que trouxe como uma das piores consequências o ceticismo e a falta de patriotismo do seu povo. "[...] a gente austríaca convenceu-se da inutilidade de todos os esforços, nesse ou naquele sentido, e a *sabedoria do sonho* transformou-se em ceticismo malicioso: a última herança do erasmismo europeu foi a falta absoluta de patriotismo na Áustria" (Carpeaux, [1953] 1999c, p. 529).

Nisso também se completa a análise de Carpeaux sobre a peça de Hofsmannsthal, pois não havia a possibilidade real de ela terminar com um "final feliz", tal qual a versão de Calderón. O poeta que presenciou os liberais e depois socialistas na prefeitura de Viena, a oposição do príncipe herdeiro Rodolfo ao seu pai Francisco José, o trágico incidente de Mayerling, dissolução do Império, Guerra etc. não poderia, com toda a sua melancolia e pessimismo barrocos, concluir a obra se não com uma tragédia que anunciava o fim de uma era.

Por fim, podemos tirar como premissa fundamental que Carpeaux se aferrou à crítica literária como principal ofício em solo brasileiro não apenas porque isso lhe surgiu como possibilidade de sobrevivência. É provável que alguém como ele conseguisse colocações em outras áreas do campo cultural e intelectual do país, talvez pleitear uma das escassas e mal remuneradas vagas na docência no ensino superior, já que por alguns meses ocupou a função de bibliotecário de uma universidade no Rio de Janeiro. A permanência de Carpeaux na crítica literária nos rodapés de grandes jornais foi a sua maneira de permanecer livre para revisar o passado, interpretar o presente e para se recolocar como sujeito no mundo. Ele se utiliza de seu método de crítica literária para falar de si para si mesmo e provocar nos leitores as reflexões temáticas que ele trazia.

Dialética de continuidades e inflexões: tradição, passado e resistência

A passagem da década de 1930 para a de 1940, que foi marcada pela fuga de Carpeaux e sua esposa Helena para o Brasil, não impactou nas elaborações e sínteses teóricas do austríaco no que se referia às relações entre política, Estado e Igreja. Como é possível observar no ensaio "Teatro e Estado do Barroco", sem especificação de data, mas escrito por Carpeaux em sua primeira década no Brasil, os temas e ideias, além do espírito da Contrarreforma, aparecem com a mesma convicção teórica expressa pelo autor quando ainda em Viena. São citados pensadores cristãos[7] que se opunham ao maquiavelismo e defendiam os princípios do Estado cristão.

Comparar esse ensaio dos anos 1940 – que é provavelmente o mais denso escrito por Carpeaux sobre a temática política – com demais artigos assinados por ele, inclusive na década seguinte, e cujo objeto era Maquiavel ou o Estado, nos oferece uma perspectiva do processo de inflexão no pensamento do ensaísta. Em "Teatro e Estado do Barroco" a imagem política de

[8] Dentre os nomes citados por Carpeaux estão: Guilelmus Lamormaini, Francisco Gomes de Quevedo, Diego Saavedra Fajardo e Antonio Vieira.

Maquiavel é exposta com todo o rigor moral do barroco contrarreformista presente também no livro *Caminhos para Roma*.

Seria, no entanto, nos anos 1960 que Carpeaux deixaria mais evidentes os elementos de *tradição*, *passado* e *resistência* da dialética *continuidade* x *inflexão*. No ensaio "Sociologia barroca", publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 1965, Carpeaux expressa uma visão mais crítica em relação ao barroco. Essa crítica não implicava, como dissemos, o completo abandono da importância e da influência da visão de mundo barroca em sua vida. O que se entende desse artigo bastante conciso é que o racionalismo burguês havia derrotado a influência das outras classes sociais em todos os campos – político, econômico e cultural. Quem estivesse naquele contexto se baseando numa Sociologia Barroca para entender o Brasil, estaria fugindo das demandas intelectuais do país no pós-Golpe de Estado de 1964. Essa posição vai marcar uma total distinção entre a maneira como Carpeaux concebia o papel dos intelectuais nos anos 1930 e 40 com a sua concepção dos anos 1960. Na frase inicial do texto, ele escreve que: "Em tempos difíceis há quem procure refugiar-se no passado. Mas nunca se alcança esse fim: pois o passado que conhecemos é reflexo do presente. Exemplo disso é a sociologia barroca" (Carpeaux, [1965] 2005, p. 707). Ele ainda sustenta um aspecto importante do método barroco, que é a compreensão de um presente que guarda elementos do passado, como a "mentalidade", por exemplo.

É correto, dessa forma, afirmar que a teoria de Estado assumida por Carpeaux em seus dois livros publicados na Áustria, e em parte de sua obra de crítica literária dos anos 1940 e 50, ressoava todos os elementos do prudencialismo barroco de sua formação vienense. No entanto, a obra jornalística de Carpeaux possui momentos de inflexões, inclusive temáticas. Os seus textos de política internacional do *Correio* da Manhã, da revista *Civilização Brasileira* e da *Folha da Semana*, por exemplo, estão muito mais próximos das preocupações políticas de Carpeaux dos anos 1930, quando escrevia sobre diplomacia e Estado, porém o método barroco se fragmenta, e o próprio catolicismo ficaria obscurecido em seus posicionamentos políticos.

A influência e os elementos do barroco em Carpeaux vão se tornando fragmentários na medida em que o ensaísta se volta para as questões políticas do pós-Golpe, consideradas por ele como urgentes. Nas críticas literárias, o barroco assumiu mais do que uma visão de mundo, mas um método de análise das obras e um recurso de autocrítica e reavaliação das ideias da década de 1930; nas análises políticas, por sua vez, tudo o que foi até aqui descrito sobre a prudência barroca conservadora e a oposição ao maquiavelismo praticamente desaparece do pensamento político de Carpeaux nos anos 1960.

Isso é uma expressão do elemento de *resistência* da dialética *continuidade* x *inflexão*, pois ele retoma as preocupações políticas presentes em *A missão europeia da Áustria* (1935) de análise política, diagnósticos diplomáticos do pós-guerra etc., com a finalidade de se recolocar no campo intelectual, que estava se reestruturando com base no temário

das resistências culturais de esquerda. Portanto, Carpeaux mobilizou após o Golpe o seu capital cultural de forma diferenciada em relação à sua chegada ao Brasil, ressignificando os elementos de *tradição*, *passado* e *resistência*. A erudição, pressuposta no barroco, é mantida por Carpeaux, pois isso é característico de sua formação, de sua tradição absorvida na Europa. Entretanto, no lugar de desenvolver o temário típico do barroco, ele desenvolve o temário das esquerdas, inclusive a comunista, dos anos 1960.

Os fragmentos barrocos aparecem de forma sutil, como nas aproximações e distanciamentos de valores políticos, democracia e ditadura, golpes e revoluções, diplomacia e guerras, esquerda e direita, liberdade e resistência etc.

Discussão teórico-metodológica para se entender a dialética de continuidades e inflexões

Nesta pesquisa buscou-se um recurso teórico-metodológico que permitisse explicar sociologicamente as causas das inflexões e tomadas de posição de Otto Maria Carpeaux em sua obra jornalística no Brasil. Para além disso, foi necessário encontrar um aporte teórico que sustentasse a tese da dialética de continuidades e inflexões. Optei, assim, por uma compreensão dos posicionamentos de Carpeaux tendo como referência o materialismo cultural de Raymond Williams, sobretudo os conceitos de *formação cultural* e *estrutura de sentimento*.

É factível a afirmação de Paul Filmer (2009) de que o "conceito de estruturas do sentimento continua a ser a chave metodológica mais apropriada para a elucidação crítica das práticas artísticas através das quais as obras de arte se relacionam sociologicamente aos processos sociais gerais" (p. 374). E acrescento que não apenas às artes, mas a toda expressão no campo da cultura, como no caso da imprensa e sua capacidade de intervir mais diretamente no campo político, inclusive se tornando uma fomentadora de tensões, devido à sua interlocução direta e imediata com o público e à sua linguagem mais elucidativa.

No caso de Otto Maria Carpeaux, o conceito de estrutura de sentimento me possibilitou observar de que forma o ensaísta articulou experiências junto a um grupo de intelectuais de orientações teóricas e ideológicas diversas, no contexto do pós-Golpe e da imprensa alternativa, retomando as experiências vividas desde a Áustria e Brasil nas décadas de 1930, 40 e 50.

O "sentimento", do qual se fala na teoria de Raymond Williams, ressalta uma distinção dos conceitos de "visão de mundo" e "ideologia". Quando Carpeaux se referia ao barroco como uma "visão de mundo", podemos dar conta dessa ideia baseados na maneira como Williams descreveu a categoria "sentimento". Trata-se de significados e valores tal como vividos e sentidos ativamente e suas relações com crenças formais e/ou sistemáticas. Não é sentimento em contraposição a pensamento, mas pensamento tal como sentido, e sentimento tal como pensado (Williams, 1992, p. 134).

Acompanhando este raciocínio, podemos concordar que a "estrutura de sentimento considera mais importante o peso de se vivenciar um valor ou ideia do que propriamente realizar uma conceituação excessivamente precisa" (Sousa, 2017, p. 15). A realidade política brasileira a partir de 1964 nos revela

o quanto os intelectuais vinculados à imprensa alternativa depositavam confiança naquela forma de organização para garantir a permanência dos projetos iniciados antes mesmo daquele ano com a finalidade de resistência contra a ditadura. Experimentavam uma forte expressão de organização política e intelectual, e a confluência de ideias que resultavam de campos como a Crítica Literária, político-partidário, jornalismo, artes, acadêmico e outros, que os conectavam a um período anterior da política nacional. Vê-se, então, uma experiência intelectual histórica, que no caso de Carpeaux tinha registros na Viena do começo do século XX. Eis que a noção de "estrutura" nos parece mais clara, pois com suas relações internas específicas, engendradas e em tensão, ela se mostra como uma experiência social em processo "com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isoladora, mas que na análise [...] tem suas características emergentes, relacionadoras e dominantes, e na verdade suas hierarquias específicas" (Williams, 1992, p. 134).

É importante saber que o processo de formação e identificação de uma estrutura de sentimento é dinâmico, visto que elas são reconhecíveis numa fase posterior, quando já foram finalizadas, classificadas ou mesmo incorporadas às instituições e formações. No fluxo histórico, as estruturas de sentimento são ou não incorporadas, devido às mudanças no nível da hegemonia. E isso nos ajuda a visualizar melhor o quão dinâmica é a identificação de uma estrutura de sentimento, uma vez que "metodologicamente a estrutura de sentimento é uma hipótese cultural, derivada na prática de tentativas de compreender esses elementos e suas ligações numa geração ou período" (Williams, 1979, p. 135).

Uma das estruturas de sentimento que se formam no Brasil entre 1964 e 1970 tinha, como elementos mobilizadores dos intelectuais, o autoritarismo e o engajamento. O autoritarismo ainda ecoava do passado europeu de Carpeaux, e o engajamento tinha lastro histórico na sua *resistência* ao Nazismo, nos anos 1930. Houve um uso cada vez menor do expediente do barroco como um capital cultural para estabelecer relações sociais e como uma teoria sociológica para análises da realidade latino-americana daqueles tempos. Isso marca uma inflexão em seu pensamento, pois o barroco permanecia orientando boa parte de suas análises e tomadas de posição. Porém, como forma de enfrentamento ao dogma da racionalidade burguesa no Brasil, a sociologia barroca já não funcionava mais, como ficou constatado anteriormente em seu artigo "Sociologia barroca" (1965). Não veremos mais nessa fase de Carpeaux textos com longas análises de fatos políticos à luz dos temas religiosos ou parafraseando os "fatos literários", como antes fizera ao analisar a obra de Hofmannsthal, pois aquilo era parte de uma Sociologia barroca.

O Golpe de 1º de abril e a implantação da ditadura militar no Brasil apareciam como riscos eminentes quando voltamos para os artigos de política internacional de Carpeaux no *Correio da Manhã*. A expansão da influência norte-americana sobre os países da América Latina era vista por Carpeaux como parte natural do modelo político daquele país sustentado em bases liberais. O liberalismo norte-americano, na óptica barroca, se chocava com a "democracia fundamental" representada

pelo Direito Natural Secundário (Carpeaux, [1965] 2005, p. 710). Portanto, o dogma da racionalidade burguesa vencera nos Estados Unidos e eliminou qualquer vestígio da Sociologia barroca. Ao se expandir esse mesmo projeto para os países que sofreram intervenções norte-americanas, como o Brasil, e obter êxito por meio dos golpes de estado, Carpeaux verificava a necessidade de uma mudança no desenvolvimento de análises política e social: "Sabe-se que a América Latina não acompanhou essa evolução da América anglo-saxônica" (Carpeaux, [1965] 2005, p. 711). Ao tecer elogios a John F. Kennedy, por exemplo, ele poderia ter observado no primeiro presidente católico dos EUA uma possibilidade de garantia das tradições barrocas do Brasil e demais países do continente. O principal é que a Sociologia barroca, segundo Carpeaux, poderia até explicar os resíduos da sociedade barroca latino-americana, mas é incapaz de fazer frente ao autoritarismo do governo e ao racionalismo liberal burguês, ou seja, "não serve para fugir do tempo presente e dos homens presentes" ([1965] 2005, p. 711).

Como dissemos, o barroco jamais foi plenamente abandonado das reflexões do ensaísta. O que ocorreu foi uma construção mais crítica de seu próprio pensamento político no decorrer das duas décadas precedentes. Pouco nos importa saber se alguns casos anedóticos que perduram na memória sobre Carpeaux são ou não verdadeiros[8]. O mais relevante é saber que o barroco persistiu na vida e obra de Carpeaux como o elemento de *tradição*. Isso significa que o *autoritarismo*, com todo o seu conteúdo político – golpe de estado, ditadura, censura etc. –, e o *engajamento*, compartilhado como um sentimento de defesa do devir democrático, fecharam o ciclo de autocrítica e revisão de valores iniciado por Carpeaux já nos primórdios da década de 1940. E com isso nós podemos retirar o véu que recobre Carpeaux de um certo mistério sobre seus posicionamentos antes e depois do Golpe de 1964. Enquanto alguns se desdobram em malabarismos argumentativos para situar Carpeaux ao lado de uma direita conservadora, e outros ponderam sobre o seu passado para bem representá-lo como um legítimo intelectual das esquerdas brasileiras, o fato é que Carpeaux trabalhou um *ethos* barroco[9] em benefício próprio, se articulando com outras pessoas, se adaptando às mudanças do cenário intelectual a fim de permanecer relevante no campo intelectual e coerente com as suas tradições, o passado e a resistência.

Assim, entendo que o ethos barroco presente na sociedade e na cultura brasileiras serviu como um mediador de Carpeaux na estrutura de sentimento à qual pertencia com demais colegas e amigos intelectuais. E, ao fazer parte de uma estrutura de sentimento, o barroco não precisou mais ser considerado o principal expediente a ser empregado por Carpeaux. O crítico já possuía um reconhecimento, relações sociais e uma imersão na cultura brasileira que o colocavam em um patamar

[8] Como no exemplo dado por Olavo de Carvalho em alguns de seus vídeos, sobre Otto Maria Carpeaux precisar rezar escondido para que seus amigos e colegas comunistas não soubessem que ele ainda era católico. Neste exemplo vê-se como, a partir da noção de campo, se Carpeaux ainda mantivesse suas filiações católicas, ele não teria o prestígio e legitimidade suficientes, de acordo com os comunistas. Contudo, foi explicado que, por mais que houvesse disputas no interior do campo intelectual, os comunistas participavam das mesmas formações culturais que a esquerda católica.
[9] Consultar em: ECHEVERRÍA, Bolívar. El ethos barroco. In: ECHEVERRÍA, B. Modernidad, mestizaje cultural, ethos barroco. México: UNAM/El equilibrista, 1994.

muito diferente daquele de sua chegada ao Brasil. Nós, que analisamos a obra jornalística desse intelectual, podemos acompanhar esse movimento dialético de elementos que continuam existindo e inflexões que surgem na trajetória do autor, mas sem a preocupação de usar o barroco como uma síntese do conteúdo e das formas de seus textos, como era nos anos 1940 e 50, nos quais, sem considerar as expressões barrocas, não se capturavam em profundidade os artigos do autor. No pós-Golpe os traços do barroco estão presentes, mas coexistindo com outras formas e conteúdos, tais como os das esquerdas. O resultado disso é que conseguimos situar Otto Maria Carpeaux entre liberais e esquerdas, sem precisarmos ser taxativos quanto a sua posição social e política definitiva.

Esses movimentos de inflexões e continuidades ficam visíveis quando observamos os textos de Carpeaux na imprensa alternativa. Como sabemos houve um afluxo de intelectuais da grande imprensa – com destaque para o *Correio da Manhã* – para os periódicos da chamada imprensa alternativa. Esse trânsito de intelectuais de diferentes matizes ideológicas se diversificou e deixou mais complexos os debates propostos nessas publicações. O próprio Carpeaux passou a atacar o regime de forma menos comedida e trouxe para seus textos um diálogo cada vez maior com os temários comunistas e das guerrilhas, fossem na forma de crítica ou de apoio aos métodos empregados. A questão dos intelectuais no Brasil, intervenções dos EUA, a revolução, a universidade e os estudantes foram os assuntos mais abordados por Carpeaux em sua coluna na *Folha da Semana*. Os temas referentes à Igreja e ao catolicismo tiveram uma presença quase nula nos artigos de Carpeaux – apenas no artigo de estreia, intitulado "Lenin e o evangelho" (Carpeaux, 1965, p. 11), houve menção digna de nota.

Neste texto de estreia na *Folha da Semana* (n.º 9, 25 de outubro a 3 de novembro de 1965), há uma mudança no tom – se comparado aos seus textos no Correio da Manhã – usado por Carpeaux para tratar dos temas: oposições e guerrilha. Carpeaux desfere críticas às estratégias de oposição que fazem uso da violência. Carpeaux trabalha de forma associativa e comparativa, até mesmo um pouco moralista, sobretudo ao questionar os modelos adotados pelos grupos de oposição. Cita a "linha russa" e a "linha chinesa", esta de inspiração mais violenta e aquela de caráter mais moderado e até mesmo conciliatório. Porém, sua alusão à linha chinesa parte da comparação entre os níveis de agressividade e repressão dos grupos que aderiram a este modelo e àquilo que Carpeaux chamou de "linha latino-americana dos ditadores e golpistas latino-americanos" (Carpeaux, 1965, p. 11). Nesse artigo, Carpeaux não abandonou uma de suas caraterísticas estilísticas, a da linguagem esópica, que era a referência histórica a acontecimentos ocorridos em outros países. Neste caso ele faz menção à ditadura de Salazar em Portugal, que se arrastava desde 1932. As características desta ditadura eram semelhantes às da ditadura brasileira, e Carpeaux as descreve a partir do seu elemento central, o "dispositivo militar", ou seja,

> *os militares encarregam-se da repressão, gozando, em troca, de uma situação privilegiada. No entanto, a ditadura mantém em pé uma fachada constitucional, com pseudoeleições e uma*

> *pseudoassembleia da qual fica excluída toda e qualquer oposição. Essa ditadura assumiu o poder por um golpe, por um ato de violência (1965, p. 11).*

Interessante notar que nesse artigo já aparecem dois novos e importantes temas discutidos por Carpeaux no Brasil, que são: como construir uma oposição ao Golpe e à ditadura, e o outro já serve como uma pista de como resolver esse problema, a guerrilha. Neste primeiro texto, ele irá desenvolver ambos os temas de forma mais breve, num tom mais crítico às oposições. Mais à frente, em artigos futuros, a guerrilha se tornaria uma possibilidade crível, sob o ponto de vista do autor. Não é fortuita a sua inusitada aproximação com a Guerrilha do Caparaó na segunda metade dos anos 1960.

Portanto, logo de início percebemos uma grande inflexão no pensamento de Carpeaux. Mas a maneira como ele constrói esse argumento carrega os elementos de *continuidade*. Elementos que não se podem negligenciar, pois são típicos de uma forma de pensar a partir de uma concepção barroca do mundo, mas com traços de adaptação ao contexto latino-americano. O *ethos barroco* estava agindo sobre suas reflexões, visto que tínhamos um Carpeaux muito bem adaptado a este ethos, que carrega em si características centrais como: a adaptação, a dissimulação e a persuasão. Nos textos políticos de Carpeaux permanecem algumas dessas características que foram evidenciadas em suas produções da época de Viena. Essas características continuam, mas adaptadas. Em outros termos, as adaptações pelas quais ele teve que passar se fixaram para atender às exigências de sua nova realidade. Logo, uma das características do barroco foi bem utilizada, uma vez que a adaptação exigia certa dose de dissimulação e persuasão. E Carpeaux soube manejar isso com perspicácia em sua obra jornalística no Brasil. Ele entregou com eficácia aquilo que se esperava dele enquanto um crítico literário, assim como mudou a forma do texto e o tom político do discurso quando escrevia sobre política internacional. Conhecer os textos de Carpeaux e toda a sua trajetória intelectual católica e barroca, somado ao recurso da dialética de continuidades e inflexões, permite situar melhor o autor entre os grupos de resistência cultural à ditadura e mesmo entre esquerdas, direita e conservadores. Então, ele não precisava ser de esquerda, e possivelmente jamais saberemos se ele realmente se identificava como um esquerdista, mas ele se representava como alguém de esquerda, fosse por uma filiação real ou pelos recursos persuasivos e dissimulatórios do barroco; igualmente, em outros momentos, ele não precisava ser de direita ou um conservador, mas ele se representava como tal, adaptando-se bem em qualquer contexto.

Dessas conclusões esclareço a importância de se saber que *continuidade* e inflexão não se anulam nem geram uma redundância. Existe uma continuidade do pensamento, que vai dos anos 1920 e 30 até o fim da vida do crítico, é um movimento linear e quase sem oscilações. E existem as inflexões, que surgem dessa continuidade e provocam algumas descontinuidades, mas em paralelo, sem eliminar aquela continuidade. Desse ponto de vista, é possível estudar somente as continuidades de Carpeaux, como o fez Olavo de Carvalho em seu ensaio[10]; ou podem-se estudar somente as inflexões, que geralmente aparecem nos trabalhos

sobre a obra de Carpeaux no Brasil no campo da crítica literária, ou nas pesquisas de Mauro Ventura, por exemplo. A terceira opção é a forma como eu apresento a vida e a obra de Otto Maria Carpeaux, por via da historicidade e tomando continuidade e inflexão em relação dialética, não separadas. É com isso que atribuo as particularidades metodológicas das minhas contribuições ao considerar que continuidades e inflexões não geram uma redundância ou anulações mútuas, em que pese uma apreciação linguística mais formal dos conceitos.

Considerações finais

Dentre as causas das inflexões de Otto Maria Carpeaux está a continuidade de preocupações vividas na Áustria e em seus primeiros anos no Brasil. Esta é a razão pela qual eu defendo que Carpeaux mobilizava uma dialética entre continuidade e inflexão. Enquanto no passado ele se preocupou em esclarecer as bases histórico-culturais e políticas para se compreender a derrocada do Império Austro-húngaro entre os séculos XIX e XX, nos anos 1960 ele transferiu essa preocupação para o esclarecimento do Golpe civil-militar de 1964 (Castro, 2022).

Espera-se que o recurso teórico-metodológico extraído do materialismo cultural e das fontes primárias desta pesquisa possa estimular ou orientar novas pesquisas sobre intelectuais pouco ou nada explorados do ponto de vista acadêmico e sociológico. A dialética de continuidades e inflexões possibilitou a esta pesquisa escapar das análises que contrapõem o passado de Otto Karpfen com as fases da vida no exílio de Otto Maria Carpeaux. Esse intelectual jamais promoveu um rompimento com seu passado, ao contrário, todos os recursos teóricos, políticos e ideológicos manifestados a partir de 1940 e depois de 1964 são bem localizados em sua fase austríaca. Trata-se de passado, tradição e resistência, que, quando articulados a uma estrutura de sentimento marcada por autoritarismo e engajamentos, revelam uma dialética cuja síntese é o próprio Otto Maria Carpeaux enquanto figura enigmática e disputada.

O autoritarismo e o engajamento foram características sociopolíticas comuns que se manifestaram tanto em uma estrutura de sentimento vivenciada por Otto Karpfen em Viena, quanto no Brasil a partir de 1964.

As características que sustentam a dialética – tradição, passado e resistência – são a maneira como Carpeaux vivenciou todas as experiências e eventos políticos, sociais e culturais no Brasil, sem deixar existir uma ruptura com o que vivenciara na Áustria. É dessa articulação entre social e individual, Europa e Brasil, que se apresentou a dialética da vida e obra de Carpeaux constituída por continuidades e inflexões.

Sua constante revisão de valores e a autocrítica política contemplam suas insistentes recusas em conceder entrevistas e falar sobre o seu passado. Quando questionado sobre os livros que publicara nos anos de 1930, respondia de forma desviante e taxativa: “Aquilo está superado”. Suas críticas literárias no *Correio da Manhã* o ajudaram, realmente, a se afastar e superar várias das ideias manifestadas em *Caminhos para Roma* e *A missão europeia da Áustria*. Entretanto,

[10] CARVALHO, Olavo de. Introdução a um exame de consciência. In: CARPEAUX, Otto Maria. Ensaios Reunidos. v. 1. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999

ficou demonstrado que, ao superar as antigas ideias, Carpeaux jamais abandonou sua fé barroca e cristã e a religiosidade católica, que se mantiveram como uma continuidade em sua vida pessoal e profissional.

A autocrítica feita de forma indireta, ou seja, por meio da crítica literária, é um dos "achados" desta pesquisa. Em Ventura (2002), por exemplo, o que se tem é uma noção de continuidade entre Karpfen-Carpeaux pela via do barroco. Nas variadas pesquisas sobre a crítica literária de Carpeaux realizadas na área de Estudos Literários, o fator "barroco" é, na maior parte das vezes, considerado a priori, sem a preocupação de investigar o que ele representa no trabalho produzido por Carpeaux no Brasil.

A ideia de uma autocrítica foi pensada a partir dos textos que Carpeaux escreveu em suas duas primeiras décadas vividas no Brasil e da hipótese inicial de uma dialética envolvendo continuidades e inflexões. A própria dialética das continuidades e inflexões surgiu com a leitura dessas fontes primárias nas quais encontramos críticas literárias e análises políticas, e sem elas não teria sido possível avançar na compreensão de como Otto Maria Carpeaux se inseriu entre a intelectualidade desde os anos 1940 até 1970, bem como da maneira como sua produção e pensamentos contribuíram para uma estrutura de sentimento e para as resistências culturais. Sem tal recurso, também iria me deparar com uma dificuldade para compreender a importância do barroco e do catolicismo na obra do austro-brasileiro.

Suas inflexões estão marcadas pelas características do barroco católico absorvido por Otto Karpfen e reprocessado por Carpeaux. O que se viu foram movimentos intelectuais de adaptação em sua primeira década no exílio no Brasil, e possíveis usos dos recursos barrocos – dissimulação e persuasão – em sua atuação militante contra a ditadura militar.

Referências

Carpeaux, O. M. (1965). Lenin e o evangelho. *Folha da Semana*, 25 de out. a 3 de nov. de 1965.

Carpeaux, O. M. (1999a). Reminiscências vienenses. *Ensaios Reunidos*, Vol. I (1942-1978). Organização, introdução e notas de Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks.

Carpeaux, O. M. (1999b). Hofmannsthal e o seu Gran Teatro del Mundo. *Ensaios Reunidos,* Vol. I (1942-1978). Organização, introdução e notas de Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks.

Carpeaux, O. M. (1999c). A Torre. *Ensaios Reunidos*, Vol. I (1942-1978). Organização, introdução e notas de Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks.

Carpeaux, O. M. (2005). Sociologia Barroca. *Ensaios Reunidos*, Vol. II (1946-1971). Prefácio de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Topbooks.

Carpeaux, O. M. (2014). *Caminhos para Roma*. Campinas: Ecclesiae.

Castro, T. B. (2022). P*assado, Tradição e Resistência*: dialética de continuidades e inflexões na obra jornalística de Otto

Maria Carpeaux. Campinas, SP. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 185p.

Filmer, P. (2009). A estrutura do sentimento e das formações sócio-culturais: o sentido de literatura e experiência para a Sociologia da Cultura de Raymond Williams. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 14 (27), 371-396.

Löwy, M. (1979). *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*. São Paulo: Editora de Ciências Humanas.

Schorske, C. B. (1988). *Viena fin-de-siècle*: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, E. G. (2015). *Imagens de Otto Maria Carpeaux*: esboço de biografia. Florianópolis, SC. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 383p.

Sousa, R. G. (2017). A estrutura de sentimento e a compreensão do cenário artístico brasileiro: uma leitura a partir da obra de Marcelo Ridenti. In: XXIX *Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia*. 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. Universidade de Brasília, Brasília.

Ventura, M. S. (2002). *De Karpfen a Carpeaux* – Formação política e interpretação literária na obra do crítico austríaco-brasileiro. Rio de Janeiro, Topbooks.

Williams, R. (1979). *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar.

Williams, R. (1992). *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebido em 24/08/2023. Aprovado em 10/10/2024.

Selo Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Os vários modos de matar e morrer do racismo: uma tipologia do genocídio da população negra brasileira

The various ways of killing and dying from racism: a typology of the genocide of the Brazilian black population

Diversas formas de matar y morir por racismo: una tipología del genocidio de la población negra brasileña

Victor de JESUS

victordejesuscso@gmail.com
Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Coordenador do Urbes (UFES) e Bolsista CAPES BRASIL.

A obra "O genocídio do negro brasileiro" publicada por Abdias Nascimento em 1978 expressa em seu título uma denúncia que tem sido feita ainda hoje por ativistas, coletivos e movimentos negros brasileiros. Apesar disso, as Ciências Sociais brasileiras têm negligenciado essa temática. Por isso, esse ensaio de Teoria Social objetiva construir uma tipologia do genocídio da população negra brasileira a partir da revisão de literatura teórica narrativa. A pesquisa considerou artigos sobre a temática disponíveis no Google acadêmico, no Google, no SciELO e na Revista ABPN, que foram agrupados na seguinte tipologia: genocídio físico, genocídio político, genocídio social e genocídio simbólico. Discute-se que o genocídio físico da população negra é a face mais explícita desse processo que abarca também o genocídio político, social e simbólico. Assim, é fundamental que as Ciências Sociais e as Políticas Públicas Afirmativas considerem esses vários modos de matar e morrer do racismo.

Palavras-chave: Sociologia das Relações Raciais; Racismo; Morte; Genocídio da população negra; Genocídio Antinegro.

The book "O genocídio do negro Brasileiro" published by Abdias Nascimento in 1978 expresses in its title a denunciation that has still been made by activists, collectives and Brazilian black movements. Despite this, Brazilian Social Sciences have neglected this theme. Therefore, this Social Theory essay aims to construct a typology of the genocide of the Brazilian black population based on a review of narrative theoretical literature. The research considered articles on the

DOI: 10.34024/csr.2025.61.1.17336

subject available on Google Scholar, Google, SciELO and ABPN Magazine, which were grouped into the following typology: physical genocide, political genocide, social genocide and symbolic genocide. It is argued that the physical genocide of the black population is the most explicit facet of this process, which also includes political, social and symbolic genocide. Thus, it is essential that Social Sciences and Affirmative Public Policies consider these various ways of killing and dying from racism.

Keywords: Sociology of Race Relations. Racism. Death. Genocide of the black population. Anti-Black Genocide.

La obra "El genocidio del brasileño negro" publicada por Abdias Nascimento en 1978 expresa en su título una denuncia que aún hoy es presentada por activistas, colectivos y movimientos negros brasileños. A pesar de esto, las Ciencias Sociales brasileñas han descuidado este tema. Por lo tanto, este ensayo de Teoría Social tiene como objetivo construir una tipología del genocidio de la población negra brasileña a partir de una revisión de la literatura teórica narrativa. La investigación consideró artículos sobre el tema disponibles en Google Scholar, Google, SciELO y Revista ABPN, los cuales fueron agrupados en la siguiente tipología: genocidio físico, genocidio político, genocidio social y genocidio simbólico. Se sostiene que el genocidio físico de la población negra es el aspecto más explícito de este proceso, que también abarca el genocidio político, social y simbólico. Por lo tanto, es fundamental que las Ciencias Sociales y las Políticas Públicas Afirmativas consideren estas diversas formas de matar y morir por racismo.

Palabras clave: Sociología de las Relaciones Raciales; Racismo; Muerte; Genocidio de la población negra; Genocidio anti negro.

A luta pela vida e contra a morte tem sido parte da própria história da população negra desde os navios tumbeiros até os dias atuais, constituindo uma temática do passado e da contemporaneidade brasileira. Nas últimas décadas, isso se evidencia no ativismo do Movimento Negro na Marcha Zumbi dos Palmares pela Vida e Cidadania (1995) e nas marchas anuais contra o extermínio-genocídio da juventude negra periférica e contra a violência policial (nas décadas 2000 e 2010); no Movimento Vidas Negras Importam e no Movimento Coalização Negra por Direitos pós George Floyd e durante a pandemia (a partir de 2020), por exemplo.

Assim, a categoria genocídio tem sido utilizada pelo Movimento Negro há décadas, inclusive com a contribuição teórica de Abdias Nascimento (2017) desde 1978 quando publicou a obra Genocídio do Negro Brasileiro. O autor, que é referenciado como sociólogo no quadro de memórias da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS, 2021), expõe a interface entre racismo, política de embranquecimento (eugenia), desigualdades raciais e genocídio a partir do que denomina de genocídio físico e genocídio cultural. Dessa maneira, Abdias aponta o genocídio a partir do embranquecimento físico (via miscigenação do estupro colonial e da política de imigração europeia,

atualizada pelas precárias condições de vida da população negra) e cultural (via assimilação, aculturação, sincretismo religioso e ataques à identidade racial) da população negra.

Tendo em vista essa relevância do genocídio como categoria político-analítica para o Movimento Negro, fora realizada uma busca pelas palavras-chave "genocídio negro", "genocídio antinegro", "genocídio da população negra" ou "genocídio racial" tanto nos grupos e linhas de pesquisa cadastradas no Diretório de Grupos Lattes (acesso em 30.12.2023), quanto nos artigos das revistas veiculadas[1] às principais instituições das Ciências Sociais no Brasil (ABCP, acesso em 05.02.2022; BIB, acesso em 11.02.2022; BPSR, acesso em 11.02.2022; Novos Debates, acesso em 11.02.2022; RBCS, acesso em 11.02.2022; RBS, acesso em 04.02.2022; Vibrant, acesso em 11.02.2022) e do SciELO Brasil (acesso em 04.02.2022). Verificou-se a inexistência em ambas as buscas, o que sugeriu não existir uma teoria eminentemente sociológica, política ou antropológica sobre o genocídio da população negra brasileira. Desse modo, este ensaio de Teoria Social pretende contribuir na construção de uma tipologia do genocídio da população negra.

Para tanto, optou-se por uma revisão da literatura teórica do tipo revisão narrativa, que consiste em uma revisão menos sistemática (Creswell, 2010; Flick, 2013), a partir de artigos que tratassem da temática a partir de outras nomenclaturas, tais como: morte, violência, mortalidade, extermínio e letalidade. Isto é, fora realizada uma busca não sistemática por artigos que tratassem dos modos de matar/morrer da população negra brasileira nas bases de dados do Google acadêmico, Google, SciELO e Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN)[2]. Nesse intuito, foram escolhidos os artigos que pudessem ajudar a responder as seguintes questões: o que as teorias sociais produzidas no Brasil dizem sobre o genocídio da população negra brasileira? Quais os tipos e mecanismos de estruturação-perpetuação do genocídio da população negra brasileira? Como o racismo produz modos de matar/morrer?

Por fim, após a leitura e análise do material, os artigos foram divididos em 4 tipos, de modo que a estrutura deste artigo contempla cada um deles nas seções a seguir, a saber: i) genocídio físico; ii) genocídio político; iii) genocídio social; e iv) genocídio simbólico. Embora tais artigos mobilizem outras categorias, optou-se por tipologizar a categoria genocídio em virtude da sua relevância político-analítica conferida por Abdias Nascimento e pelo Movimento Negro Brasileiro desde a década de 70. Argumenta-se que o genocídio da população negra brasileira se dá pelo entrelaçamento dos genocídios físico, simbólico, social e político.

Genocídio físico

Entende-se genocídio físico como o higienismo físico de um grupo racializado sobre o qual recai um conjunto de tecnologias-mecanismos de morte-aniquilamento aplicadas diretamente ao corpo físico racializado. Dito de outro modo,

[1] Fora utilizado o campo de buscas das respectivas revistas.
[2] A escolha dessa revista específica se deve à sua relevância na abordagem racial brasileira e na maior receptividade de trabalhos desenvolvidos por pesquisadoras(es) negras(es) no debate do racismo e antirracismo brasileiro.

o genocídio físico consiste na negação da vida biológica a um grupo racializado a partir da intervenção violenta no corpo físico, quando a morte ocorre em um episódio-evento. Assim, o genocídio físico tem como alvo principal o corpo físico racializado e é a face mais evidente da negação à vida e da negação-aniquilamento-higienismo do corpo-sujeito biológico racializado.

O genocídio físico é a face mais evidente do genocídio, sendo respaldado na jurisdição internacional contra o Genocídio (Brasil, 1952), e estruturante da história brasileira produzida sobre os corpos negros e indígenas. Nesse sentido, as pesquisas[3] abaixo apontam a atualidade do genocídio físico da população negra brasileira nas últimas décadas como parte de um processo histórico que se atualiza no tempo presente. As taxas de homicídio têm crescido conjuntamente com o aumento do homicídio entre a população negra desde os anos 1980. Os dados mais recentes, por exemplo, indicam que a população negra (sobre)representou 77% das vítimas de homicídios no Brasil em 2019, isso significa que a chance de uma pessoa negra morrer assassinada é 2,6 vezes maior do que a de uma pessoa não negra ou, ainda, que um jovem negro morre a cada 23 minutos no Brasil (Cerqueira *et al.*, 2021; Farias, 2016; Sinhoretto; Morais, 2018; Soares Filho, 2011; Waiselfisz, 2007, 2010, 2012, 2016).

Assim, em diferentes lugares e em diferentes períodos, um padrão se repete: homem negro solteiro de baixa escolaridade morto em via pública. Os dados da mortalidade por violência contra adolescentes (10-19 anos), por exemplo, de 1998 a 2004 em Recife apontavam que 92,45% das vítimas eram pretas[4] (Costa et al., 2009), enquanto no município de Governador Valadares, interior de Minas Gerais, nos anos de 2008 e 2009, representava mais de 80% dos óbitos (Santos, 2012). Isso foi verificado também nos dados de mortalidade por homicídio na Bahia, no período entre 1996 e 2010 (Souza et al., 2014) e nos homicídios de São Leopoldo (Rio Grande do Sul) (Hennington et al., 2008). E, em Alagoas, a chance de uma pessoa negra ser vitimada por homicídio é 17 vezes maior do que a de uma pessoa branca ou não negra (Nascimento; Santana, 2021).

Vale lembrar que a violência é a negação do direito à vida. Sobretudo quando se trata da juventude, isso seria então uma pena de morte do futuro a tal ponto que é cabível apontar que o extermínio-genocídio da juventude negra é uma nova forma de eugenia (Gomes; Laborne, 2018). Um genocídio que atinge inclusive as crianças negras mortas por "bala perdida", denominado por Renato Noguera (2020) como necroinfância, quando crianças negras sofrem abusos, encarceramentos e morte-assassinatos pelas armas-mãos do Estado, de grupos paramilitares ou daqueles ditos "cidadãos de bem", sendo impedidas de gozarem da infância.

[3] É importante destacar que a sociologia da violência historicamente negligenciou o racismo como variável analítica e explicativa da violência e do controle social e, quando considerada, raça/cor fora tratada como mera variável individualizante (do indivíduo autor da violência ou assujeitado nas instituições de punição) na maior parte dos estudos (Sinhoretto; Morais, 2018).

[4] Provavelmente a porcentagem é de pessoas negras, e não pretas como apontam as autoras. Além disso, elas sugerem que "talvez a causa do óbito não seja a raça/cor e sim a situação social adversa desse grupo racial/étnico" (Costa et al., 2009, p. 1786), uma explicação ambígua que relativiza o racismo estrutural e institucional dos processos de produção das desigualdades raciais e da mortalidade da população negra.

Aliás, é importante assinalar que, embora a execução de jovens negros periféricos ocupe um lugar substancial no genocídio da juventude negra, cada vez mais mulheres, mulheres grávidas e crianças têm sido alvos dessa violência estatal e da "guerra às drogas", cujo corpo-alvo é de mulheres e crianças negras e pobres. Esse, por exemplo, é o caso da violência letal praticada por forças policiais que, em 2021, assassinaram Katlen Romeu e seu bebê – em gestação de 4 meses - no Rio de Janeiro e fez Jussileni Santana Juriti perder a gestação de 8 meses após 3 tiros disparados pela Polícia Militar (PM) em Salvador (Leal; Flauzina, 2021). Comparativamente, enquanto mulheres brancas tendem a morrer por acidente de carro no estado de São Paulo, mulheres negras tendem a morrer por homicídio de tal modo que a violência letal que recai predominantemente sobre os homens negros também atinge as mulheres negras porque estão na mesma área urbana (Amparo-Alves, 2011).

Essa violência se faz com armas, mas também com múltiplas violências, como o caso de Cláudia Silva Ferreira, mulher negra arrastada pelo camburão da polícia no Rio de Janeiro em 2014. Uma dinâmica na qual a violência assume múltiplos assaltos ao corpo da mulher negra, seja naquela que chora o corpo do jovem negro executado, seja naquela cujo próprio corpo é alvo de execução; além da violência física, econômica e sexual perpetrada contra essas mulheres (Leal; Flauzina, 2021). E, ainda, submete mulheres negras à esterilização compulsória no Brasil (Ramos; Völker, 2020).

Nesse contexto se insere a interface racismo-gênero/sexualidade da morte, como o feminicídio e o transfeminicídio, na qual mulheres cis, trans e travestis pobres e negras têm sido vitimadas no Brasil (Ávila et al., 2020; Bento, 2018; Lima; Gambetta, 2020; Pimentel; Araújo, 2020; Ribeiro; Santos, 2019; Wermuth; Nielsson, 2020). Em virtude disso, 66% dos feminicídios registrados em 2019 no Brasil eram de mulheres negras (cis), uma tendência que vem crescendo nos últimos 11 anos, enquanto a violência letal de mulheres não negras encontra-se em queda (Cerqueira et al., 2021; Soares Filho, 2011; Waiselfisz, 2015). E, em 2021, 81% das travestis e mulheres trans vítimas do transfeminicídio no Brasil eram negras, uma média que tem se verificado desde 2017, quando foi iniciada a série de registros (Benevides, 2022).

Além disso, o genocídio físico se faz presente também na violência no campo, que possui raízes institucionais coloniais, marcadas historicamente pelo racismo, pela exploração econômica e social de grupos subalternizados e pelas concentrações e disputas fundiárias. Mais recentemente, entre 2007 e 2017, verificou-se um crescimento dessa violência rural que, embora não seja tipificada segundo raça/cor, é agravada em territórios indígenas e quilombolas, além de assentamentos rurais e unidades de conservação - geralmente ocupadas por populações racializadas (como negros, tradicionais, sertanejos) -, que têm sido as maiores vítimas dos homicídios no campo (Cerqueira; Mello, 2020).

Essa violência rural se revela num quadro histórico de assassinatos de quilombolas, com aumento expressivo de 350% de 2017 para 2018, cuja situação se agrava ainda mais no Nordeste, especialmente na Bahia. E, apesar dos homens negros também serem maioria (84,2%) das vítimas

quilombolas, essa violência apresenta uma dimensão interseccional, recaindo em mulheres negras quilombolas, muitas vezes tipificada como feminicídio e descolada da luta pelo território (Terra de Direitos; Conaq, 2018).

Desse modo, é perceptível que o genocídio físico da população negra abarca o que comumente é considerado como "morte violenta", "morte letal", "letalidade", "violência policial", "homicídio", "violência urbana" e "violência no campo (rural)" e possui camadas interseccionais como o "feminicídio" e o "transfeminicídio" de mulheres e travestis negras, assim como a "necroinfância" de crianças e jovens negros. Além disso, envolve outro tipo de morte, a esterilização compulsória de mulheres negras e pobres – como proposto pelos eugenistas brancos no século XIX, que basicamente consiste no impedimento da vida negra.

Em comum, o modus operandi do genocídio físico da população negra passa pela intervenção direta no corpo negro de tal modo que esse genocídio tem o corpo da pessoa negra como alvo e cujo efeito é a higienização racial física da sociedade, assentada na premissa da recusa da vida aos grupos racializados. Nesse contexto, não se deve perder de vista nem a importância dos massacres e das chacinas na higienização física da população negra, nem o papel do Estado (tanto pelas forças policiais, quanto pelas práticas médicas) e de grupos de extermínio como agentes perpetradores desse genocídio.

Genocídio político

Entende-se genocídio político como o higienismo político de um grupo racializado sobre o qual recai um conjunto de tecnologias-mecanismos de morte-aniquilamento aplicadas diretamente ao corpo físico de protagonistas políticos racializados. Dito de outro modo, o genocídio político consiste na negação da vida política a um grupo racializado a partir da intervenção violenta física e política, quando a morte política ocorre em um episódio-evento contextualizado na luta por direitos e igualdade. Assim, o genocídio político pressupõe a negação à vida negra e a negação-aniquilamento-higienismo do corpo-sujeito político.

Uma derivação do genocídio físico pouco discutida é a sua dimensão política, que consiste na morte de protagonistas políticas (lideranças e ativistas) negras que participam da vida política e/ou lutam por direitos, justiça e igualdade (racial). Para isso, é importante considerarmos a classificação da execução de Marielle Franco como um "assassinato político" (Ramos; Völker, 2020) e a sobreposição de violências (rural, racial e política de gênero) que vitimam mulheres quilombolas que exercem papéis de liderança política nas comunidades, geralmente assassinadas com requintes de crueldade (Terra de Direitos; Conaq, 2018; Unchaft et al., 2020).

Esse genocídio político tem na ditadura militar-empresarial um importante capítulo, na medida em que lideranças e ativistas negras(os) foram perseguidas(os), desaparecidas(os) e mortas(os) por agentes policiais do Estado nesse período, mesmo que ainda hoje não sejam consideradas(os) como mortes políticas nos debates sobre justiça de transição, criminologia e ciências penais (Flauzina; Freitas, 2017). E, mesmo sob a atual vigência de um pretenso[5] Estado Democrático de Direito, ativistas negras(os) ainda possuem medo de denunciar a

violência policial e sofrer retaliações ou ameaças de morte (Sinhoretto; Morais, 2018).

Apesar da negligência acadêmica quanto ao genocídio político da população negra, não se pode ignorar que esse genocídio possui uma camada política na história brasileira, desde as lideranças negras que arquitetavam fugas, rebeliões e quilombos que eram mortas, decapitadas e expostas em praça pública, como a figura clássica de Zumbi de Palmares até Binho do Quilombo e Mãe Bernadete, passando ainda pelas ameaças de morte e atentados recentes contra parlamentares negras, sobretudo mulheres e travestis sob a violência política de gênero racializada, como o caso de Carolina Iara (PSOL/SP), Érika Hilton (PSOL/SP), Benny Briolly (PSOL/RJ), Andreia de Jesus (PSOL/MG), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Jô Cavalcanti (PSOL/PE), por exemplo. Além ainda de crimes raciais com motivações políticas como o caso de Moa do Katendê; e os crimes de lideranças negras no campo como Chico Mendes (1988) e a família negra de ambientalistas (José Gomes, Marcia Nunes Lisboa e Joene Nunes Lisboa) morta no interior do Pará em 2022, como casos emblemáticos, mas não isolados.

Nesse contexto, o modus operandi do genocídio político passa pela intervenção direta no corpo negro político tido como alvo, além da gestão política da vida/morte, repressão, controle e vigilância da mobilização política dos grupos racializados, e cujo efeito é a higienização racial da vida política, assentada na premissa da recusa da vida política aos grupos racializados. Políticos, ruralistas latifundiários, matadores de aluguel, pistoleiros, grupos de extermínio e forças militares ou paramilitares costumam ser os principais agentes perpetradores desse genocídio.

Vale pontuar a importância desse genocídio na reprodução das desigualdades raciais de poder na política institucional uma vez que contribui para inviabilizar que pessoas negras ingressem e permaneçam nos espaços políticos institucionais e nos processos decisórios de políticas públicas, retroalimentando um ciclo de desigualdades, violências, injustiças e genocídios. Assim, o genocídio político se soma à histórica desigualdade de parlamentares racializadas(os) na arena institucional e à perseguição-proibição de movimentos e partidos políticos negros.

Genocídio social

Entende-se genocídio social como o higienismo social de um grupo racializado sobre o qual recai um conjunto de tecnologias-mecanismos de morte-aniquilamento aplicadas diretamente ao território racializado e/ou à sua condição cidadã. Dito de outro modo, o genocídio social consiste no higienismo racial de negação da vida social a um grupo racializado a partir da violência de Estado por abandono e negligência dos territórios

[5] É importante considerar a histórica crítica que o Movimento Negro dirige ao Estado, pois a existência do racismo (institucional) dentro do Estado faz com que ele seja agente de produção de desigualdades raciais, subcidadania, violência e genocídio da população negra. Afinal, "com racismo, não há democracia" como lembra o manifesto da Coalizão Negra por Direitos (2021) assinado por mais de 80 lideranças do movimento negro brasileiro e proferido pela atual ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Assim, ao tomar o racismo como categoria de análise da Democracia, intelectuais como Abdias Nascimento (2017), Ana Flauzina e Felipe da Silva Freitas (2017), Ana Flauzina e Thula Pires (2020), Jaime do Amparo-Alves (2010, 2011) e João Costa Vargas (2010) têm criticado a efetividade de um Estado Democrático de Direito na garantia dos direitos, da dignidade, da vida e da humanidade dessa população.

negros na qual a morte social ocorre cotidianamente. Assim, o genocídio social tem como alvo principal os territórios negros e se evidencia na negação à vida digna e na negação-aniquilamento-higienismo do corpo-sujeito cidadão.

Além do genocídio físico e político, a precarização da vida e das políticas sociais constitui outra forma de produção do genocídio da população negra brasileira. Essa dinâmica tem sido destacada por pesquisas recentes que apontam o caráter mortífero das desigualdades raciais e dos determinantes sociais da saúde-doença-morte, algo que acompanha a população negra ao longo de toda a história brasileira enquanto os fatores sociais se efetivam como produtores de morte.

A primeira face desse genocídio social possui relação direta com o genocídio físico na medida em que este genocídio é territorializado em locais marcados por desigualdades sociais racializadas. Essa mesma juventude negra executada pelo genocídio físico é também submetida à morte social ao ser privada de direitos sociais (de cidadania) ao longo de sua vida. Marcada por desigualdades raciais socioeconômicas, educacionais, habitacionais, sanitárias, de oportunidades e de qualidade de vida, para parte dessa juventude negra periférica a única oportunidade está no tráfico de drogas que aumenta a sua chance de exposição à violência letal policial (Alves, 2019; Amparo-Alves, 2011; Araújo et al., 2010; Hennington et al., 2008; Kilsztajn et al., 2005).

Nesse sentido, a desigualdade na distribuição de riquezas e recursos sociais (educação, saúde e saneamento, por exemplo) e outros indicadores de acesso a bens e consumo guardam uma relação direta com os homicídios da população negra (Souza; Lima, 2006), isto porque a segregação social e espacial racializada tem confinado essa população em áreas vulnerabilizadas e carentes de políticas públicas, onde os direitos e as garantias constitucionais não são efetivadas e, consequentemente, retroalimentam o ciclo de desvantagens históricas a cada geração. Na prática, o Estado se faz presente sob o policiamento ostensivo e combativo de caráter punitivista e de seletividade racial, mas não se efetiva enquanto garantidor da cidadania e da dignidade da pessoa humana para a população negra (Nascimento; Santana, 2021).

Dito de outro modo, a violência policial não é o único modo de violência do Estado, já que a omissão deste na garantia de direitos mínimos de cidadania em áreas predominantemente negras reforça a exposição da juventude negra à "geografia da morte" e ao "padrão mórbido de governança espacial" sob uma gestão bio-necropolítica das cidades neoliberais que expõem a população negra às desigualdades e à morte. Nessa segregação espacial, as condições de pobreza, raça, gênero e idade são articuladas aos espaços desprovidos de equipamentos públicos, sem políticas para a juventude e ausente do Estado de direito e do direito à cidade a partir de uma "topografia da crueldade" sob a qual tornam-se passíveis de serem mortos (Amparo-Alves, 2010, 2011; Oliveira, 2020a, 2020b).

Desse modo, a negação de políticas e de direitos sociais que resultam em desigualdades raciais na educação, saúde e moradia também compõem o genocídio da população negra (Alves, 2019), afinal, como lembram Gomes e Laborne (2018), a negação do direito à cidade, à saúde, à terra e à educação é uma negação do direito à

vida. E nisso reside uma segunda faceta desse genocídio social que diz respeito às condições precárias da população negra urbana e rural quanto ao acesso a serviços-direitos de saúde ambiental, saneamento e habitação que revelam o racismo ambiental presente nas políticas higienistas e obrigam essa população a viver em condições insalubres, com péssimas condições de vida e serviços precarizados que agem como determinantes sociais da doença-morte (Jesus, 2020a, 2020b; Teixeira e Scudder, 2019).

Assim, domicílios de famílias negras tendem a sofrer as maiores desigualdades na oferta de serviços básicos como o de saneamento em decorrência do racismo ambiental, seja pela não oferta, seja pela oferta irregular – ambas decorrentes do racismo institucional no setor e nas políticas de saneamento (Jesus, 2020b; Sanches-Baptista; Santos, 2022; Santos; Moraes, 2022). Consequentemente, a população negra pobre tem sido submetida a vivências sanitárias insalubres e precarizadas, que resultam em doenças e na alta mortalidade por inadequação do saneamento, mais especificamente na morte de uma pessoa negra a cada 1 hora e meia no Brasil por doenças como diarreia, leptospirose e verminoses que são consideradas evitáveis e negligenciadas no campo da saúde (Jesus, 2020a).

Esse cenário abarca outra dimensão desse genocídio social que está conectada ao racismo institucional tanto pela precarização e mau atendimento dos serviços públicos voltados à população negra quanto pela ausência de políticas sociais afirmativas. Nesses casos, a mortalidade da população negra se faz pelo não atendimento adequado e humanizado para a manutenção das suas condições de saúde-viver, um quadro de racismo institucional na saúde que se sobrepõe à negligência na assistência à saúde e à violência verbal e física no atendimento hospitalar público (Santos et al., 2019).

É sintomático, então, que enquanto a população branca brasileira tende a morrer por doenças crônicas, de velhice - uma "morte morrida" -, a população negra tende a morrer por causas externas, doenças infecto-parasitárias, complicações da gravidez e do parto, transtornos mentais e causas mal definidas - uma "vida desfeita", uma "morte desgraçada" (Amparo-Alves, 2011; Batista et al., 2004, p. 635), na qual jovens e adultos jovens (entre 20 e 49 anos) negros apresentam a mortalidade proporcional mais elevada do que outros grupos (Chor; Lima, 2005). Esse é um quadro agravado na zona rural, onde muitas comunidades quilombolas não têm seus direitos territoriais, sociais e ambientais reconhecidos (Terra de Direitos; Conaq, 2018; Unchaft *et al.*, 2020).

Na prática, isso significa que há uma desproporcionalidade racial nas diversas formas de mortalidade que estão entrelaçadas com as desigualdades raciais e com a precarização da vida da população negra brasileira, tais como:

a) a mortalidade materna de gestantes negras (Batista et al., 2004; Cardoso et al., 2020; Chor; Lima, 2005; Cruz, 2004; Martins, 2006; Nascimento *et al.*, 2018; Teixeira et al., 2012);

b) a mortalidade infantil de bebês negros (Cardoso et al., 2005; Gava *et al.*, 2017; Guerrero et al., 2007; Pícoli et al., 2019);

c) a mortalidade por HIV-Aids, sobretudo de mulheres negras (Chor; Lima, 2005; Fonseca et al., 2007; Santos, 2016);

d) a mortalidade por Covid-19 (Araújo et al., 2020; Flauzina; Pires, 2020; Oliveira et al., 2020; Sthel; Silva, 2021);

e) a mortalidade por hipertensão arterial (Chor; Lima, 2005); e

f) a menor expectativa de vida da população negra (Cruz, 2004).

Verifica-se, então, que o genocídio social da população negra possui uma relação direta com o genocídio físico, já que os territórios marcados pela violência policial letal também são marcados por desigualdades sociais racializadas que levam ao adoecimento e à mortalidade por doenças evitáveis e negligenciadas, por determinações sociais do processo de saúde-doença-morte ou, ainda, por negligência no atendimento e precarização dos serviços públicos – o racismo institucional na saúde pública. Isto é, o genocídio social passa pela negação sistemática de direitos sob uma interface entre racismo ambiental, pobreza, planejamento urbano higienista, determinantes sociais da saúde da população negra, nutricídio, infanticídio e mortalidade materna.

Assim, o genocídio social abrange a precarização da vida e dos serviços públicos; a não alocação de políticas sociais para o combate das desigualdades sociais nos territórios negros; a imposição de violência patrimonial, econômica e social nesses locais; o racismo ambiental (no ambiente de trabalho, moradia e lazer); a mortalidade por fome, miséria e doenças evitáveis-negligenciadas; e a mortalidade materna e infantil. Esse genocídio passa pela não garantia de direitos-cidadania à população negra e pela imposição de desigualdades socioambientais racializadas que expõem pessoas-famílias negras à morte.

Em todos os casos, o modus operandi do genocídio social da população negra é marcado pela não intervenção de políticas sociais nos territórios racializados de tal modo que esse genocídio tem os espaços-bairros-territórios negros como alvo da ausência-violência do Estado na garantia de direitos sociais e cujo efeito é a higienização racial da vida cotidiana, assentada na premissa da recusa da vida digna aos grupos racializados. A precarização da vida e a imposição de condições degradantes de subvivências à população negra são as principais características do modus operandi do genocídio social.

Nesse genocídio, o Estado (neo)liberal branco tem sido o principal perpetrador a partir do racismo institucional, ao instituir a morte social à população negra quando nega-lhes direitos e serviços sociais, como o direito à cidade e à saúde; mas as empresas e instituições privadas também assumem uma agência ao não promoverem políticas afirmativas de combate às desigualdades raciais presentes na sociedade, não oportunizando a melhoria da qualidade de vida e a ascensão social de pessoas-famílias negras que as retire das condições socioambientais desiguais que promovem esse genocídio.

Genocídio simbólico

Por fim, entende-se como genocídio simbólico o higienismo simbólico de um grupo racializado sobre o qual recai um conjunto de tecnologias-mecanismos de morte-aniquilamento aplicado diretamente à sua identidade, cultura e subjetividade grupal. Dito de outro modo, o genocídio simbólico consiste na negação da vida cultural a um grupo racializado a partir da violência racial simbólica cotidiana. Assim, o genocídio simbólico tem como

alvos principais as identidades-culturas-subjetividades racializadas e o imaginário coletivo e se evidencia na negação à vida digna e na negação-aniquilamento-higienismo do corpo-sujeito humano racializado, da sua dignidade e do seu sentido de vida-existir.

Dessa maneira, outro modo de matar e deixar morrer do racismo está ancorado na dimensão simbólica do genocídio e que estrutura todos os demais genocídios na medida em que age desumanizando, aniquilando e legitimando o genocídio da população negra num ciclo que se retroalimenta na negação da identidade negra e, portanto, da cultura e da subjetividade negra. Assim, destacam-se abaixo algumas pesquisas recentes que têm realçado esse modo de genocídio.

Historicamente, a população negra tem sido estigmatizada por uma construção do corpo negro como perigoso, mau, demoníaco, sujo, feio, impuro, criminoso e passível de ser eliminado, sobretudo a masculinidade negra tida como sinônimo de criminalidade, violência, impureza, maldade, agressividade e desvio. Essas representações raciais estigmatizadas estão presentes em algumas cartilhas do Ministério Público, algumas páginas dos grandes jornais, alguns cursos de formação de policiais, algumas propagandas e na espetacularização midiática diante de chacinas e mortes cotidianas, na proibição da capoeira e do candomblé por religiosos cristãos e nos jogos eletrônicos de violência (Amparo-Alves, 2010; Vergne et al., 2015; Vergne, 2018).

Tais estigmas racistas estão tanto diretamente conectados com os genocídios anteriores ao compartilharem do mesmo pressuposto que corpos negros, sobretudo jovens, são criminosos, uma fonte potencial do mal e descartáveis. E, por isso, precisam ser sistematicamente controlados e eliminados (por execuções sumárias) como normalidade da vida social e política de Estado para o controle da ordem social vigente (branca) pelo sistema penal - pela polícia, pelo Judiciário e pela prisão (Araújo, 2019; Sampaio; Meneghetti, 2020; Vergne et al., 2015).

Vale ressaltar dois pontos quanto a isso. O primeiro diz respeito ao compartilhamento desses estigmas pela polícia, já que a abordagem policial é baseada em estereótipos raciais de suspeitos que, somada à masculinidade hegemônica dos policiais militares, converte o modelo de policiamento ostensivo em filtragem racial da ação policial (vigilância racial), encarceramento, letalidade-brutalidade policial e execuções extrajudiciais, sumárias e arbitrárias justificadas pelo "auto de resistência" (Sinhoretto, 2018; Sinhoretto; Morais, 2018; Sinhoretto et al., 2020; Soares et al., 2019). E, segundo, nem as crianças escapam disso, na medida em que se verifica também uma naturalização da necroinfância contra as crianças negras assassinadas, consideradas como "crianças matáveis", "crianças que nascem com um alvo no peito", "crianças invisíveis", "crianças violáveis" ou outros (Noguera, 2020).

A relação entre genocídio simbólico e genocídio social, por sua vez, é estabelecida quando a população negra é considerada "menos que humana", um corpo indesejado, rejeitado, que precisa ser saneado-removido das cidades e que pode ser exposto à insalubridade ambiental para morrer. Assim, o "lugar de negro" como espaços historicamente de pobreza, indigência, negligência social e sem infraestrutura se efetiva como um espaço

de desigualdades raciais em saúde. E, enfim, se estabelece o lugar da morte, onde pessoas negras são deixadas para morrer prematuramente sem qualquer comoção social ao desprezar suas necessidades e direitos sociais (Jesus, 2020a, 2022; Jesus; Penha, 2023; Oliveira et al., 2020; Sampaio; Meneghetti, 2020; Teixeira; Scudder, 2019; Vargas, 2010).

Por outro lado, o genocídio simbólico possui também suas especificidades, produzindo dinâmicas próprias de genocídio que impõem uma morte simbólica no cotidiano da população negra. Nesse sentido, o genocídio inclui diferentes modos de matar/morrer na qual a morte física é a última camada de morte da carne negra, passando ainda pela violência simbólica do corpo negro, pela destruição da identidade do sujeito negro e pelo embranquecimento físico e/ou cultural. Isto porque a construção da pessoa negra como não humana é uma premissa para a efetivação do genocídio da população negra e para os processos psicossociais de embranquecimento de uma sociedade que atualiza as teorias eugênicas e a máquina subjetiva de produção de morte nazista (Jesus, 2022; Jesus; Penha, 2023; Vergne et al., 2015). A desumanização é, então, a base simbólica racista que sustenta o genocídio.

Uma primeira especificidade do genocídio simbólico é sua atuação na legitimação dos processos de genocídio, na medida em que atua moldando símbolos, discursos e mitos que justificam o próprio genocídio. Isso passa pela mídia, pela publicidade, pelo cinema e pelas redes sociais que constroem narrativas de "democracia racial", "bandido bom é bandido morto", "guerra às drogas", "pessoas de bem", "cidadãos de bem" e "se a polícia matou é porque boa coisa não é"; além de atuarem na banalização midiática da morte, na normalização da morte na vida cotidiana e na efetivação da morte pelos instrumentos de repressão e controle do Estado e paraestatais - como esquadrões da morte (Alves, 2019; Amparo-Alves, 2010; Calmon, 2019; Flauzina; Pires, 2020; Leal; Flauzina, 2021; Vasques, 2019; Vergne, 2018).

Merece nota que a naturalização da violência letal contra a população negra, ou mais propriamente o "equívoco" das mortes negras e das balas perdidas que sempre encontram corpos negros, revela um genocídio naturalizado sob a reatualização das cenas coloniais de morte e desumanização da população negra. Assim, historicamente a violência tem sido a forma privilegiada de "diálogo" do Estado com a população negra e pobre, que reiteradamente mata "sem querer" pessoas negras por um "erro", uma "confusão" dos agentes policiais atrelada a uma política de terror constante na qual a pena de morte é uma realidade para uma parcela da população brasileira, ainda que inconstitucionalmente. Uma realidade assentada na criminalização e estigmatização que compreende os corpos e territórios negros e favelados-periféricos como descartáveis, matáveis, quartos de despejo, onde o corpo negro é tido como culpado até que se prove o contrário (Marques Júnior, 2020; Sampaio; Meneghetti, 2020).

Outra especificidade do genocídio simbólico é, como em um jogo de espelhos, ocultar e silenciar não apenas os processos de genocídio da população negra como parte do tabu e do silencioso consentimento que movem a engrenagem do genocídio, mas também promover o apagamento

e a invisibilização das narrativas, lutas, resistências, contribuições (históricas e culturais) negras e dos elementos de reforço positivo da identidade e cultura negra (Alves, 2019; Flauzina; Freitas, 2017; Leal; Flauzina, 2021; Vergne et al., 2015).

A terceira especificidade desse genocídio reside no fato que a construção simbólica do sujeito negro como suspeito e criminoso refere-se à impossibilidade de ele ser vítima. A representação social que pessoas negras são suspeitas, e não vítimas da violência, é parte da dinâmica racial, que é reforçada pelas categorias e discussões da criminologia e vitimologia brasileira, alheias à compreensão do racismo na estruturação da formação social brasileira, do crime e da violência. Assim, a naturalização da dor negra, que é alicerçada pela dificuldade de reconhecer a população-pessoa negra como "vítima", pela negação dos direitos humanos para essa população e pela movimentação altamente letal da justiça criminal brasileira são condições inerentes às práticas sociais e jurídicas no Brasil (Flauzina; Freitas, 2017).

Em termos práticos, por exemplo, isso inclui o racismo institucional da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que excluiu os corpos negros torturados e executados durante a ditadura, desconsiderando o sofrimento negro e as vidas negras perdidas nas perseguições sistemáticas às organizações políticas do Movimento Negro e às manifestações culturais negras na ditadura. O Movimento Negro sequer foi convidado a participar da CNV e tampouco se tornou objeto de algum dos 13 grupos de trabalho da Comissão, consequentemente, a atuação da CNV ajudou a perpetuar um imaginário que apaga o protagonismo político negro e descarta o sofrimento negro, colocando a vitimização como um privilégio da branquitude (Flauzina; Freitas, 2017).

E, nesse processo de reconstituição histórica e reparação, enquanto sujeitos brancos emergem como resistentes da ditadura e até chegam a cargos de chefe de governo na América Latina – como Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Pepe Mujica -, resistentes políticos negros sequer são considerados. Enquanto isso, seguem em curso tanto a politização do sofrimento negro como condicionante da organização política brasileira, quanto o apagamento da resistência e da luta política negra ao longo da história (Flauzina; Freitas, 2017).

Uma quarta especificidade do genocídio simbólico consiste na mobilização coletiva dos afetos e da cultura, construindo um desejo social de morte e eliminação de negros e pobres. Isto é, a morte como desejo de ordem e higienização racial, um desejo que contempla inclusive a repressão cultural negra e favelada – como o funk e as religiões de matriz afro-brasileira. Tais processos revelam uma identidade social e política brasileira calcada no fenômeno-trauma da violência simbólica racializada, cimentado à psique social e institucional (como as instituições de segurança pública) em diferentes gerações, atravessando os corpos, os espaços, os tempos, as geografias e os momentos históricos (Flauzina; Pires, 2020; Nascimento; Santana, 2021; Vergne, 2018).

Essa violência simbólica, por sua vez, atende a uma construção ideológica da economia política do racismo brasileiro, que é parte de um modelo liberal de direitos humanos (para humanos direitos, leia-se: brancos, ricos moradores de áreas ditas nobres), para sustentar a

violência-eliminação física do corpo negro, considerado indesejável, não humano e não cidadão. Então, o genocídio da juventude negra torna-se compatível com a defesa da paz, dos direitos humanos e da proteção da vida dos "cidadãos de bem" (Amparo-Alves, 2010).

E, ao mesmo tempo, molda a construção de masculinidades negras ao interditar a fala e a manifestação das emoções e afetos calcados na ternura, na docilidade e no carinho, que os impedem falar de si e enunciar suas dores e sofrimentos. E, com isso, a brutalidade, virilidade e truculência esperada do "negão" podem confundir temor e respeito, defendê-los de abusos e desrespeito, mas também isolar e causar sofrimentos emocionais (Ribeiro, 2019).

Assim, desde uma pedagogia da violência racializada, a dor, a morte, o sofrimento da população negra, a desumanização, a violência simbólica, o genocídio (do corpo, mente e espírito) e a negação da cidadania têm constituído um modo político de abreviar vidas negras e produzir uma geografia da morte em prol de um projeto genocida e eugenista brasileiro que tem atravessado nossa história, nossa sociabilidade e nossas instituições, da polícia à escola, da saúde pública à mídia (Nascimento, 2021; Vargas, 2010; Vergne et al., 2015).

Nesse contexto se insere a quinta especificidade do genocídio simbólico, a morte cultural, como o desrespeito e a não garantia da manutenção das tradições culturais e formas de vida quilombolas (Terra de Direitos; Conaq, 2018; Unchaft et al., 2020), assim como os crescentes casos e denúncias de racismo religioso contra religiosos e terreiros de matriz afro-brasileira, em especial o Candomblé. Isso tem sido efetivado por meio da violência-eliminação simbólica e concreta que envolve desde os discursos de demonização e discriminação da identidade afro-religiosa até a destruição de terreiros e assassinatos de afro-religiosos(as), incluindo também agressões físicas e morais, expulsão dos terreiros nas comunidades, epistemicídios e uma série de violências e violações protagonizadas por religiosos cristãos neoconservadores sob uma gramática-política cristofascista que entremeia intolerância (religiosa), racismo (religioso) e genocídio (religioso) (Hoshino; Chueiri, 2019; Miranda, 2020, 2021).

E, até pela depreciação e criminalização das práticas tradicionais das religiosidades de matriz africana via judicialização da constitucionalidade do abate ritual de animais no Supremo Tribunal Federal. Aliás, não por acaso, historicamente tem havido uma seletividade racial na criminalização dos ritos e religiosidades africanas e negras - como batuque, candomblé, toré, nagô, oferendas em espaço público e cerimônias e toques de atabaque -, perseguições essas empreendidas pela impressa, pela justiça e pela polícia (Domingues, 2019; Hoshino; Chueiri, 2019).

E, por fim, a sexta especificidade do genocídio simbólico, a morte por comportamento autodestrutivo da população negra, tanto por abuso de drogas quanto por suicídio. Todo esse contexto simbólico no qual o preconceito racial é forjado em âmbito simbólico-discursivo atravessa os processos de subjetivação, a constituição das identidades raciais e a saúde mental. Nesse contexto, crianças e adolescentes negros(as) têm apontado os apelidos, as ofensas e as "brincadeiras" racistas ocorridas na escola, em instituições de saúde, na rua e em casa praticados pela polícia, por colegas e pela própria

família. Consequentemente, o desejo de embranquecer e até de matar pessoas negras, além do sofrimento emocional, estresse, ansiedade e depressão têm sido constatados como efeitos do racismo introjetado desse público (Barros et al., 2022).

Nesse cenário, as experiências de baixa renda e escolaridade, desemprego, não pertencimento, exclusão, não aceitação de si mesmo, violências, humilhações e abuso de drogas e transtornos mentais oriundas do racismo estrutural são fundamentais para a produção social, política e ontológico dos corpos e subjetividades que valem menos, e cujas mortes não são sentidas ou até mesmo são desejadas. Assim, ao produzir uma existência negra precarizada pela inferiorização, subordinação e invisibilidade, o racismo demarca os corpos e as subjetividades negras com sofrimento e adoecimento físico e psíquico, além de regular inclusive a vontade de viver, que tem no suicídio da população negra uma das facetas do genocídio desde o banzo e as práticas suicidas no período colonial (Aguiar, 2012; Brasil, 2018; Lima; Paz, 2021; Tavares, 2017).

Essa realidade se reflete no suicídio da população negra, que tem aumentado nos últimos anos e representou 55,4% dos suicídios em 2016, afetando sobretudo adolescentes e jovens negros(as) que representam 6 a cada 10 suicídios de adolescentes e jovens brasileiros. Isto é, o risco de suicídio de adolescentes e jovens negros(as) é 45% maior do que daqueles(as) brancos(as). Quando se analisa por sexo, adolescentes e jovens negros do sexo masculino possuem risco de suicídio 50% maior do que brancos, enquanto as adolescentes e jovens negras possuem um risco 20% maior do que as brancas. Se a análise fica restrita a adolescentes (10 a 19 anos) negras(os), independente de sexo, o risco de suicídio é 67% maior do que em brancas(os), enquanto o risco de jovens (20 a 29 anos) negras(os) é 34% maior do que em brancas(os) (Brasil, 2018). Um cenário que se verifica também na alta taxa de suicídio em adultos negros no Cerrado Centro-Oeste e Semiárido Nordestino em 2014 (Palma et al., 2020).

Além disso, a maior mortalidade de mulheres negras por transtornos mentais do que em mulheres brancas (Cruz, 2004) e o suicídio de mulheres negras gestantes ou puérperas (Nascimento et al., 2018) também marcam a interseccionalidade desse genocídio, enquanto homens negros pobres têm também maior prevalência na mortalidade por doenças e agravos relacionadas ao álcool no Brasil (Machado et al., 2018). Assim, a morte do sentido da vida e do signo da negritude, sobreposta às violências e violações cotidianas do genocídio físico, político e social têm produzido mortes simbólicas racializadas.

Tendo esse panorama em vista, é possível afirmar que o genocídio simbólico da população negra é a camada mais profunda e o elo entre os genocídios anteriores, na medida em que se insere na cultura, no imaginário social, nos signos e discursos sociais e nas subjetividades (individuais e coletivas) e, consequentemente, naturalizam e legitimam processos historicotidianos de genocídio. Esse genocídio é sustentado pela construção, legitimação e perpetuação do corpo negro matável (desprezível, indesejável, digno de morte) sob a violência simbólica e psicológica e da necessidade de higienizar-embranquecer-matar também a cultura (material e imaterial) negra.

Portanto, o genocídio simbólico abrange os ataques, humilhações e estigmas raciais dirigidos à condição de ser (identidade) negra(o) e à cultura negra; assim como os discursos, imagens, representações e imaginários coletivos pautados nesses estigmas raciais. Na prática, esse genocídio está presente nos ataques aos terreiros de religiões afro-brasileiras, nas atitudes discriminatórias racistas, no epistemicídio, nas representações midiáticas racistas, nas piadas, nas imagens de controle e no racismo recreativo; no genocídio cultural, etnocídio, memoricídio, linguicídio, racismo religioso e racismo linguístico; no preconceito racial, racismo algorítmico, racismo pessoal, racismo interpessoal e na discriminação racial; nas vivências marcadas pela precarização da vida e pela massificação e espetacularização da morte negra na mídia; e na loucura e no comportamento autodestrutivo (uso abusivo de drogas e suicídio - quando a vida torna-se psíquico-simbolicamente insustentável em decorrência desses processos e dos outros genocídios).

Em todos os casos, o modus operandi do genocídio simbólico da população negra passa pela produção de estigmas raciais, desumanização e violência simbólica do grupo racializado de tal modo que esse genocídio tem a identidade-cultura-subjetividade negra como alvo e cujo efeito é a higienização racial do simbólico compartilhado coletivamente, assentada na premissa da recusa da vida digna aos grupos racializados. A morte da identidade-cultura por apropriação cultural, a mobilização dos afetos (medo e do auto-ódio e seus mecanismos de defesa e rejeição) e a morte por suicídio (perda-morte do sentido da vida) são as principais características do modus operandi do genocídio simbólico.

Nesse genocídio, o papel das mídias hegemônicas, das escolas, das igrejas cristãs, do estado e das empresas como agentes perpetradores é evidente, ao consentir ou até promover a discriminação racial, o racismo recreativo e religioso em seus espaços institucionais; ao silenciar, banalizar ou espetacularizar o sofrimento, a dor, violência e morte do corpo negro; e, ainda, ao embranquecer a produção cultural negra e as narrativas históricas, ao ocultar a contribuição africana e afro-brasileira para a nação brasileira e ao romantizar fatos-agentes históricos escravistas e/ou racistas.

Considerações finais

Do genocídio dos povos originários (indígenas), que se inicia na colonização, às denúncias recentes contra o genocídio da população negra e às lutas dos movimentos e coletivos negros de que “Vidas Negras Importam”, o genocídio é estruturante e estruturado pelo racismo brasileiro. Parece haver então um paradoxo: de um lado, o movimento negro brasileiro que afirma reiteradamente que há um genocídio contra a população negra brasileira; e do outro, o campo das Ciências Sociais, e até mesmo o subcampo da Sociologia das Relações Raciais, que desconsidera a centralidade do genocídio como mecanismo-processo estrutural do racismo e da cultura político-afetiva brasileira.

Dessa maneira, o genocídio tem sido um problema social histórico que não foi institucionalizado enquanto problema sociológico, antropológico e político. Apesar dessa negligência institucional com o genocídio na agenda de pesquisas

das Ciências Sociais, esse debate vem ocorrendo em outras áreas, no movimento negro e no cotidiano, o que reforça a importância de as Ciências Sociais estarem mais sensíveis à escuta do cotidiano e dos movimentos sociais, tornando esses problemas sociais historicotidianos em problemas de pesquisa social.

Para isso, pesquisas que busquem enquadrar esses tipos de genocídio da população negra brasileira numa perspectiva histórica ampliada para auxiliar na compreensão histórica e estrutural do genocídio são extremamente relevantes. Assim como a criação de grupos e linhas de pesquisa, observatórios e instituições para explicitar e atuar no combate ao genocídio da população negra - atuando tanto na produção de diagnósticos e proposições de políticas públicas, quanto na interpelação e denúncia na esfera internacional para responsabilização do Estado Brasileiro, como o Tribunal de Haia e a Anistia Internacional.

É fundamental também uma mudança significativa nas políticas públicas, já que os diferentes tipos de genocídio da população negra demandam diferentes tipos de políticas afirmativas da vida negra, que perpassem as políticas sociais, as políticas simbólico-culturais e as políticas de formação e acesso a oportunidades, como os cargos de poder (no Estado, nas empresas e nas Organizações Não Governamentais).

E, ainda, é vital que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, o Estatuto da Igualdade Racial, a reforma agrária, a titulação de terras dos povos tradicionais e as políticas urbanas de habitação sejam urgentemente efetivadas para coibir o genocídio político e social. As políticas afirmativas precisam, enfim, caminhar no sentido simbólico de produzir outra cultura político-afetiva, que reconheça a humano-dignidade, a cidadania e o protagonismo político da população negra brasileira.

Referências

Aguiar, G. O. de. (2012). O suicídio entre jovens negros na perspectiva Durkheimiana. *identidade!*, São Leopoldo (RS), 17 (1), 91-108.

Alves, J. A. de A. (2019). "A violência não nos pertence, nós somos vítimas dessa violência": discursos sobre o genocídio da população negra em Recife-PE. *Conexão Política,* Teresina, 8 (1).29-48. DOI: https://doi.org/10.26694/rcp.issn.2317-3254.v8e1.2019.p29-48.

Amparo-Alves, J. do. (2010). À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, 20 (4),563-578.

Amparo-Alves, J. do (2011). Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. *Revista da ABPN*, Goiás, 1 (3), 89-114.

Araújo, D. F. M. da S. de. (2019). Juventude negra no Brasil: para uma desconstrução de um corpo marginal e descartável. *Caderno Sisterhood*, Recôncavo Baiano, 3 (3), .46-62.

Araújo, E. M. de *et al.* (2010). Distribuição espacial da mortalidade por homicídio e

desigualdades sociais segundo a raça/cor em um espaço intra-urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 13 (4), 549-560. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-790X2010000400001.

Araújo, E. M. de *et al.* (2020). Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, 44 (n. especial 4),191-205. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-11042020E412.

Ávila, T. P. de et al. (2020). Políticas públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, 10 (2), 383-415.

Barros, S. et al. (2022). Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. *Interface*, Botucatu, 26, e210525. DOI: https://doi.org/10.1590/interface.210525.

Batista, L. E. *et al.* (2004). A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. *Revista de Saúde Pública*, 38 (5), 630-636. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-89102004000500003.

Benevides, B. G. (Org). (2022). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília, Distrito Drag, ANTRA.

Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, 53, e185305. DOI: https://doi.org/10.1590/18094449201800530005.

BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Busca. Disponível em: http://anpocs.com/index.php/bib-periodico. Acesso em: 11/02/2022.

BPSR. Brazilian Political Science Review. Buscar. Disponível em: https://search.scielo.org/?q=*&lang=pt&filter[ta_cluster][]=Bras.%20political%20sci.%20rev. Acesso em: 11/02/2022.

Brasil. (1952). Decreto n. 30.822, de 6 de maio de 1952. Promulga a convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 09.05.1952. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1952/D30822.html. Acesso em: 22/11/2022.

Brasil. (2018). *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016*. Brasília, Ministério da Saúde.

Calmon, M. S. (2019). O genocídio do povo negro no Brasil de Abdias do Nascimento ao Mapa da Violência. *Caderno Sisterhood*, Recôncavo Baiano, 3(3), 145-156.

Cardoso, A. M. *et al.* (2005). Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: o que dizem os sistemas nacionais de informação? *Cadernos de Saúde Pública*, 21 (5), 1602-1608. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000500035.

Cardoso, B. B. *et al.* (2020). Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (n. Suppl 1), e00188718. DOI: https://doi.org/10.1590/01002-311X00188718.

Cerqueira, D. et al. (Coord.). (2021). *Atlas da Violência 2021*. São Paulo, FBSP.

Cerqueira, D.; Mello, J. (Coord.). (2020). *Atlas da violência no campo no Brasil:* condicionantes socioeconômicos e territoriais. Brasília, IPEA.

Chor, D.; Lima, C. R. de A. (2005). Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(5), 1586-1594. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000500033.

Costa, I. E. R. da et al. (2009). Diferenciais da mortalidade por violência contra adolescentes segundo estrato de condição de vida e raça/cor na cidade do Recife. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (5), 1781-1788. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000500019.

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa*: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre, Artmed.

Cruz, I. C. F. da. (2004). A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 38 (4), 448-457. DOI: https://doi.org/10.1590/S0080-62342004000400011.

Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Plataforma Lattes – CNPq. Consulta parametrizada. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Acesso em: 30/12/2023.

Domingues, P. (2019). Guerra de Xangô: ritual, perseguição e conflito na formação do campo religioso afro-sergipano. *Religião & Sociedade*, 39 (1), 120-146. DOI: https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n1cap06.

Farias, L. (2016). *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens (CPIADJ)*. Brasília, Senado.

Flauzina, A. L. P.; Freitas, F. da S. (2017). Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, 135 (25), 49-71.

Flauzina, A.; Pires, T. (2020). Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. *Revista Brasileira de Políticas Públicas,* Brasília, 10 (2), 74-92.

Flick, U. (2013). *Introdução à Metodologia de Pesquisa*: um guia para iniciantes. Porto Alegre, Penso.

Fonseca, M. G. P. et al. (2007). AIDS mortality, "race or color", and social inequality in a context of universal access to highly active antiretroviral therapy (HAART) in Brazil, 1999-2004. *Cadernos de Saúde Pública*, 23 (suppl.3), S445-S455. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001500012.

Gava, C. *et al.* (2017). Mortalidade infantil por cor ou raça em Rondônia, Amazônia Brasileira. *Revista de Saúde Pública*, 51, 1-9. DOI: https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006411.

Gomes, N. L.; Laborne, A. A. de P. (2018). Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, v34, e197406. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-4698197406.

Guerrero, A. F. H. et al. (2007). Mortalidade infantil em remanescentes de quilombos do Munícipio de Santarém - Pará, Brasil. *Saúde e Sociedade*, 16 (2), 103-110. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902007000200010.

Hennington, É. A. *et al.* (2008). Mortalidade por homicídios em Município da Região Sul do Brasil, 1996 a 2005. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 11 (3), 431-441. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-790X2008000300010.

Hoshino, T. de A. P.; Chueiri, V. K. de. (2019). As cores das/os cortes: uma leitura do RE 494601 a partir do racismo religioso. *Revista Direito e Práxis*, 10 (3), 2214-2238. DOI: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43887.

Jesus, V. de. (2020a). Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.29, n.2, e180519. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519.

Jesus, V. de. (2020b). O racismo institucional das políticas públicas como entrave da cidadania brasileira: uma análise das políticas de saneamento básico. Sinais – *Revista de Ciências Sociais*, Vitória (ES), 1 (24), 98-117.

Jesus, V. de. (2022). O cheiro do racismo na cultura político-afetiva higienista brasileira: o saneamento do corpo-dejeto. *Psicologia & Sociedade*, Recife (PE), 34, e257400. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34257400.

Jesus, V. de; Penha, S. R. da. (2023). O discurso do lixo: uma análise psicanalítica e sociopolítica dos mecanismos simbólicos do racismo brasileiro. *Revista da ABPN*, Goiás, 16.

Kilsztajn, S. *et al*. (2005). Vítimas da cor: homicídios na região metropolitana de São Paulo, Brasil, 2000. *Cadernos de Saúde Pública*, 21 (5), 1408-1415. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000500013.

Leal, C. G.; Flauzina, A. L. P. (2021). Execução de Mulheres Negras e o Caso Cláudia Silva Ferreira. *RDP*, Brasília, 18 (99), 170-188. DOI: https://doi.org/10.11117/rdp.v18i99.5730.

Lima, F.; Gambetta, J. (2020). "Parem de nos matar": a bionecropolítica genderizada e a persistência de mulheres indígenas e negras na Améfrica Ladina. *GÊNERO*, Niterói, 20 (2), 85-109. DOI: https://doi.org/10.22409/rg.v20i2.44570.

Lima, L.; Paz, F. P. C. (2021). A morte como horizonte? Notas sobre suicídio, racismo e necropolítica. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora (MG), 16 (1), 95-109. DOI: https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.30795.

Machado, Í. E. *et al*. (2018). Trends in mortality rates where alcohol was a necessary cause of death in Brazil, 2000–2013. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 42, 1-9. DOI: https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.9.

Marques Júnior, J. S. (2020). O "equívoco" como morte negra, ou como "naturalizar" balas racializadas. *Revista Katálysis*, 23 (2), 366-374. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p366.

Martins, A. L. (2006). Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22 (11), 2473-2479. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001100022.

Miranda, A. P. M. de. (2020). "Terreiro politics" against religious racism and "christofascist" politics. *Vibrant*, 17, e17456. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-43412020v17d456.

Miranda, A. P. M. de. (2021). A "política dos terreiros" contra o racismo religioso e as políticas "cristofascistas". *Debates do NER*, Porto Alegre, 21 (40), 17-54. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8136.120344.

Nascimento, A. (2017). *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo, Perspectiva.

Nascimento, E. do. (2021). Colonialidade, Modernidade e Decolonialidade: Da Naturalização da Guerra à Violência Sistêmica. *Intellèctus*, XX (1), 54-73.

Nascimento, E. do; Santana, L. (2021). Quando nenhum lugar é seguro: a violência contra corpos negros em Alagoas. *Argumentos*, Minas Gerais, 18 (1), 75-93.

Nascimento, S. G. do et al. (2018). Causas externas de mortalidade em mulheres grávidas e puérperas. *Acta Paulista de Enfermagem*, 31 (2), 181-186. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0194201800026.

Nogueira, R. (2020). Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas? A história do Brasil é marcada por abusos, encarceramento e morte de crianças negras. *Lunetas*, 09.12.2020. Disponível em: https://lunetas.com.br/necroinfancia-

criancas-negras-assassinadas/. Acesso em: 21/07/2022.

Novos Debates: Fórum de Antropologia. Buscar. Disponível em: http://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/search. Acesso em: 11/02/2022.

Oliveira, D. A. de. (2020a). A questão racial brasileira: apontamentos teóricos para compreensão do genocídio negro. *Revista da ABPN*, Goiás,12, (34), 73-98.

Oliveira, D. A. de. (2020b). Questões acerca do genocídio negro no Brasil. *Revista da ABPN*, Goiás, 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: "Geografias Negras", 312-335.

Oliveira, R. G. de *et al.* (2020). Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (9), e00150120. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00150120.

Palma, D. C. de A. *et al.* (2020). Análise dos padrões espaciais e caracterização dos suicídios no Brasil entre 1990 e 2015. *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (4), e00092819. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00092819.

Picoli, R. P. *et al.* (2019). Mortalidade infantil e classificação de sua evitabilidade por cor ou raça em Mato Grosso do Sul. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(9), 3315-3324. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.26622017.

Pimentel, E.; Araújo, E. I. M. D. de. (2020). Gênero, Violência e Racismo: reflexões sobre violência contra as mulheres no Brasil a partir de uma perspectiva feminista e antirracista. *Revista Liberdades*, São Paulo, 11 (29), 361-384.

Ramos, P. C.; Völker, S. (2020). Police Violence Against Black People Is on the Rise in Brazil. *GIGA Focus*, Latin America, 5, 1-11.

RBCS. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Buscar. Disponível em: https://search.scielo.org/?q=*&lang=pt&filter[ta_cluster][]=Rev.%20bras.%20Ci.%20Soc. Acesso em: 11/02/2022.

RBS. Revista Brasileira de Sociologia. Busca. Disponível em: https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/search. Acesso em: 04/02/2022.

Ribeiro, A. (2019). Como matar lentamente a si mesmo e continuar vivendo? *Revista da ABPN*, Goiás, 11 (30), 96-107.

Ribeiro, D. de A.; Santos, É. T. dos. (2019). Feminicídio no Brasil e os impactos do racismo: uma revisão da literatura. *Caderno Sisterhood*, Recôncavo Baiano, 3 (3), 86-99.

Sampaio, S. S.; Meneghetti, G. (2020). Entre a vida e a morte: Estado, racismo e a "pandemia do extermínio" no Brasil. *Revista Katálysis,* 23 (3), 635-647. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p635.

Sanches -Baptista, A. C.; Santos, I. P. de O. (2022). O racismo ambiental na metrópole paulistana: entre os becos e vielas de São Paulo. *Revista da ABPN*, Goiás, 14 (ed. Esp), 141-159.

Santos, I. S. B. dos *et al.* (2019). Violência institucional contra a mulher negra em situação de abortamento. *Caderno Sisterhood*, Recôncavo Baiano, 3 (3), 74-85.

Santos, N. J. S. (2016). Mulher e negra: dupla vulnerabilidade às DST/HIV/aids. *Saúde e Sociedade*, 25 (3), 602-618. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-129020162627.

Santos, R. C. de S. (2012). Jovens adolescentes e negros: saúde, doença e morte em Governador Valadares (MG). *Revista da ABPN*, Goiás, 3 (7), 203-211.

Santos, T. A. dos; Moraes, L. R. S. (2022). Racismo ambiental no acesso ao serviço

público de abastecimento de água. *Revista da ABPN*, Goiás, 14 (ed. Esp)., 73-94.

Sbs. Sociedade Brasileira de Sociologia. (2021). Abdias do Nascimento. In: *SBS Memória – Retratos: sociólogos e sociólogas brasileiras.* Florianópolis: Tribo da Ilha.

SciELO Brasil. Scientific Electronic Library Online. Buscar. Disponível em: https://www.scielo.br/. Acesso em: 04/02/2022.

Sinhoretto, J. (2018). Violência, controle do crime e racismo no Brasil contemporâneo. *Novos Olhares Sociais*, Recôncavo Baiano, 1(2), 4-20.

Sinhoretto, J. et al. (2020). Policiamento e relações raciais em perspectiva comparada SP e RS. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44. *Anais eletrônicos*... Disponível em: https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt47. Acesso em: 25/09/2022.

Sinhoretto, J.; Morais, D. de S. (2018). Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *Revista de Estudios Sociales,* 64, 15-26.

Soares, F. F. et al. (2019). Mortes praticadas pela Polícia Militar da Bahia: uma revisão de literatura. *Caderno Sisterhood,* Recôncavo Baiano, 3 (3), 11-31.

Soares Filho, A. M. (2011). Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. *Revista de Saúde Pública,* 45 (4), 745-755. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-89102011005000045.

Souza, E. R. de; Lima, M. L. C. de. (2006). Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11 (n. suppl.), 1211-1222. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500011.

Souza, T. O. de *et al.* (2014). Evolução da mortalidade por homicídio no Estado da Bahia, Brasil, no período de 1996 a 2010. *Ciência & Saúde Coletiva,* 19 (6), 1889-1900. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.04772013.

Sthel, F. G.; Silva, L. S. da. (2021). A crise da pandemia da covid-19 desnuda o racismo estrutural no Brasil. *Sociologia On Line*, Portugal, 26, 11-32. DOI: https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2021.26.

Tavares, J. S. C. (2017). Suicídio na População Negra Brasileira: notas sobre mortes invisibilizadas. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, 4 (1), 73-75.

Teixeira, F. B.; Scudder, P. de O. X. (2019). Negro Drama: reflexões sobre o racismo ambiental em Rondonópolis-MT. In: Colóquio Internacional: Racismo Ambiental, Ecologia, Educação e Interculturalidade, 1., Rondonópolis. *Anais eletrônicos*... Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/1coloquioracismo/194380-negro-drama--reflexoes-sobre-o-racismo-ambiental-em-rondonopolis-mt/. Acesso em: 30/08/2022.

Teixeira, N. Z. F. *et al.* (2012). Mortalidade materna e sua interface com a raça em Mato Grosso. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, 12 (1). DOI: https://doi.org/10.1590/S1519-38292012000100003.

Terra de Direitos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras rurais Quilombolas (Conaq). (2018). *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Curitiba, Terra de Direitos.

Unchaft, M. E. *et al.* (2020). Violência contra mulheres quilombolas: uma reflexão sobre a aplicação de uma perspectiva interseccional à luz da ideia de contrapúblicos subalternos delineada por Fraser. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, 10 (2), 359-382.

Vargas, J. C. (2010). A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou

uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. *Revista da ABPN*, Goiás, 1 (2), 31-65.

Vasques, A. L. (2019). A questão racial no discurso de guerra às drogas. *Caderno Sisterhood*, Recôncavo Baiano, 3 (3), 63-73.

Vergne, C. de M. (2018). O desejo de ordem e a morte: a produção cotidiana do consentimento genocida no Rio de Janeiro. *Revista da ABPN*, Goiás, 10 (24), 16-39.

Vergne, C. de M. et al. (2015). A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 27 (3), 516-528. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p516.

Vibrant. Virtual Brazilian Anthropology. Buscar. Disponível em: https://search.scielo.org/?q=*&lang=pt&filter[ta_cluster][]=Vibrant,%20Virtual%20Braz.%20Anthr. Acesso em: 11/02/2022.

Waiselfisz, J. J. (2007). Mapa das mortes por violência. *Estudos Avançados*, São Paulo, 21 (61), 119-138.

Waiselfisz, J. J. (2010). *Mapa da Violência 2010*: Anatomia dos Homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari.

Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012:* A Cor dos Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015*: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: ONU Mulheres, OPAS/OMS, SPM/PR; Rio de Janeiro: FLACSO.

Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da Violência 2016*: Homicídio por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO.

Wermuth, M. Â. D.; Nielsson, J. G. (2020). Necrobiopolítica de gênero no Brasil contemporâneo: o feminicídio em tempos de fascismo social. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, 10 (2), 339-358.

Recebido em 30/12/2023. Aprovado em 17/12/2024.

Selo Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Decisão de participação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho: análise com base em características individuais e familiares[1]

Decision of Brazilian young people to participate in the labor market: analysis based on individual and family characteristic

Decisión de los jóvenes brasileños de participar en el mercado laboral: Análisis basado en características individuales y familiares

Miqueline Leite COSTA
miqueline18@hotmail.com
Mestre em Economia, Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda em Economia, Universidade Federal da Bahia (UFBA). https://orcid.org/0000-0002-4887-9160.

Marco Antonio JORGE
mjorge@ufs.br
Doutor em Economia de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Professor Titular do Departamento de Economia, Universidade Federal de Sergipe (UFS). https://orcid.org/0000-0001-7195-9364.

Fábio Rodrigues de MOURA
fabiromoura@gmail.com
Doutor em Economia Aplicada, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP). Professor Adjunto do Departamento de Economia, Universidade Federal de Sergipe (UFS). https://orcid.org/0000-0002-6532-110X.

O objetivo deste estudo foi analisar a participação dos filhos com idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho, considerando características individuais e interações familiares. Utilizou-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua e a metodologia aplicada foi um modelo logit em painel. Como resultado, verificou-se que: idade, anos de estudo, sexo masculino, número de componentes do domicílio, menores faixas de renda e a ocupação do responsável familiar, contribuíram para a participação dos jovens na força de trabalho. Os efeitos negativos vieram de variáveis como: residir em área urbana, famílias de maiores faixas de renda, ser da região Nordeste, presença de idoso no domicílio e maior escolaridade do responsável familiar.

[1] Os autores agradecem aos pareceristas da Revista pelas sugestões valiosas. Obviamente, eventuais erros remanescentes são de nossa exclusiva responsabilidade.

Palavras-chave: Participação no Mercado de Trabalho; Jovens; Brasil.

The aim of this study was to analyze the participation of young people from 14 to 24 in the labor market, considering individual characteristics and family interactions. The database used was microdata from the National Continuous Household Sample Survey (PNADC), and the methodology applied was a panel logit model. It was found that: age, years of education, male gender, the number of household members, low-income families and the work of the householder, contributed to the participation of young people in the labor force. The negative effects were influenced by living in an urban area, lower income families, being from the Northeast region, presence of an elderly person in the household, and higher education of the householder.

Keywords: Participation in the Labor Market; Young; Brazil.

El objetivo de este estudio fue analizar la participación de jóvenes de 14 a 24 años en el mercado laboral, considerando características individuales e interacciones familiares. La base de datos utilizada fueron microdatos de la Encuesta Nacional Continua por Muestra de Hogares (PNADC), y la metodología aplicada fue un modelo logit de panel. Se encontró que: la edad, los años de educación, el género masculino, el número de miembros del hogar, las familias de bajos ingresos y el trabajo del jefe de hogar, contribuyeron a la participación de los jóvenes en la fuerza laboral. Los efectos negativos fueron influenciados por vivir en área urbana, familias de menores ingresos, ser originario de la región Nordeste, presencia de una persona mayor en el hogar y educación superior del jefe de hogar.

Palabras clave: Participación en el Mercado Laboral; Joven; Brasil.

Classificação JEL: J22, D13, C23

Introdução

A composição da participação familiar no mercado de trabalho tem passado por inúmeras transformações ao longo do tempo. Montali (2017), referindo-se ao processo de reestruturação produtiva na década de 1990, afirma que mudanças no mercado de trabalho produzem diferentes formas de inserção neste mercado, associado a isso, mudanças sociais, demográficas, institucionais e políticas também vêm afetando as relações família-trabalho no Brasil nos últimos anos.

Novella *et al.* (2018) verificam que uma das características em comum nos países da América Latina e Caribe é a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho (aos 16 anos em média), o que é constatado também por Pochmann (2007), no caso do Brasil. Logo, esta é uma tendência contrária ao que acontece nos países desenvolvidos, onde o ingresso do jovem no mercado de trabalho

é postergado. De acordo com Araújo *et al.* (2010), o ingresso "prematuro" dos jovens do Brasil no mercado de trabalho tem relação com o rendimento de suas famílias.

Assim, considerando que em 2014 teve início uma crise no país que associou baixo dinamismo econômico com problemas persistentes no mercado de trabalho, que atingiram principalmente a população brasileira com menores rendimentos, o presente trabalho tem por objetivo analisar a decisão de participação dos filhos em idade de trabalhar no mercado de trabalho brasileiro nos anos recentes, considerando as interações heterogêneas que acontecem nas famílias e diferem do modelo teórico básico de alocação de tempo entre trabalho e lazer.

Considerando os dados da PNAD Contínua Trimestral, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas, os jovens com idade entre 14 e 24 anos representavam 34,586 milhões de pessoas no Brasil no 4º trimestre de 2019. Da População em Idade Ativa (PIA), este grupo correspondia a 20,2%, enquanto da População Economicamente Ativa (PEA), o percentual de jovens era de 16,6%. Quanto à taxa de participação[2] no mercado de trabalho, equivalia a 18,6% para jovens de 14 a 17 anos e a 69,5% para os de 18 a 24 anos de idade. Os dados de distribuição percentual para ocupação, desocupação e inatividade dos jovens no grupo de idade entre 14 e 24 anos correspondiam a, respectivamente, 13,9%, 39,1% e 25,9%, para cada categoria.

De acordo com esses dados percebe-se, principalmente entre o grupo de 18 a 24 anos, que a taxa de participação é alta, mas não é correspondida por ocupação, pelo contrário, o percentual de desocupados para jovens entre 18 e 24 anos (31,3%) só é menor, considerando o período em análise, para a população com idade entre 25 e 39 anos (34,8%). Ao considerar o total da PEA de jovens com idade entre 14 e 24 anos, o percentual de desocupação é o maior do país (39,1%), o que em números absolutos representava o total de 4,555 milhões de jovens procurando emprego.

Com isso, busca-se responder ao problema proposto: como as interações familiares e os problemas no mercado de trabalho brasileiro vêm afetando as decisões de participação dos jovens de idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho? As hipóteses adotadas foram as seguintes: i) Em decorrência do aumento no desemprego, com a consequente dificuldade de absorção da força de trabalho dos jovens, a decisão de participação e o nível de ocupação dos filhos no mercado de trabalho vêm caindo no período que compreende os anos de 2012 a 2019; ii) Grande parte da decisão de participar da PEA pelos jovens advém das interações familiares incluindo aí o tamanho da família, no caso, menor participação dos filhos no mercado de trabalho, à medida que as famílias são menores.

Como contribuição, este trabalho visa preencher uma lacuna existente na literatura de modelos intradomiciliares de divisão de trabalho ao utilizar um modelo logit em painel, tendo como base a divisão do trabalho não apenas entre os cônjuges,

[2] Considera-se a razão entre a População Economicamente Ativa (ocupados e desocupados) e a População em Idade Ativa. Nos dados da PNAD trimestral é considerado como em idade ativa pessoas a partir dos 14 anos de idade.

sem considerar os demais membros da família, mas principalmente considerando nesta divisão a decisão de trabalho dos filhos jovens.

Pretendendo atender aos objetivos propostos e responder ao problema de pesquisa, o arcabouço teórico do trabalho será pautado na teoria neoclássica de alocação do tempo da família, enquanto a base de dados utilizada consiste nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) e a metodologia aplicada foi um modelo logit em painel.

Além dessa introdução, o trabalho foi dividido em mais cinco seções: na seção seguinte apresenta-se uma análise sobre o modelo de produção familiar, restrições enfrentadas pela família, bem como a alocação do tempo de trabalhadores secundários no mercado de trabalho. A 3ª seção aborda brevemente o mercado de trabalho brasileiro e participação dos filhos jovens de acordo com características individuais e familiares; na 4a seção descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados, enquanto na 5a seção apresentam-se os resultados do modelo logit em painel. Na última seção, são tecidas as considerações finais.

Modelo de produção familiar

Se em décadas anteriores as decisões de alocação do tempo dos membros da família, considerando o modelo simples[3], eram bem definidas no sentido de que os homens participavam da força de trabalho e as mulheres realizavam atividades domésticas, o atual modelo de produção familiar inclui, na alocação do tempo da família, as horas dedicadas ao trabalho não realizado no mercado, que difere do lazer: atividades domésticas em casa, estudo e trabalho voluntário, dentre outras.

Mudanças institucionais e sociais possibilitaram que a participação da mulher no mercado de trabalho aumentasse ao longo do tempo. À medida que as horas dedicadas às atividades domésticas vinham decrescendo e sua participação no mercado de trabalho aumentava, fez-se necessário considerar não somente a alocação do tempo da esposa no modelo de produção familiar, mas incluir também a alocação do tempo de outros membros da família - filhos em idade de trabalhar, por exemplo (Kaufman; Hotchkiss, 2006).

Ehrenberg e Smith (2012) argumentam que a maior alocação do tempo da esposa no mercado de trabalho, em substituição ao trabalho em casa, foi motivada pela facilidade de substituição do tempo de trabalho doméstico a partir da maior utilização de eletrodomésticos, de serviços que possibilitam maior consumo de alimentos produzidos no mercado – serviços de entrega de alimentos, restaurantes etc. – e da redução do número dos filhos. Nesse sentido, se o custo do tempo aumenta – em razão de maiores salários de mercado, por exemplo –, as pessoas não apenas substituem o tempo de trabalho doméstico por trabalho remunerado, elas substituem também as atividades que demandam mais tempo em casa, como produção e consumo de bens. Kaufman e Hotchkiss (2006) acrescentam que o aumento dos salários

[3] O modelo simples de trabalho/lazer considera, basicamente, a decisão de alocação das horas entre trabalho remunerado no mercado e lazer pelo chefe de família (Kaufman; Hotchkiss, 2006).

reais, o maior nível educacional e maiores oportunidades de emprego contribuíram para consolidar a origem desse processo.

Ao mesmo tempo em que consideram a influência dos costumes quanto à alocação do tempo, Ehrenberg e Smith (2012), bem como Cahuc e Zylberberg (2004), mostram que as decisões quanto à alocação do tempo na família são tomadas em conjunto e levam em consideração: preferências dos indivíduos, a renda salarial e não salarial, e as atividades realizadas por outros membros da família. Partindo dessas considerações iniciais, Kaufman e Hotchkiss (2006) argumentam que a decisão de alocação do tempo disponível, tomada de forma conjunta pela família, envolve três possibilidades: i) trabalho remunerado; ii) trabalho não realizado no mercado – atividades em casa ou escola –; e iii) lazer.

Assim, as horas disponíveis de cada membro da família representam uma restrição de tempo enfrentada pela família. A família tem determinada quantidade de horas no dia, semana, mês, etc., e essas horas serão alocadas em cada atividade de acordo com as preferências individuais e também decisões de maximização da utilidade da família.

Alocação do tempo de trabalhadores secundários no mercado de trabalho

Considerando inicialmente que uma família hipotética é formada por marido e esposa[4] e que esta família vivencia situações distintas, de crescimento econômico e de recessão ou depressão econômica, as influências que essas situações provocam sobre a oferta de trabalho de outros membros da família também são diferentes. No caso de crescimento econômico, supõe-se um aumento nos salários. Isso possibilita que a renda salarial da família aumente, considerado que um dos membros exerça atividade remunerada no mercado de trabalho. No caso da recessão/depressão econômica, por outro lado, considera-se que o trabalhador de mercado da família tenha seu rendimento diminuído ou fique desempregado, podendo desencadear o efeito do trabalhador adicional, quando um membro secundário da família, em decorrência do desemprego ou da redução de salário do trabalhador principal, decide participar temporariamente da força de trabalho.

A alocação do tempo em horas de trabalho de mercado depende da eficácia do trabalho doméstico: o membro da família que não participa da força de trabalho, considerando a esposa, terá um salário de reserva que, de acordo com Kaufman e Hotchkiss (2006, p. 163) "*is determined, in turn, by factors such as the preferences for work and leisure and productivity in nonmarket activities*". Portanto, para que essa esposa decida participar da força de trabalho, o salário de mercado terá de ser maior que seu salário de reserva. Quando isso acontece, ela participa da força de trabalho, pois permanecer fora do mercado implicará custos de oportunidade.

Numa situação em que a esposa já se encontra ocupada, o aumento no salário provocará o efeito substituição, com mais

[4] Trata-se de uma suposição do modelo abstrato destinado a analisar a alocação intradomiciliar das atividades, a despeito da mudança em curso na composição dos arranjos familiares nas últimas décadas, com o aumento da participação de famílias monoparentais e de domicílios unipessoais.

horas sendo alocadas nesse trabalho, e também um efeito renda: à medida que o salário maior funciona como um incremento de renda, a esposa pode optar por reduzir as horas trabalhadas no mercado, alocando essas horas em atividades de lazer. O efeito líquido não se pode determinar a priori, pois depende da magnitude de cada efeito. Assim como um aumento do salário do marido aumenta o salário de reserva da esposa, reduzindo a probabilidade de participação dela na força de trabalho, quando a esposa decide pelo trabalho de mercado, o salário adquirido funcionará tal como uma renda não salarial para a família e poderá induzir o marido a optar por mais horas de lazer e menos horas alocadas no trabalho de mercado (Kaufman; Hotchkiss, 2006).

É importante mencionar, porém, que a decisão de participação de homens e mulheres é limitada por normas de gênero, isto é, suas preferências são endógenas e condicionadas pelos papéis de gênero, tal que:

> *Como o cuidado ainda é socialmente considerado um atributo feminino, as preferências das mulheres sobre o tempo dedicado ao trabalho e a família não se formam em contextos de plena liberdade, sendo influenciadas por construções culturais que orientam as funções que cabem a mulheres e homens na sociedade (Passos; Machado, 2022, p. 210).*

Abordando a situação de recessão ou depressão econômica, ao considerar outra família hipotética formada por marido, esposa e filhos, caso o trabalhador principal fique desempregado, a família terá perda de renda. Com a redução na renda da família, e considerando o lazer como sendo um bem normal, o salário de reserva da esposa diminui, e ela opta por participar da força de trabalho – caso esteja fora do mercado – como forma de complementar a renda da família. Esse efeito pode ser temporário – verificando-se o caso do efeito trabalhador adicional – e não é verificado apenas para a esposa, mas pode influenciar também outros membros, como os filhos em idade de trabalhar, a participar do mercado de trabalho. Assim, os filhos em idade de trabalhar podem entrar no mercado de trabalho, ou, caso já estejam nele, aumentar suas horas alocadas nessas atividades como forma de compensar a redução na renda da família (Kaufman; Hotchkiss, 2006; Cahuc; Zylberberg, 2004).

Variáveis que afetam a alocação do tempo dos jovens no trabalho de mercado

A demanda e a oferta de trabalho influenciam nas taxas de emprego, desemprego e participação no mercado de trabalho para a população em geral, e isso não é diferente para os jovens. Os salários – levando em consideração também as questões sociais, culturais, demográficas e institucionais, dentre outras – possibilitam aumento ou redução tanto na demanda quanto na oferta de trabalho, e são considerados também seus definidores (Junankar, 2019, p. 6).

Araújo *et al.* (2010, p. 30) chamam a atenção para o fato de que, apesar das tendências econômicas serem seguidas de perto pelo mercado de trabalho, impactando a população neste mercado, para os jovens "a intensidade ou a direção dos efeitos parece ocorrer de forma diferenciada"; uma melhora econômica é

condição necessária, mas não suficiente para que se melhorem as condições de trabalho destes jovens.

Em épocas de recessão os empresários se tornam mais seletivos na contratação, preferindo trabalhadores mais qualificados. Com isso, aumenta a dificuldade de inserção dos jovens, tornando seu emprego mais sensível ao ciclo econômico. O aumento do desemprego dos jovens não é a única consequência de uma recessão: através de uma análise da matriz de transição dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, Corseuil, Franca e Poloponsky (2021) mostram que pode haver um aumento do desalento e da precarização do emprego, refletida na queda do rendimento, no aumento da informalidade, na maior contratação em jornada parcial e do emprego em empresas formais de menor porte.

Guimarães, Brito e Comin (2020) mostram que, mesmo em contexto de crescimento econômico e aumento do emprego formal, desigualdades estruturais do mercado de trabalho são amainadas, mas não desaparecem.

A alocação do tempo da família não se limita apenas a trabalho remunerado e lazer, e/ou trabalho doméstico, diversas outras atividades são realizadas e, no caso dos filhos, considera-se também o tempo alocado nos estudos. Características individuais e familiares influem na alocação do tempo e, de acordo com o gênero, pode haver distinção nos resultados, como as características de idade dos filhos, sexo, ausência dos pais e propriedade de terra (Portner, 2016). Considerando especificamente a opção pela participação no mercado de trabalho, vale destacar algumas características que, conforme se verifica na literatura, exercem grande influência na decisão de participação na força de trabalho pelos filhos jovens.

Inicialmente, vale destacar que a doença, ausência ou desemprego dos pais atuam no mesmo sentido sobre participação no mercado de trabalho pelos jovens, assim como quando se consideram famílias de baixa renda, nesses casos, há uma perda de renda pelas famílias. Assim, apesar de haver diferenças por gênero, e de sofrerem influências conforme as estruturas familiares, percebe-se que há um aumento da probabilidade desses filhos participarem do mercado de trabalho (Mota; Jorge; Campos, 2017; Di Maio; Nistico, 2019; Borges, 2006).

Por outro lado, melhorias salariais dos pais ou a presença de renda não salarial, como aposentadorias e pensões, assim como maior escolaridade dos pais, funcionariam como um efeito renda (Portner, 2016). Corseuil, Santos e Foguel (2001) afirmam que mais educação pode ser utilizada como uma proxy de renda permanente, dada a possibilidade de maiores gastos com escola e material escolar, e a preferência pela educação dos filhos em oposição ao trabalho de mercado.

Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014) também trazem considerações referentes à educação dos pais. Nesse sentido, quando os custos de oportunidade são altos, normalmente para jovens com mais idade, os pais acabam cobrindo esses custos para que os filhos permaneçam estudando. Adicional a isso, para Corseuil, Santos e Foguel (2001) o efeito da educação dos pais é considerado como um efeito

que transborda para a geração seguinte, possibilitando que os filhos desses filhos caminhem na mesma direção: estudem mais.

Uma variável muito discutida, relativa aos custos de oportunidade na decisão quanto à permanência na escola, é a idade (Camarano; Kanso, 2012; Cabanas; Komatsu; Menezes Filho, 2014). Quanto menor a idade, maior a alocação do tempo na escola. Jovens de mais idade, por outro lado, têm um custo de oportunidade maior e aumenta, com isso, a participação no mercado de trabalho. Assim, a idade impacta negativamente no estudo e positivamente no mercado de trabalho e no trabalho doméstico. Para Corseuil, Santos e Foguel (2001), os impactos da idade na alocação do tempo variam conforme o sexo: no caso dos meninos, há uma maior probabilidade de realizar trabalho remunerado e, considerando as meninas, aumenta a probabilidade de não trabalhar nem estudar.

Vale destacar que fatores institucionais/culturais também influenciam nas decisões de alocação do tempo dos jovens. O tamanho da família, considerando-se a presença de crianças e idosos, afeta de forma diferente as opções dos filhos entre trabalho remunerado e escola, isso de acordo com o país considerado. Passos e Machado (2022) mostram que a presença de idoso tende a reduzir a probabilidade de trabalho do jovem devido ao efeito renda, porém, idosos que demandam cuidado, provavelmente por serem mais vulneráveis, estimulam a participação no mercado de trabalho (efeito "cuidado" suplantaria o efeito renda).

Porém, mesmo ao se considerar um único país, mas incluindo na análise a área de localização do domicílio, urbana ou rural, os efeitos podem ser diferentes quanto à alocação do tempo (Corseuil; Santos; Foguel, 2001).

É importante frisar ainda que a trajetória da escola para o mercado de trabalho não é linear: diversas trajetórias são possíveis (Guimarães; Brito; Comin , 2020), a superposição entre trabalho e estudo não é uma atividade intermediária ou de transição entre estudo e trabalho, mas uma situação que se repete na vida desses jovens; a viabilidade da conciliação de ambos depende das condições de trabalho, das tarefas domiciliares e da exigência escolar, entrelaçando a vida profissional, familiar e escolar do jovem (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Por fim, três razões contribuem para a decisão de participação: a motivação para o trabalho dos mais jovens, em geral, decorre da necessidade de contribuir para o orçamento doméstico (efeito trabalhador adicional), mas com um pouco mais de idade a aquisição de experiência para ingresso em empregos melhores ganha importância. Há também aqueles que precisam trabalhar em função de casamento/paternidade (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Metodologia

Nesta seção descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho, baseados no método hipotético-dedutivo aliado a um modelo estatístico para análise empírica dos dados.

Fonte dos Dados e Amostra PNAD

A base de dados utilizada consistiu nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), divulgados trimestralmente pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de 2012 a 2019, portanto desde os anos iniciais da série. Optou-se por excluir o ano de 2020 da análise devido à excepcionalidade da conjuntura provocada pela epidemia do vírus SARS-C0V-2.

Na PNAD contínua, pela forma como os dados são organizados, é possível trabalhar com modelos de dados em painéis, pois além de contar com cortes transversais, verificam-se também séries de tempo. A pesquisa possui um esquema de rotação de amostra que faz com que grupos de domicílios entrem na amostra em determinado trimestre e sejam pesquisados ao longo de determinado tempo, possibilitando um acompanhamento das mesmas unidades por até um ano.

Quanto às unidades investigadas, considerando o mercado de trabalho brasileiro e problemas como as altas taxas de desemprego registradas, principalmente a partir da crise de 2014, decidiu-se pelo grupo de indivíduos que no 4° trimestre de 2019 representavam o maior número de desocupados no Brasil: os jovens com idade entre 14 e 24 anos (IBGE, 2020)[5].

O método de amostragem adotado na PNAD, conforme se verifica em Neder (2013, p. 85), pode ser classificado como Amostragem por Conglomerado em Estágios, ou por etapas. Assim, nos dados produzidos pelo IBGE, por serem provenientes de pesquisa com amostragem complexa, precisa-se considerar: "i.) probabilidades distintas de seleção das unidades; ii.) conglomeração das unidades; iii.) estratificação; iv.) calibração ou imputação para não-resposta e outros ajustes" (Pessoa; Silva, 2018, p. 7). Na técnica utilizada, a amostra, que é proveniente da amostra mestra[6] do IBGE, é selecionada da população com base no último Censo Demográfico.

No presente trabalho, buscou-se não ignorar a complexidade da amostra e realizar o ajuste do plano amostral, tanto nas inferências descritivas, quanto no modelo painel logit, porém, no caso da análise de regressão, o software STATA não permite compatibilizar a declaração do plano amostral (comando svy) com o comando de regressão logística em painel; além disso, um outro empecilho é que no logit em painel os pesos precisariam ser constantes para as mesmas unidades ao longo do trimestre e assim serem considerados, o que não acontece no caso da amostra da PNAD Contínua.

Modelo Econométrico

Para a análise empírica foi utilizado o modelo de regressão logística adicionado a um estimador de dados em painel para controle de variáveis omitidas. Vale destacar, primeiramente, que a regressão logística se mostra adequada para trabalhar com dados cujos problemas envolvam a estimação de probabilidade, como é o caso na análise da participação dos jovens no mercado de trabalho.

[5] Não apenas neste trimestre, mas consistentemente entre 2000 e 2013, conforme apontado por análise longitudinal de 3.288 jovens realizada por Guimarães, Brito e Comin (2020). É importante mencionar que não se trata de um grupo homogêneo, podendo-se prever diferenças na inserção dos jovens de 14 a 17 anos e na dos jovens de 18 a 24 anos. Nesse sentido, analisar os grupos de forma separada pode trazer uma melhor compreensão do tema. Entretanto, por limitação de espaço tal análise não será realizada no presente trabalho.

[6] "[...] corresponde a um conjunto de unidades de área a partir da qual é possível selecionar subamostras para atender às diversas pesquisas" (IBGE, 2015).

Quanto às variáveis independentes, as características individuais e da estrutura familiar dos jovens podem ser expressas por categorias, ou não.

No caso do uso de um painel logit, diferentemente do que acontece na regressão logit, pretende-se controlar os efeitos de fatores não observáveis, considerando que eles existem e que podem interferir nas inferências do modelo.

No presente trabalho, levando em consideração as características da amostra da PNAD Contínua, com relação à grande rotatividade de pessoas e o período de tempo relativamente curto em que cada pessoa é acompanhada, optou-se pelo uso do modelo de efeitos aleatórios. Destaca-se, com relação ao período em que as famílias/pessoas são acompanhadas, que dependendo do momento de entrada e saída dessas pessoas na amostra, esse período pode ser inferior a um ano, com isso, a maioria das variáveis utilizadas no modelo pode perder precisão nas estimativas, caso sejam estimadas pelo modelo de efeitos fixos, em razão da baixa variabilidade das características pessoais (Wooldridge, 2002).

Variáveis

Além da variável dependente y de natureza binária, farão parte do modelo adotado variáveis explicativas que podem ser tanto quantitativas quanto qualitativas. Logo, as características individuais e da estrutura familiar dos jovens podem ser expressas por categorias, ou não. Abaixo, descrevem-se as variáveis utilizadas na análise.

Yi - Variável discreta, binária, que indica a decisão de participação de filhos jovens com idade entre 14 e 24 anos em relação à força de trabalho na semana de referência. Se no momento da entrevista o jovem declarou fazer parte da força de trabalho, o valor é 1; caso tenha declarado estar fora da força de trabalho, 0;

Xit - Sexo: variável *dummy* que assume valor 1 se for jovem do sexo masculino, 0 para sexo feminino; idade do morador na data de referência: variando de 14 a 24 anos; anos de estudo padronizado para o Ensino Fundamental de 9 anos: 0 a 16 anos; situação da região de moradia: variável *dummy* que assume valor 1 para área urbana e 0 para área rural; número de componentes do domicílio (exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico): variável categórica que vai de 1 a 11, sendo que cada número representa o número exato de moradores do domicílio, com exceção da categoria 11, que engloba 11 ou mais moradores; ausência do pai ou mãe: variável *dummy* em que ausência do pai ou mãe assume o valor 1 e 0 ao considerar-se que ambos os pais residiam no domicílio no momento da entrevista; faixa de renda familiar - somatório da renda familiar deflacionada, excluindo-se a renda dos filhos entre 14 e 24 anos, e distribuição por faixas/categorias de rendas. As classes de rendimentos foram as seguintes: 0. Renda entre 0 a ½ Salários-Mínimos (SM); 1. mais de ½ a 1 SM; 2. mais de 1 a 2 SM; 3. mais de 2 a 4 SM; 4. mais de 4 a 10 SM; 5. mais de 10 a 20 SM; e 6. mais de 20 SM. Com relação ao valor do SM considerado nas classes de rendimento, foi utilizado o salário do ano 2020 (R$ 1.045,00); presença de idoso: 1 onde há registro de pessoas com 60 anos ou mais morando no mesmo domicílio do jovem; 0 em caso contrário; situação de ocupação

do responsável: *dummy* que considera o fato do responsável ter realizado algum trabalho na semana de referência como sendo o valor 1, e situação diferente desta como 0; anos de estudos do responsável familiar: anos de estudo padronizado para o Ensino Fundamental - sistema de 9 anos: 0 a 16 anos e região: 1. Norte; 2. Nordeste; 3. Sudeste; 4. Sul; 5. Centro-Oeste.

Considerando o modelo econométrico adotado, será estimada a probabilidade de participação na força de trabalho pelos jovens, de acordo com características individuais e familiares; a estimação da probabilidade assume o seguinte formato geral:

$$Pr(decis_trabfilho=1) = F(\beta 0 + \beta 1 sexo + \beta 2 idade + \beta 3 anosest + \beta 4 sitregiao + \beta 5 compdom + \beta 6 auspaioumae + \beta 7 faixrend + \beta 8 região + \beta 9 ocupresp + \beta 10 presidoso + \beta 11 estudresp + ui + eit) (1)$$

Onde Pr(decis_trabfilho) é a probabilidade de a variável dependente assumir o valor 1. O t representa os períodos de tempo em trimestres. Os efeitos não observados de cada pessoa i são representados pelo u_i, que pode ser entendido como uma espécie de termo de erro, porém que não varia com o tempo. No caso do e_{it}, o erro idiossincrático, este varia tanto de pessoa para pessoa quanto ao longo dos trimestres. Por fim, o F(.) é uma função de distribuição logística, enquanto os β são os parâmetros a serem estimados. Ao se considerar a hipótese de que não existe correlação entre as variáveis explicativas e o fator não observado do modelo, u_i, o modelo pode ser estimado por efeitos aleatórios e o u_i, juntamente com o e_{it}, passam a ser representados por vit, formando assim o erro composto $v_{it} = u_i + e_{it}$.

Os sinais dos efeitos esperados das variáveis, de acordo com a literatura, são os seguintes: sexo masculino (+); maior idade (+); mais anos de estudo do filho (+); região urbana (-); maior número de componentes no domicílio (+); ausência de um dos pais no domicílio (+); maiores faixas de renda (-); ocupação do responsável (-); presença de idoso no domicílio (-); mais anos de estudo dos pais ou responsável (-).

Evolução Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro

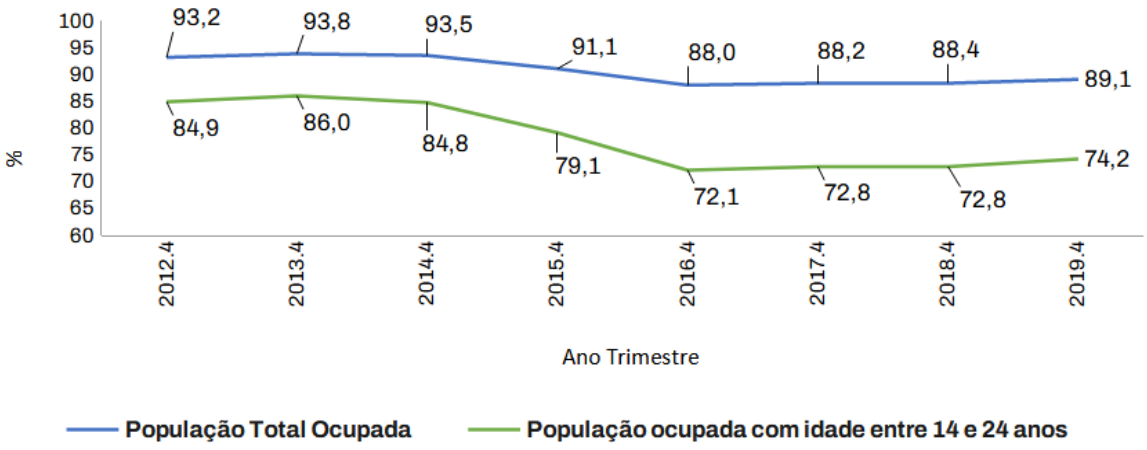
Na PNAD Contínua, a População em Idade Ativa (PIA) é aquela que possui idade de 14 anos ou mais, porém, nem todas as pessoas com esta idade estão participando ativamente do mercado de trabalho. Entre os anos de 2012 e 2019, o percentual médio da população brasileira considerada como economicamente ativa (PEA), seja como ocupada ou desocupada no 4º trimestre, era de 61,42%, enquanto para os jovens com idade entre 14 e 24 anos, foco desta pesquisa, a média era de 50,31% no período. Destaca-se que o menor percentual de participação no mercado de trabalho da série foi registrado em 2014, tanto para o grupo de jovens, quanto para a população brasileira, respectivamente 48,82% e 60,87%.

Já o percentual da população que fazia parte da PEA como ocupada pode ser verificado no Gráfico 1. Percebe-se que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho a partir de 2014 não afetaram apenas a participação na força de trabalho naquele ano, afetaram principalmente a condição de ocupação e as taxas de desemprego poderiam ser maiores não fosse a relativa estabilidade no crescimento da força de trabalho nos anos seguintes a 2015. A variação da PEA para o conjunto

da população foi de 0,6 pontos percentuais (p. p.) e para os jovens foi de -0,4 p. p., no período analisado.

No Gráfico 1 observam-se três momentos diferentes referentes ao percentual de ocupação: nos trimestres entre os anos de 2012 e 2013, há aumento nas ocupações; de 2014 a 2016, verifica-se queda, enquanto após o último trimestre de 2016 o percentual de ocupados no mercado de trabalho brasileiro permanece com relativa estabilidade até tornar a registrar aumento, no final de 2019. Vale destacar, porém, que mesmo com aumento no percentual de ocupados de 2018 para 2019, em nenhum dos casos a ocupação alcançou os percentuais do início da série, pelo contrário, para a população em geral houve queda de 4,1 p. p., enquanto para os jovens a redução foi bem maior: 10,7 p. p.

Gráfico 1. População Ocupada (% da PEA)



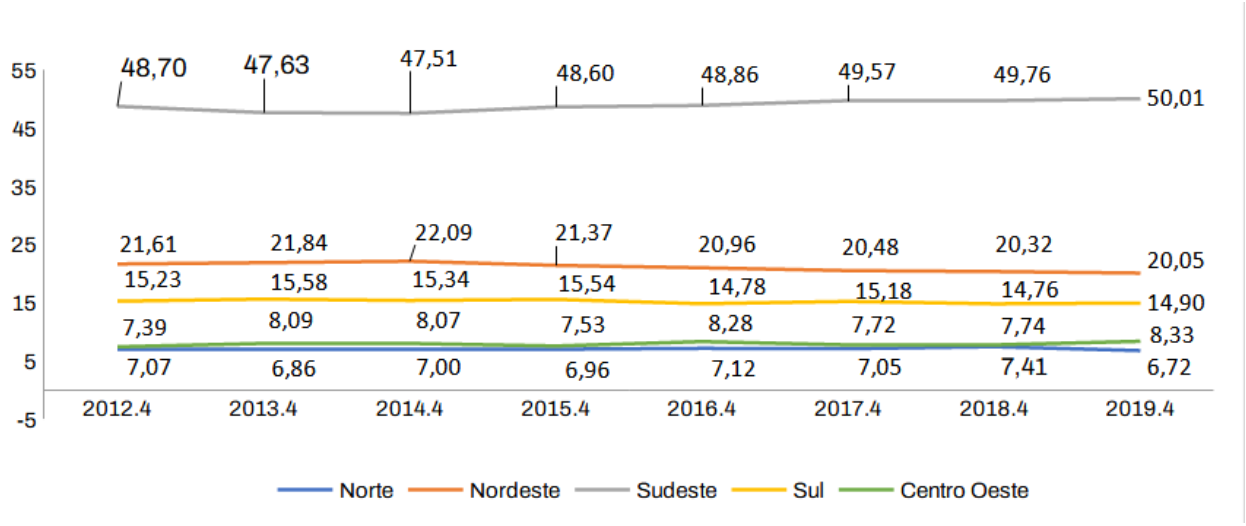
Fonte: Dados da pesquisa. PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Assim, pode-se afirmar que estes dados refletem os problemas no mercado de trabalho brasileiro a partir do final do ano de 2014 e a lenta recuperação econômica subsequente. Com relação ao grupo de jovens, percebe-se que os problemas mencionados os afetam de forma mais intensa do que vem afetando o total da população, conforme se discute em Araújo et al. (2010) e Pochmann (2007) sobre jovens e o mercado de trabalho.

Participação dos filhos jovens no mercado de trabalho

Analisando a participação na força de trabalho de filhos entre 14 e 24 anos que residem na casa dos pais, por Grande Região e por situação de moradia, urbana ou rural, percebe-se que no caso de moradores da zona urbana, as regiões Sudeste e Nordeste foram as que registraram as maiores participações no período. A região Sudeste figura em primeiro lugar, o Nordeste em segundo e, em último, a região Norte, conforme se verifica no Gráfico 2.

Gráfico 2. PEA por Grande Região e área urbana (%)

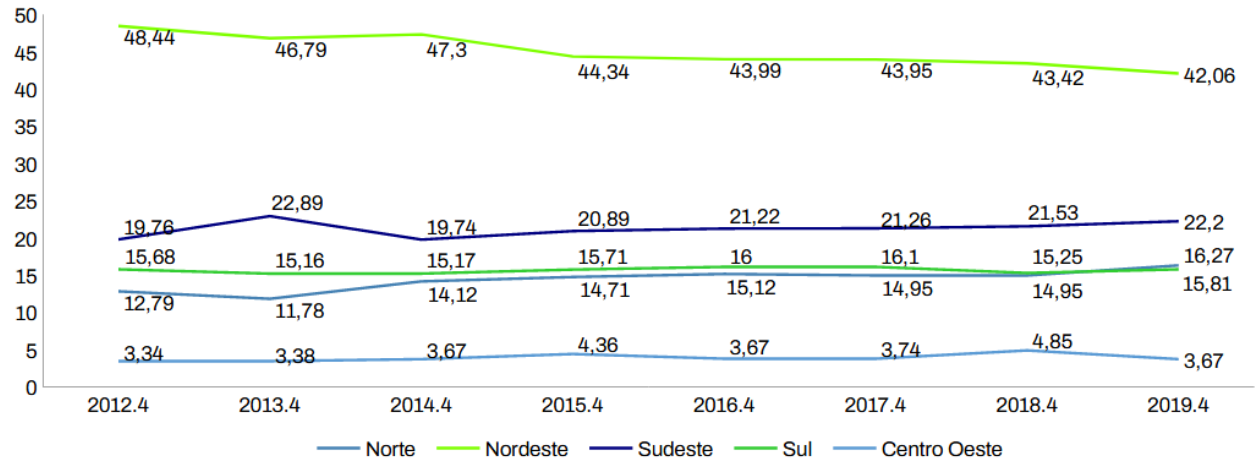


Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Quando se consideram as mudanças ocorridas, principalmente com relação à crise a partir do final de 2014, verifica-se, por um lado, redução na participação dos jovens na região Nordeste, enquanto o Sudeste passa a ganhar cada vez mais incremento em sua força jovem de trabalho. As variações positivas do período foram de 1,3 p. p. e 0,9 p. p., respectivamente para as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Variações negativas foram registradas nas demais regiões: de -1,56, -0,35 e -0,33 p. p., respectivamente, para as regiões Nordeste, Norte e Sul.

No caso da participação na PEA considerando as Grandes Regiões e área rural, a ordem da análise anterior é invertida: o Nordeste apresenta a maior participação relativa na força de trabalho, ficando o Sudeste em segundo lugar, conforme se verifica no Gráfico 3. Ao longo do período, porém, esta participação do Nordeste vai variando negativamente, enquanto as regiões Sudeste, Sul e Norte vão aumentando sua participação.

Gráfico 3. PEA por Grande Região e área rural (%)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Se no período o Nordeste teve redução na participação dos seus jovens no mercado de trabalho de 6,38 p. p., as demais regiões tiveram aumentos respectivos de 3,48, 2,44, 0,33 e 0,13, p. p. para Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Com menor participação relativa em empregos na área rural, destaca-se a região Centro-Oeste. Conclui-se que das regiões, o Nordeste foi a que mais perdeu participação na força de trabalho, quando se considera o grupo formado por filhos jovens entre 14 e 24 anos, tanto para áreas rurais quanto urbanas; isso pode se justificar como sendo um reflexo das altas taxas de desemprego registradas no período na região (IBGE, 2020).

Verificou-se, na seção 2.2, que a renda é uma variável bastante discutida quando se analisa a alocação do tempo das famílias. Considerando a importância dessa variável, analisa-se a participação no trabalho por classes de rendimento familiar (excluída a renda do filho jovem) para o grupo formado por jovens. Agregou-se os rendimentos nas seguintes classes de salários-mínimos: 0. Renda entre 0 a ½ SM; 1. mais de ½ a 1 SM; 2. mais de 1 a 2 SM; 3. mais de 2 a 4 SM; 4. mais de 4 a 10 SM; 5. mais de 10 a 20 SM; e 6. mais de 20 SM. Com relação ao valor do SM considerado nas classes de rendimento, foi utilizado o salário do ano 2020 (R$ 1.045,00).

Assim, na Tabela 1 verifica-se que a maior participação no trabalho por faixa de rendimento familiar está concentrada nas faixas 0, 2 e 3. Percebe-se também que pessoas nas classes de renda familiar que vai de 0 a 3 (até 4 SM) responderam, em média no período, por 83,98% da participação na força de trabalho. Considerando o início e o fim da série, porém, percebe-se que houve uma queda na participação na PEA de 0,73 p. p. para jovens nessas faixas de rendimentos, apesar das faixas 0, 2 e 3 terem aumentado sua participação com relação ao que era registrado em 2012. Portanto, a variação negativa na PEA da faixa de renda 1 contribui para a variação geral das faixas de 0 a 3 ser negativa.

Tabela 1. PEA por faixa de renda familiar (%)

Faixa renda	0	1	2	3	4	5	6
2012.4	24,53	14,28	22,57	22,97	12,89	2,02	0,75
2013.4	23,32	13,79	22,00	24,32	13,59	2,19	0,78
2014.4	21,35	12,68	24,96	24,83	12,90	2,58	0,71
2015.4	23,39	13,37	23,20	24,28	13,03	2,08	0,75
2016.4	25,19	13,79	23,28	23,02	11,89	1,99	0,87
2017.4	24,44	12,29	23,71	23,60	12,56	2,37	1,02
2018.4	25,05	11,90	22,74	23,53	13,43	2,41	0,93
2019.4	25,10	12,45	22,80	23,27	13,69	2,00	0,69

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Quanto às demais faixas de renda, que concentram famílias com rendimentos maiores que 4 SM, apesar da relativa estabilidade na participação no mercado de trabalho, ao longo do período a variação na participação das faixas de renda entre 4 e 6 foi positiva, sustentada principalmente pelos jovens da classe de renda n.º 4. Destaca-se que jovens nesta classe de rendimento superaram o percentual total de participação da classe de renda n.º 1 a partir de 2014, mas se consolidou como 4º maior em participação na força de trabalho somente a partir de 2017. Conclui-se que a maior variação negativa do período foi registrada para a faixa de renda 1, redução de 1,83 p. p., enquanto a maior variação positiva registrada foi verificada na faixa de renda 4, de 0,8 p. p.

Com relação à escolaridade e à participação na força de trabalho, na Tabela 2 destaca-se que em até 9 anos de estudo completos há uma tendência de decréscimo na participação no mercado de trabalho pelos filhos, enquanto a partir dos 12 anos completos, verifica-se um ganho de participação ao longo do tempo.

Tabela 2. PEA por ano de estudo para fundamental de 9 anos (%)

Anos de estudo	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
2012.4	0,45	0,87	0,38	0,65	1,21	2,26	3,77	3,83	5,73	11,88	8,13	8,89	36,59	4,16	3,65	2,97	4,59
2013.4	0,52	0,87	0,26	0,50	1,00	2,01	3,29	3,79	5,16	11,65	9,06	8,42	37,79	4,75	3,63	3,07	4,23
2014.4	0,44	0,73	0,26	0,53	0,90	2,01	2,97	3,40	5,03	11,44	8,79	8,31	38,51	5,30	3,97	2,95	4,45
2015.4	0,58	0,83	0,36	0,46	0,70	1,69	2,79	3,61	4,96	10,30	8,98	8,98	38,22	5,91	4,03	3,01	4,59
2016.4	0,49	0,55	0,18	0,34	0,65	1,63	2,60	3,19	4,41	9,39	8,99	9,46	40,00	5,83	3,94	3,41	4,93
2017.4	0,32	0,33	0,21	0,27	0,52	1,32	2,11	3,09	5,11	9,53	8,61	8,83	40,58	5,64	4,46	3,60	5,47
2018.4	0,21	0,13	0,18	0,16	0,37	1,34	1,98	3,01	4,99	8,71	8,77	8,96	40,57	6,30	4,60	4,00	5,71
2019.4	0,24	0,16	0,12	0,21	0,39	1,17	1,74	2,65	4,65	8,14	8,31	8,48	42,64	6,19	5,05	3,72	6,15

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

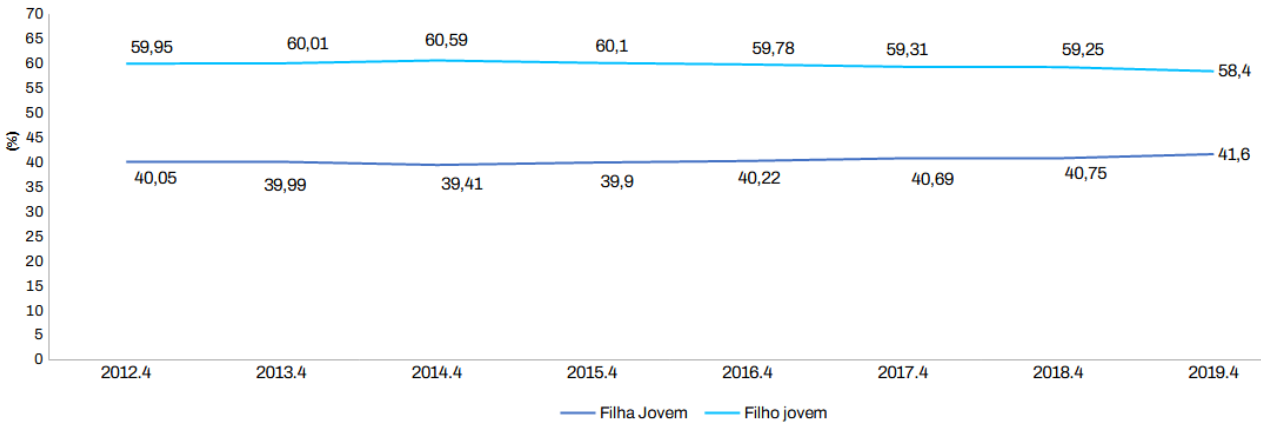
Percebe-se, no entanto, que a escolaridade com maior participação no mercado de trabalho, pelos filhos, foi o ano de conclusão do Ensino Médio (12 anos completos de estudo) inclusive com variação positiva ao longo dos anos. Com relação aos jovens com ensino superior completo, 16 anos ou mais de estudo, estes aumentam sua participação a partir de 2014, alcançando, assim, 6,15% do total da PEA em 2019 – variação positiva de 1,56 p. p.–, mas, em ordem geral de participação, terminam em 6º lugar. As maiores variações positivas, considerando o início e o fim do período, foram de jovens com 12 e 13 anos de estudo completos, respectivamente 6,05 e 2,03 p. p., enquanto pelo lado negativo têm-se jovens com 9 e 6 anos de estudo completos, respectivamente redução de 3,74 e 2,03 p. p.

Ressalta-se que para até 9 anos de estudo completo as variações na PEA para estes jovens foram todas negativas, enquanto para jovens com escolaridade

acima de 10 anos completos de estudo houve variações positivas, à exceção de 11 anos completos de estudo que registrou -0,4 p. p. Isso pode indicar que, com a crise, os jovens que mais deixaram de participar do mercado de trabalho foram aqueles com menor escolaridade e/ou que a escolaridade dos jovens vem aumentando.

Com relação ao gênero dos que fizeram parte da PEA dos anos 2012 a 2019, os dados da PNAD mostram que, para a população em geral, normalmente a participação dos homens no mercado de trabalho é maior do que para as mulheres. No caso dos filhos jovens, a situação não se mostrou diferente: permanecem os homens com as maiores participações relativas no mercado de trabalho, conforme se verifica no Gráfico 4.

Gráfico 4. Taxa de Participação na PEA por gênero (%)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Percebe-se que a partir do final de 2014, enquanto cai a participação do filho jovem, aumenta a participação na PEA pela filha. Isto pode significar um efeito trabalhador adicional, onde com a perda de participação dos principais provedores da família, que em épocas passadas normalmente eram representados por homens, entram no mercado de trabalho os chamados trabalhadores secundários, neste caso em especial, as filhas poderiam estar desempenhando este papel. Apesar das variações e aumento de participação relativa das filhas jovens no mercado de trabalho, é dos filhos meninos a maior propensão à participação na PEA, o que se confirma nos dados em que a diferença média de participação entre filhos e filhas é de aproximadamente 20 p. p. No entanto, essa diferença vai sendo reduzida gradativamente a partir de 2014, quando era de 21,2 p. p., caindo para 16,8 p. p. em 2019.

Por fim, vale analisar algumas características familiares como, por exemplo, o número de componentes da família e a ausência de um dos pais no domicílio. Observando primeiramente a participação no mercado de trabalho por componentes no domicílio, verifica-

se que os maiores percentuais da PEA para os jovens estão em famílias de 3 a 5 componentes, porém, ao longo do tempo, a participação tem crescido em famílias com até 4 componentes e reduzido para famílias com número maior de componentes no domicílio.

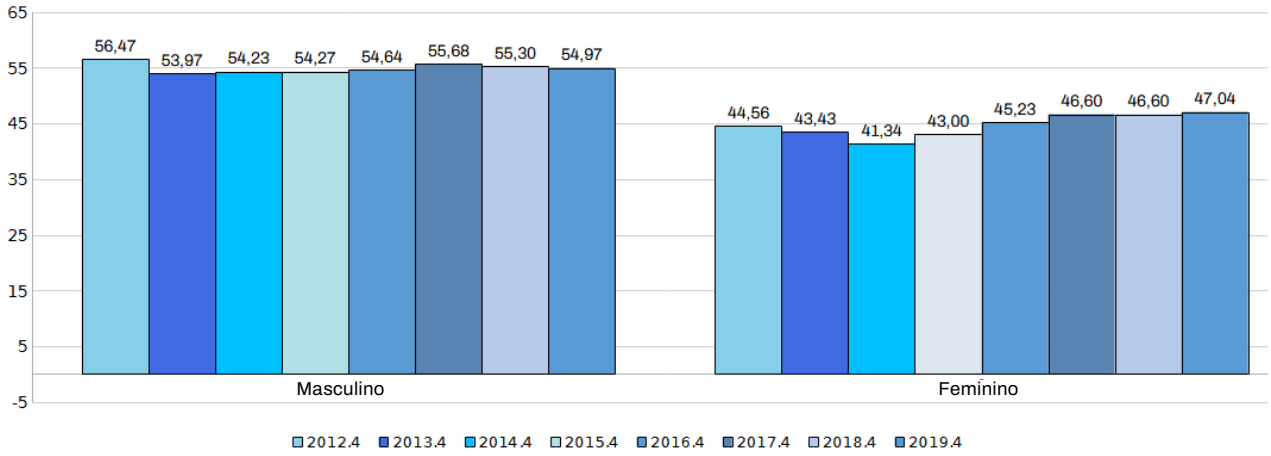
Em 2012, a participação no mercado de trabalho de jovens do sexo masculino em famílias de 2 até 4 componentes no domicílio era de 58,73%. No último ano analisado, a participação desses jovens de família de até 4 componentes alcança 66,76%, variação de 8,03 p. p. No caso das mulheres, a situação é parecida: representava 58,82% no ano 2012 para famílias entre 2 e 4 componentes, enquanto em 2019 o percentual alcançado é de 67,32%, aumento em pontos percentuais de 8,5.

Assim, ao analisar a PEA de acordo com o tamanho da família, percebe-se que há uma tendência de aumento na participação dos jovens de famílias menores no mercado de trabalho, o que se verifica desde 2012. Para as famílias com 5 componentes ou mais, acontece o oposto: a tendência nos anos iniciais da série era de redução na participação relativa, que muda para variação positiva a partir de 2014 até 2016 – com exceções –, mas na maioria dos casos torna a apresentar reduções no seu percentual a partir do último trimestre de 2016.

Por fim, quanto à influência que a ausência do pai ou da mãe exerce na decisão de trabalho pelos filhos jovens, nota-se que não ter pai ou mãe morando no domicílio implica em menor participação na força de trabalho de filhas jovens, em comparação com filhas que residem com ambos os pais. A média percentual de participação na PEA para meninos onde se verificava ausência de um dos pais foi de 54,94% no período, enquanto para as meninas essa média foi de 44,73%. Vale destacar que esta tendência maior do trabalho pelos filhos homens com pai ou mãe ausente em comparação aos filhos em que ambos os pais estão presentes corrobora o que consta em Portner (2016) e Mota, Jorge e Campos (2017). Considerando os percentuais registrados em 2012 e 2019, a variação para a participação na PEA de meninos com pai ou mãe ausente no domicílio foi de -1,5 p. p. No caso das meninas, a variação registrada no mesmo período foi positiva em 2,48 p. p., no entanto, a tendência era de redução na PEA até 2014, assim a mudança para variação positiva a partir daí pode ter sido reflexo da crise, que levou ao aumento da participação dessas meninas no mercado de trabalho.

Vale destacar que esta tendência maior do trabalho pelos filhos homens com pai ou mãe ausente em comparação aos filhos em que ambos os pais estão presentes corrobora o que consta em Portner (2016) e Mota, Jorge e Campos (2017). Considerando os percentuais registrados em 2012 e 2019, a variação para a participação na PEA de meninos com pai ou mãe ausente no domicílio foi de -1,5 p. p. No caso das meninas, a variação registrada no mesmo período foi positiva em 2,48 p. p., no entanto, a tendência era de redução na PEA até 2014, assim a mudança para variação positiva a partir daí pode ter sido reflexo da crise, que levou ao aumento da participação dessas meninas no mercado de trabalho.

Gráfico 5. PEA por gênero, considerando a ausência de um dos pais (%)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Considerando os percentuais registrados em 2012 e 2019, a variação para a participação na PEA de meninos com pai ou mãe ausente no domicílio foi de -1,5 p. p. No caso das meninas, a variação registrada no mesmo período foi positiva em 2,48 p. p., no entanto, a tendência era de redução na PEA até 2014, assim a mudança para variação positiva a partir daí pode ter sido reflexo da crise, que levou ao aumento da participação dessas meninas no mercado de trabalho.

Análise dos Resultados

Os resultados apresentados aqui, referentes ao modelo de efeitos aleatórios, contaram com um total de 2.184.407 observações subdivididas em 666.034 grupos de pessoas, acompanhadas por uma média de 3.3 trimestres. São apresentados na Tabela 3 os efeitos marginais médios das variáveis, o que possibilita discutir o quanto cada variável contribui para a decisão de participação na força de trabalho pelo filho jovem.

Com relação aos efeitos marginais observados na Tabela 3, todos foram estatisticamente significativos. Quanto aos sinais destes efeitos, obteve-se o que era esperado na literatura – exceção à ocupação do responsável. Variáveis como idade e anos de estudo, à medida que vão aumentando, aumentam também os efeitos marginais sobre a probabilidade de o jovem brasileiro optar pela participação no mercado de trabalho.

Além disso, morar num domicílio cujo número de componentes é maior em comparação com apenas dois, ser do sexo masculino, não ter um dos pais presentes no domicílio, ser das regiões Sudeste, Sul ou Centro-Oeste, em comparação com a região Norte, e residir em domicílio cuja renda familiar seja de até 2 SM, em comparação com faixas de rendas maiores, bem como o responsável familiar ter executado algum trabalho na semana de referência, contribuem para estimular a decisão de participação de trabalho pelos filhos na faixa de idade entre 14 e 24 anos, em

comparação a filhos cujas características individuais e familiares sejam diferentes das que foram apresentadas.

Quanto aos maiores efeitos marginais médios, verifica-se que ser do sexo masculino aumenta em 16,3% a probabilidade de participação na força de trabalho, bem como residir na região Sul, que apresenta aumento sobre a probabilidade de participação da PEA em 15,2% em relação à região Norte. As maiores contribuições negativas vieram da renda: pertencer às faixas 5 e 6 pode reduzir a probabilidade em, respectivamente, 12,2% e 17,2% com relação à faixa de renda 0.

Aumento na idade do jovem contribui com efeito positivo sobre a probabilidade de trabalho em 7,8%. No caso dos anos de estudo do filho, o efeito foi de 1,9%: a cada ano de estudo haverá aumento na probabilidade de participar do mercado de

TABELA 3. Efeitos marginais médios considerando o modelo de efeitos aleatórios[7]

Average marginal effects **Number of obs = 2,184,407**
Expression: Pr (decis_trabfilho=1 assuming u_i=0), predict(pu0)

	Delta-method				
	dy/dx	*Std. Err.*	*Z*	*P>|z|*	*[95% Conf. Interval]*
Idade	.0780754	.0001186	658.43	0.000	.077843 .0783078
compon_dom					
3	.0045458	.0022201	2.05	0.041	.0001945 .0088971
4	.0119197	.0022483	5.30	0.000	.007513 .0163263
5	.0255706	.0023372	10.94	0.000	.0209897 .0301515
6	.0317244	.0025239	12.57	0.000	.0267777 .0366712
7	.0358290	.0028329	12.65	0.000	.0302766 .0413813
8	.0393347	.0032795	11.99	0.000	.0329071 .0457624
9	.0402716	.0039444	10.21	0.000	0325408 .0480024
10	.0431842	.0050143	8.61	0.000	.0333564 .0530121
11	.0515829	.0050885	10.14	0.000	.0416095 .0615562
anos_est	.0195043	0001810	107.76	0.000	.0191495 .019859
1.sexo	.1629709	.0010748	151.62	0.000	.1608643 .1650776
1.sit_regiao	-.0086494	.0012914	-6.70	0.000	-.0111804 -.0061183
1.aus_paioumae	.0453581	.0011764	38.56	0.000	.0430524.0476637
Regiao					
2	-.0335346	.0015801	-21.22	0.000	-.0366316-.0304376
3	.0789153	.0017453	45.22	0.000	.0754946.082336
4	.1518748	.0019765	76.84	0.000	.1480009 .1557487
5	.0847864	.0022338	37.96	0.000	.0804082 .0891646
faix_rend					
1	.0023990	.0012079	1.99	0.047	.0000316 .0047665
2	.0036857	.0012510	2.95	0.003	0012337 .0061376
3	-.0056422	.0014270	-3.95	0.000	-.0084389-.0028454
4	-.0442273	.0017176	-25.75	0.000	-.0475937 -.0408609
5	-.1218914	.0026924	-45.27	0.000	-.1271684 -.1166144
6	-.1718822	.0039947	-43.03	0.000	-.1797115 -.1640528
1.ocup_resp	0549234	.0009490	57.87	0.000	0530633 .0567835
estud_resp	-.0100072	.0001203	-83.20	0.000	-.0102429 -.0097714
1.pres_idoso	-.0424439	.0017390	24.41	0.000	-.0458523 -.0390354

Fonte: Fonte: Elaboração própria.

[7] Ao incluir dummies de tempo no modelo, considerando o primeiro trimestre do ano 2012 como o trimestre de referência, os efeitos das variáveis permaneceram praticamente os mesmos, com os mesmos sinais e significâncias. Com relação ao efeito das dummies para controle do fator tempo, o 2º trimestre do ano 2012 apresentou efeito médio positivo de 0,7%, enquanto os efeitos dos trimestres 3 e 4 do mesmo ano não foram significativos. Os efeitos dos demais trimestres, anos 2013 a 2019, com relação ao trimestre base, foram todos negativos.

trabalho. Ao analisar os anos de estudo do responsável familiar, conforme previsto na teoria, esta é uma variável que funciona como uma proxy de renda permanente da família e contribui reduzindo a probabilidade de participação do filho na força de trabalho, no caso, o efeito foi de -1%.

Os resultados do modelo, corroborando o abordado na seção 4.1, mostram que para os jovens brasileiros o tema trabalho é de grande relevância. Nesse sentido, o tema não é dominado exclusivamente por valores éticos, mas principalmente pelos problemas que advêm do não trabalhar: muito mais do que um valor a cultivar, diz respeito às demandas a serem satisfeitas. Assim, não surpreende o maior interesse por trabalho daqueles nas menores faixas de renda, ou jovens com mais idade, principalmente os meninos. Quando se fala em salários para maioria dos jovens, isso não implica necessariamente em atendimento ao próprio consumo, pois muitos dos jovens brasileiros são coprovedores, contribuindo para sustento da família ou do grupo de residência. Logo, são vários os sentidos do trabalho na vida cotidiana desses jovens (Guimarães, 2004).

Com relação às variáveis que contribuem para que a participação na força de trabalho pelo filho jovem seja adiada – efeito marginal médio negativo sobre a probabilidade de participação – verifica-se que residir em área urbana em comparação com área rural, estar nas faixas de renda de 3 a 6 (acima de 2 salários-mínimos), ser da região Nordeste, contar com a presença de idoso no domicílio ou maior escolaridade do responsável familiar contribuem reduzindo esta probabilidade.

Para Castro (2005), o trabalho dos jovens residentes em áreas rurais tem como principais motivações a questão cultural de trabalhar desde cedo, passada, muitas vezes, de pai para filho. Contudo, o trabalho pode ser influenciado também como forma de complemento de renda familiar, no caso de trabalho externo ao realizado pelos familiares, ou ainda como forma de ganhar autonomia frente à família, principalmente no que diz respeito à autoridade paterna.

Com relação à presença de idoso no domicílio, em Corseuil, Santos e Foguel (2001) esta é uma variável que sofre influência de fatores culturais e/ou institucionais, assim, dependendo do país ou região de moradia, o efeito sobre a probabilidade de participação na força de trabalho pelo filho pode ser diferente. Verifica-se na Tabela 3 que a presença de idoso no domicílio reduz a probabilidade de participação na PEA em 4,2%, o que era esperado considerando o estudo de Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014), ao afirmar que a presença do idoso normalmente implica na obtenção de renda (aposentadoria), o que também contribui para a menor participação do jovem na força de trabalho.

Diferente do que se esperava quanto ao sinal do efeito marginal médio da ocupação do responsável, verifica-se que o efeito marginal foi positivo, ou seja, o pai/mãe responsável familiar que declarou ter trabalhado ou estava ocupado no período da entrevista influenciava positivamente na participação na força de trabalho pelo filho, efeito de 5,4% sobre a probabilidade do filho também se encontrar trabalhando, se comparado a filhos jovens de responsáveis familiares desocupados ou que não realizaram qualquer tipo de trabalho na semana de referência da entrevista. Neste sentido, depreende-se que o efeito trabalhador adicional nestas famílias vem como uma forma de ajudar no orçamento familiar em momentos de dificuldade, não necessariamente tornando o filho o principal provedor.

Analisando o número de componentes no domicílio, verifica-se que de 2 para 3 componentes e de 2 para 4 componentes a contribuição é pequena. Da categoria base para o 5º componente, porém, já há um aumento aproximado de 2,6%.

Nas demais categorias, as diferenças são pequenas de uma categoria para outra, mas vão aumentando com relação à categoria base até superar os 5% de aumento na probabilidade de participação do jovem nos domicílios com onze ou mais componentes.

Autores como Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014), ao falarem sobre tamanho da família, ponderam que a idade dos familiares tem relevância, pois quanto maior o número de irmãos menores, que poderia se relacionar ao número de crianças no domicílio, maior a possibilidade de trabalho pelos irmãos mais velhos para que os mais novos estudem. Assim, a presença de crianças impacta negativamente na decisão de estudo e aumenta a probabilidade de participação no mercado de trabalho. Porém, conforme aumenta o número de crianças, isso pode implicar no envolvimento maior dos jovens nas tarefas de cuidados dessas crianças.

Considerando as Grandes Regiões, destaca-se a região Nordeste como a única, em comparação com a região Norte, que contribui com efeitos marginais médios negativos sobre a probabilidade de participação dos jovens do mercado de trabalho. Enquanto as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste acrescentaram, respectivamente, 7,8%, 15,1% e 8,4%, na região Nordeste o efeito marginal médio foi de -3,3%. Conforme mostrado na seção quatro, o Nordeste vem perdendo participação dos jovens no mercado de trabalho tanto em área urbana quanto rural, mas não necessariamente isto implica que os jovens dessa região melhoraram suas condições familiares, como a renda por exemplo.

Por sinal, no caso das faixas de renda observa-se que as contribuições com efeitos marginais médios positivos acontecem até a faixa 2, sendo que com relação à faixa de renda 0 as faixas 1 e 2 contribuem com praticamente o mesmo percentual de efeito, enquanto a faixa de renda de número 3 contribui para reduzir a participação na força de trabalho em 0,56%. Por estas primeiras faixas já é perceptível que à medida que a renda aumenta, este jovem tende a optar menos pela participação no mercado de trabalho, o que é confirmado ao analisar as demais faixas de renda, nas quais quanto mais distante fica da faixa de renda base, maior é a redução no efeito médio sobre a probabilidade. No caso, para as faixas de renda de 4 a 6, os efeitos foram de, respectivamente, -4,4%, -12,1% e -17,1%, este último para jovens em famílias com renda superior a 20 SM.

Conforme mencionado na seção 4.1, com a crise no Brasil a partir de 2014 o país vem registrando aumento no número de desemprego. Kaufman e Hotchkiss (2006) abordam que em momentos de dificuldades no mercado de trabalho, as famílias são afetadas pelo desemprego de seus trabalhadores principais, ou precarizações, que ao mesmo tempo em que provoca aumento da busca de emprego pelos jovens, como forma de complementar a renda familiar, traz também o efeito desalento. Nesta situação, o efeito desalento pode se sobrepor ao efeito trabalhador adicional, reduzindo o número de pessoas da PEA.

Destaca-se ainda que, desde a crise, a região Nordeste vem perdendo participação dos jovens no mercado de trabalho. Se por um lado, com a crise, houve a necessidade da maior participação do jovem no mercado de trabalho, as maiores taxas de desemprego desses jovens da região Nordeste, comparado com a população, podem ter contribuído para a decisão de saída da PEA, aumentando o número de desalentados.

Para Guimarães (2004), desde o final da década de 1970 o emprego juvenil no Brasil é marcado por intensa transição ocupacional entre empregado, desempregado ou procurando emprego, mas tendendo a diminuir a rotatividade com o aumento da

idade desses jovens. A autora chama a atenção para o que ela intitula "juventude trabalhadora brasileira", que tem sua inserção no mercado de trabalho iniciada ainda na infância, enquanto somente pequena parte espera completar a escala da maioridade para o ingresso.

A centralidade do trabalho ou falta dele enquanto necessidade evidencia como o desemprego ganha relevância nas expectativas dos jovens brasileiros: é visto como um problema pelos jovens independente da situação no mercado de trabalho, se empregado ou não. No caso dos jovens adultos, entre 18 e 25 anos, estes são os mais afetados pela deterioração das condições de trabalho, principalmente quando possuem baixos níveis educacionais. As dificuldades desses jovens ao constituírem famílias se tornam ainda maiores, formam o que se conhece por bolsões de pobreza e miséria (Guimarães, 2004).

Diante do exposto, vale destacar que postergar a entrada no mercado de trabalho pode ser visto não apenas como uma escolha individual, mas como resultado do conjunto de variáveis consideradas no modelo, que podem afetar de forma ampla as possibilidades de inserção dos jovens. Essa análise não se limita a variáveis de classe social ou condições econômicas, mas também considera as transformações no próprio conceito de trabalho e emprego, conforme destacado por País (2016) e Corseuil, Franca e Poloponsky (2021).

Por fim, as maiores contribuições, tanto positivas quanto negativas para decisão de participação no mercado de trabalho vieram de variáveis como sexo, regiões e faixas de renda. São características diferentes: uma individual, uma familiar e uma característica regional, porém que se somam para influenciar na decisão de participação na PEA pelo jovem, ou seja, na intenção de trabalhar. Verifica-se, com isso, que não se pode afirmar que uma ou outra característica exerça sozinha a maior parte da influência nesta decisão, que acaba sendo afetada por uma multiplicidade de fatores.

Conclusão

O objetivo deste estudo foi analisar a evolução da participação dos filhos jovens com idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho, considerando para isso características individuais e interações familiares. Com este objetivo buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: como as interações familiares e os problemas no mercado de trabalho brasileiro vêm afetando as decisões de participação dos jovens de idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho? Testaram-se as seguintes hipóteses: i) Em decorrência do aumento no desemprego, com a consequente dificuldade de absorção da força de trabalho dos jovens, a decisão de participação e o nível de ocupação dos filhos no mercado de trabalho vêm caindo no período que compreende os anos de 2012 a 2019; ii) Considerando a estrutura familiar, grande parte da decisão de participar da PEA pelos jovens advém das interações familiares incluindo aí o tamanho da família, no caso, menor participação dos filhos no

mercado de trabalho, à medida que as famílias são menores e não conseguem montar estratégias defensivas quando há problemas no mercado de trabalho.

Com relação à primeira hipótese, verificou-se de fato uma menor participação no mercado de trabalho e queda na ocupação dos jovens, mas não somente isso: houve variação na participação para a maioria das variáveis analisadas e na maioria dos casos as mudanças, principalmente a partir de 2014, foram provocadas pela crise. No caso da segunda hipótese, apesar de não ser possível afirmar que algumas características, de forma isolada, definem a participação do jovem no mercado de trabalho, nota-se que o aumento no número de componentes do domicílio aumenta a probabilidade de participação do jovem no mercado de trabalho. O que corrobora com o que é apresentado na segunda hipótese.

Ao analisar os resultados da Tabela 3, à exceção da ocupação do responsável familiar, todas as demais variáveis apresentaram os sinais esperados. Assim, idade, anos de estudo, maior número de componentes no domicílio, ser do sexo masculino, ausência de um dos pais, ser morador das regiões Sul, Sudeste ou Centro-Oeste ou residir em domicílio com renda de até 2 SM, contribuem para aumentar a participação no mercado de trabalho pelos jovens. Por outro lado, residir em área urbana, na região Nordeste, ter renda familiar de mais de 2 SM, contar com a presença de idoso ou aumento de anos de estudo do responsável familiar contribuem com redução na probabilidade de participação do filho na força de trabalho.

As maiores contribuições vieram de renda, sexo e região: verificou-se que sexo masculino e região Sul contribuíram respectivamente com 16,2% e 15,1% de aumento na probabilidade de participação na força de trabalho pelo jovem, enquanto as duas maiores faixas de rendimentos contribuíram de forma a reduzir essa probabilidade em, respectivamente, -12,1% e -17,1%.

No caso da ocupação do responsável, verifica-se que o efeito marginal foi positivo, ou seja, o pai/mãe responsável familiar que declarou ter trabalhado ou estava ocupado no período da entrevista influenciava positivamente na participação na força de trabalho pelo filho, efeito de 5,4% sobre a probabilidade do filho também se encontrar trabalhando, se comparado a filhos jovens de responsáveis familiares que estavam desocupados ou não realizaram qualquer tipo de trabalho na semana de referência da entrevista. Neste sentido, depreende-se que o efeito trabalhador adicional nestas famílias vem como uma forma de ajudar no orçamento em momentos de dificuldade, mas não necessariamente tornando o filho o principal provedor da família.

Uma lacuna verificada neste estudo, no intuito de qualificar futuras pesquisas, é considerar o plano amostral da PNADC, que não foi considerado no caso da análise do painel logit. Como contribuição deste trabalho, destaca-se a utilização do modelo logit em painel

tendo como base a divisão intradomiciliar do trabalho não apenas de famílias formadas por cônjuges, sem considerar os demais membros, mas principalmente considerando nesta divisão a decisão de trabalho dos filhos jovens.

Tópicos não tratados no presente trabalho em razão da limitação de espaço surgem como caminhos profícuos para pesquisas futuras, tais como a análise sobre a participação dos filhos jovens no mercado de trabalho conforme os tipos de arranjos familiares e não apenas pelo tamanho da família, dada a mudança em curso na composição dos arranjos familiares nas últimas décadas, bem como a realização de análises separadas para as faixas etárias de 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos, já que a trajetória de inserção no mercado de trabalho não é idêntica para estes grupos.

Referências

Abramo, H. W.; Venturi, G.; Corrochano, M. C. (2020). Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo para uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos Estudos* CEBRAP, 39, 523-542. DOI: https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004.

Araújo, E. C.; Garcia, M. F.; Faustino, I. A.; Araújo, E. L. (2010). A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego -1999-2009. *Revista Economia & Tecnologia*, 6, 29-39. Disponível em https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26901/17931. Acesso em jul. de 2020.

Borges, A. (2006). Desemprego e precarização em Regiões Metropolitanas: um olhar a partir das famílias. *Parcerias Estratégicas* (Edição Especial), 22, 145-167. Disponível em http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/273. Acesso em maio de 2020.

Cabanas, P.; Komatsu, B. K.; Menezes Filho, N. A. (2014). Crescimento da renda e as escolhas dos jovens entre os estudos e o mercado de trabalho. In: Encontro Nacional de Economia da Anpec, 42, Natal, 2014. *Anais* [...]. Natal: ANPEC, s/p. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i13-ba9afad4eceb6713f8315ba553c3370a.pdf. Acesso em maio 2020.

Cahuc, P.; Zylberberg, A. (2004). *Labor Economics*. Cambridge. MIT Press.

Camarano, A. A.; Kanso, S. (2012). O que estão fazendo os Jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? *Repositório Mercado de Trabalho conjuntura e análise (IPEA)*, 53: 37-44. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3855/1/bmt53_nt03_jovens.pdf. Acesso em maio de 2020.

Castro, E. G. (2005). *Entre ficar e sair*: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa.

Corseuil, C. H. L.; Franca, M. P.; Poloponsky, K. (2021). A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. *Novos Estudos CEBRAP*,

39, 501–520. Disponível em *https://doi.org/10.25091/s01013300202000030003*.

Corseuil, C. H.; Santos, D. D.; Foguel, M. N. (2001). Decisões Críticas em Idades Críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. *Texto para Discussão IPEA*, 797: 1-46. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4029. Acesso em maio de 2020.

Di Maio, M.; Nistico, R. (2019). The Effect of Parental Job Loss on Child School Dropout: Evidence from the Occupied Palestinian Territories. *Journal of Development Economics*, 141 (102375), 1-61. Disponível em http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3354019.

Ehrenberg, R. G.; Smith, R. (2012). *Modern labor economics*: theory and public policy. 11. ed. New York, Addison Wesley Longman.

Guimarães, N. (2004). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: Abramo, H. W.; Branco, P. P. M. (org.). *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo.

Guimarães, N. A.; Brito, M. M. A.; Comin, A. A. (2020). Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? *Novos Estudos CEBRAP*, 39, 475-498. DOI: https://doi.org/10.25091/s01013300202000030002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2015). *Nota Técnica: Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua.* Rio de Janeiro. Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=notas-tecnicas. Acesso em nov. 2020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *SIDRA*. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/PNADC/Tct/tabelas. Acesso em maio de 2020.

Junankar, P. N. (R.). (2019). Youth Labour Markets in Developing and Developed Countries: The Role of the Sectoral Composition of Production. Institute of Labor Economics (IZA) Discussion Paper, 12256, 1-37. DOI: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3390246.

Kaufman, B.; Hotchkiss, J. (2006). *The Economics of Labor Markets*. 7ª ed. Mason, Thomson South-Western.

Montali, L. (2017). Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares. In: E. T. Leone, J. D. Krein, M. O. Teixeira (org.), *Mundo do trabalho das mulheres*: ampliar direitos e promover a igualdade. São Paulo, Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; IE Unicamp.

Mota, T. S.; Jorge, M. A.; Campos, C. S. S. (2017). Uma Análise dos Determinantes do Trabalho de Crianças e Adolescentes nos Estados de Sergipe e Santa Catarina. *Revista da ABET*, 16, 100-118. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2017v16n2.37800.

Neder, H. D. (2013). *Análise de Indicadores Sociais Utilizando o STATA*. Uberlândia, Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em http://www.ecn26.ie.ufu.br/TEXTOS_ESTATISTICA/ANALISE_POLITICAS_SOCIAIS.pdf. Acesso em out. 2020.

Novella, R.; Repetto, A.; Robino, C.; Rucci, G. (2018). Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar? (Sumário executivo). *Revista Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB).* DOI: http://dx.doi.org/10.18235/0001411. Acesso em maio de 2020.

Pais, J. M. (2016). *Ganchos, Tachos e Biscates*. Rio de Janeiro: Edições Machado, v. 4.

Passos, L.; Machado, D. (2022). Determinantes do trabalho produtivo no Brasil: as normas de gênero e a decisão intrafamiliar. *Economia e Sociedade*, 31, 203–227. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art10.

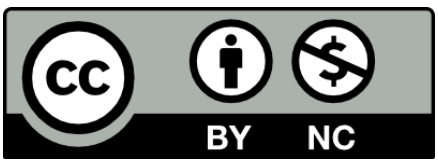
Pessoa, D.; Silva, P. N. (2018). Análise de Dados *Amostrais Complexos*. São Paulo, Associação Brasileira de Estatística (ABE). Disponível em https://djalmapessoa.github.io/adac/bookdown-adac.pdf. Acesso em out. 2020.

Pochmann, M. (2007). *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil*: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo: IE-UNICAMP. Disponível em https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/situac3a7c3a3o-do-jovem-no-mercado-de-trabalho-marcio-pochman.pdf. Acesso em jul. 2020.

Portner, C. C. (2016). Effects of parental absence on child labor and school attendance in the Philippines. *Rev. Economics Household*, 14, 103–130. DOI: https://doi.org/10.1007/s11150-014-9266-5.

Wooldridge, J. M. (2002). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge, MIT Press.

Recebido em 18/01/2024. Aprovado em 03/09/2024.



Selo Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Vivências de prazer e sofrimento de mulheres em teletrabalho

Experiences of pleasure and suffering of women in telework

Vivencias de placer y sufrimiento de mujeres en teletrabajo

Sueli Maria CABRAL
suelicabral@feevale.br
Universidade Feevale

Sabrina Valesca da COSTA
sabrinavalesca@yahoo.com.br
Universidade Feevale

Carmem Regina GIONGO
carmemgiongo@feevale.br
Universidade Feevale

Este estudo objetiva analisar as vivências de prazer e sofrimento de mulheres em teletrabalho vinculadas a áreas administrativas de empresas da região metropolitana de Porto Alegre. Foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa e a orientação teórica foi da Psicodinâmica do Trabalho. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário desenvolvido pelas autoras e o formulário EIPST do ITRA. Participaram da pesquisa 42 mulheres, sendo que seis passaram por uma entrevista semiestruturada. Os resultados estatísticos foram analisados através do software IBM® SPSS® (Versão 26.0) e os dados qualitativos foram submetidos à Análise de Núcleo de Sentido. Os resultados apontaram que as mulheres enfrentam uma carga significativa de responsabilidades em seus diversos papéis, mas reconhecem os benefícios da flexibilidade e da oportunidade de conviver com os filhos e familiares na modalidade do teletrabalho. As principais estratégias para lidar com o sofrimento fundamentaram-se na cooperação e no isolamento. Concluiu-se que políticas públicas em saúde do trabalhador e garantia de direitos através da ampliação da legislação trabalhista voltada ao teletrabalho são essenciais e vitais para a saúde e dignidade laboral.

Palavras-chave: Psicodinâmica do Trabalho; Prazer; Sofrimento; Mulheres; Teletrabalho.

This study aims to analyze the experiences of pleasure and suffering of women teleworking in the administrative areas of companies in the metropolitan region of Porto Alegre. Quantitative and qualitative research was carried out and the theoretical orientation was Work Psychodynamics. For data collection, a questionnaire developed by the authors and the ITRA EIPST form were applied. 42 women participated in the research, six of whom underwent a semi-structured interview. Statistical results were analyzed using IBM® SPSS® software (Version 26.0) and qualitative data were analyzed using Core Sense Analysis. The results showed that women face a sig-

DOI: 10.34024/csr.2025.61.1.17347

nificant burden of responsibilities in their various roles but recognize the benefits of flexibility and the opportunity to spend time with their children and family members when teleworking. The main strategies for dealing with suffering were based on cooperation and isolation. It was concluded that public policies on worker health and guaranteeing rights through the expansion of labor legislation aimed at teleworking are essential and vital for health and dignity at work.

Palavras-chave: Psychodynamics of Work; Pleasure; Suffering; Women; Telecommuting.

Este estudio tiene como objetivo analizar las vivencias de placer y sufrimiento de las mujeres en teletrabajo vinculadas a áreas administrativas de empresas en la región metropolitana de Porto Alegre. Se realizó una investigación cuantitativa y cualitativa, y la orientación teórica estuvo basada en la Psicodinámica del Trabajo. Para la recolección de datos se aplicó un cuestionario desarrollado por las autoras y el formulario EIPST del ITRA. Participaron en la investigación 42 mujeres, de las cuales seis pasaron por una entrevista semiestructurada. Los resultados estadísticos fueron analizados mediante el software IBM® SPSS® (Versión 26.0) y los datos cualitativos fueron sometidos al Análisis de Núcleo de Sentido. Los resultados mostraron que las mujeres enfrentan una carga significativa de responsabilidades en sus diversos roles, pero reconocen los beneficios de la flexibilidad y la oportunidad de convivir con los hijos y familiares en la modalidad de teletrabajo. Las principales estrategias para lidiar con el sufrimiento se basaron en la cooperación y el aislamiento. Se concluyó que las políticas públicas en salud laboral y la garantía de derechos mediante la ampliación de la legislación laboral enfocada al teletrabajo son esenciales y vitales para la salud y dignidad laboral.

Palabras clave: Psicodinámica del Trabajo; Placer; Sufrimiento; Mujeres; Teletrabajo.

Introdução

Até 2020, o teletrabalho era considerado uma realidade distante, sendo encarado como algo utópico ou até mesmo inimaginável para alguns trabalhadores e empresas. Mesmo em países desenvolvidos, o uso regular ou ocasional desse modelo de trabalho não ultrapassava 30% da força de trabalho, conforme o relatório do Tribunal Superior do Trabalho (TST, 2020).

Em 2020, devido à pandemia de Covid-19, o teletrabalho se tornou mais comum em função do isolamento social exigido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos em novembro de 2020 e divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), cerca de 8,3 milhões de pessoas estavam trabalhando de forma remota no Brasil, e as mulheres representavam 56,5% deste número.

Conforme um estudo desenvolvido por Barrero, Bloom e Davis (2021), o percentual de trabalhadores em atividades remotas dobrava a cada 15 anos, mas com a pandemia por Covid-19, este percentual teve um aumento equivalente a 30 anos em

menos de 2 anos. Conforme a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em junho de 2020, cerca de 22% dos trabalhadores brasileiros estavam realizando suas atividades profissionais em casa (Góes; Martins; Nascimento, 2021).

Sakuda e Vasconcelos (2005) definem o teletrabalho como a transformação da estrutura de trabalho estabelecida por meio do uso de computadores e telecomunicações. Essa transformação abrange diversos aspectos, tais como os econômicos, sociais, organizacionais, ambientais e legais. Para o Tribunal Superior do Trabalho (2020), o teletrabalho é caracterizado pela realização de atividades profissionais que ocorrem "fora das dependências do empregador, com a utilização de recursos tecnológicos e que não se enquadram na ideia de trabalho externo, isto é, do trabalho que, em razão de sua natureza, é desempenhado em locais externos, como é o caso de motoristas", por exemplo (TST, 2020, p. 8).

Nesse contexto, inúmeros estudos foram desenvolvidos e evidenciaram importantes questões atreladas à saúde mental dos trabalhadores. Conforme citado na revisão integrativa de Pereira (2022), o isolamento social ganhou destaque no impacto à saúde mental, além das psicopatologias como estresse, ansiedade, sobrecarga e depressão. Bridi, Bohler e Zanoni (2020) apontaram que o teletrabalho nesse período foi marcado por conflitos na relação família e trabalho, aumento da carga horária, além de gerar um ritmo mais acelerado ao trabalhador.

Sabe-se que, na pandemia, as mulheres sofreram ainda mais as consequências da sobrecarga gerada pelo trabalho regular associado aos cuidados familiares e domésticos. A pesquisa de Flores *et al.* (2021) apontou que 53,7% das mulheres que participaram da pesquisa e que estavam trabalhando no momento da pandemia passaram a realizar suas atividades em casa, acentuando mais ainda a desigualdade de gênero, seja pelo medo de perder o emprego ou pela sobrecarga do acúmulo de funções.

Um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2024) mostrou que as mulheres tiveram maior dificuldade para voltar ao mercado de trabalho após a pandemia por Covid-19 em comparação com os homens. A taxa de desemprego atingiu 9,2% entre as mulheres e 6% entre os homens, sendo que as mulheres negras foram ainda mais prejudicadas (OIT, 2024).

Sobre estas desigualdades historicamente presentes no mercado de trabalho e intensificadas em momentos de crises econômicas, sanitárias e políticas, Kergoat e Hirata (2007) afirmam que a divisão sexual e social é uma forma de organização do trabalho resultante das relações desiguais entre os sexos. Essa divisão do trabalho é moldada de maneira histórica e socialmente variável, refletindo as dinâmicas e as normas vigentes. Debout (2018) corrobora o debate ao afirmar que as diferenças entre homens e mulheres no que se refere ao mercado de trabalho e/ou às atividades domésticas, devem ser tratadas e enfrentadas como construções sociais.

Neste contexto, analisar a saúde mental no trabalho torna-se essencial, além de representar uma estratégia necessária para a construção de políticas mais igualitárias no campo do trabalho. Uma das abordagens possíveis para esta análise é a Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Dejours na década de 1980 na França. No que se refere às relações de trabalho, para Dejours e Gernet (2011, p. 70), "o trabalho é a atividade

coordenada executada por homens e mulheres que trabalham para prover o que não está previsto na organização do trabalho". Para Dejours (2008), há uma evolução tanto de regras quanto do convívio das pessoas, que faz com que o trabalho seja diferente em determinados períodos históricos.

Além da normalidade, as pesquisas do autor também revelaram que a relação entre os trabalhadores e as características que envolvem a organização do trabalho são dinâmicas e instáveis, compondo um espaço subjetivo de constantes transformações (Dejours, 2000). Para Dejours (1994, p. 2004), a Psicodinâmica do Trabalho se interessa também pelas vivências de prazer, que são as transformações do sofrimento a fim de não gerar uma patologia. Essas vivências de prazer e sofrimento são subjetivas e afetam o sujeito assim como o desejo, o amor, a angústia, entre outros. Nesse sentido, a Psicodinâmica do Trabalho está alicerçada na centralidade do trabalho para a vida do sujeito, e este possui potencial tanto para gerar sofrimento e adoecimento, quanto saúde, realização e desenvolvimento da identidade.

Conforme Dejours (2015), falar de organização do trabalho é desvendar o processo de início até o fim de uma atividade, não só o contexto de realização da atividade em si, mas sim, contemplar os processos subjetivos que estão presentes no cenário em que a atividade é executada. Nessa dinâmica está a lacuna entre o trabalho prescrito e o trabalho real, abarcando tudo aquilo que o trabalhador realiza além do procedimento para que o processo aconteça, desde sua inteligência, comprometimento, afetividade e inventividade. Conforme Dejours (2008), a cada atividade realizada há um caminho distinto a ser percorrido pelo sujeito, entre o real e o prescrito, pois sempre é uma ação de assumir riscos e cometer infrações, para trabalhar bem, por isso reforça-se que o vital do trabalho não é visto e nem mensurado.

Neste contexto, o sofrimento mental resulta da organização do trabalho e, para ele, quanto mais inflexível for a organização do trabalho, menos ela contribuirá à economia psicossomática individual. Assim, "a organização do trabalho é causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental" (Dejours, 2015, p. 167).

Frente às problematizações apresentadas e com base na teoria da Psicodinâmica do Trabalho, este estudo possui o objetivo de analisar as vivências de prazer e sofrimento de mulheres trabalhadoras de áreas administrativas de empresas da região metropolitana de Porto Alegre, discorrendo sobre as estratégias de enfrentamento e de defesa experimentadas no modelo do teletrabalho.

Método

Este estudo utilizou-se do método quanti-qualitativo, a fim de buscar uma complementação entre as diferentes estratégias metodológicas e responder aos seus objetivos, e teve a Psicodinâmica do Trabalho como direcionadora de suas análises. Segundo Creswell e Creswell (2021), a pesquisa mista é uma análise mais profunda, que busca não apenas uma integração de dados quantitativos e qualitativos, mas também uma compreensão adicional da questão de pesquisa. Nesse contexto, é importante ressaltar que a Psicodinâmica do Trabalho

(Dejours, 2015) possui uma metodologia própria, stricto sensu, que não foi utilizada em sua totalidade neste trabalho, devido a algumas dificuldades de aplicação, o que não é raro nas pesquisas brasileiras.

Merlo e Mendes (2009), ao analisarem o uso da Psicodinâmica do Trabalho na produção nacional, destacaram que muitos estudos nacionais não utilizam o método dejouriano, mas buscam manter-se fiéis à essência dos pressupostos da Clínica do Trabalho. No entanto, os pressupostos da Psicodinâmica estiveram presentes na condução da pesquisa, bem como em sua análise, com o intuito de demonstrar como essa dialética, das dificuldades do trabalho, pode impactar à psique dos trabalhadores (Dejours, 2015).

Participaram da pesquisa 42 trabalhadoras de áreas administrativas, conforme apresentado na Tabela 1, moradoras da região metropolitana de Porto Alegre. As entrevistadas tinham idade média de 38 anos, sendo que 69,04% possuíam filhos, 88,1% eram graduadas, 61,9% estavam em teletrabalho integralmente e 38,1% estavam trabalhando na modalidade híbrida (precisavam comparecer semanalmente ou mensalmente na empresa).

A pesquisa apresentou uma amostra limitada em termos de diversidade étnico-racial, com baixa participação de mulheres negras, o que limita a generalização dos resultados, especialmente no que se refere às particularidades vividas por essa população, reforçando a visão de Carneiro (2003) sobre a invisibilidade das mulheres negras e como a falta de representação destas mulheres restringe as pesquisas e impede uma visão justa e mais inclusiva.

O Quadro 1 apresenta o resumo sistematizado das informações das participantes, como nome fictício (Part.1 a Part.42), idade, estado civil, se possuíam filhos, escolaridade e o formato de trabalho.

Os critérios de inclusão das participantes para a pesquisa foram: a) trabalhadoras exclusivamente do sexo feminino, maiores de 18 anos; b) que tivessem atuado em formato presencial e, que, durante a pandemia, tiveram que mudar sua rotina de trabalho para o teletrabalho; c) que estivessem atuando de forma remota ou híbrida no momento da pesquisa; d) que autorizassem sua participação na pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados: a) um questionário sociodemográfico que levantou informações diversas acerca do perfil das participantes, incluindo aspectos como idade, sexo, escolaridade, situação familiar e condições de trabalho; e b) o segundo instrumento aplicado foi a escala EIPST, que é composta por quatro fatores, dois avaliando prazer (realização profissional e liberdade de expressão) e dois avaliando sofrimento no trabalho (falta de reconhecimento e esgotamento profissional). O objetivo dessa escala é avaliar, nos últimos seis meses, a ocorrência de vivências de prazer e de sofrimento no trabalho. Para isso, a escala contém sete opções de respostas: 0 = nenhuma vez; 1 = uma vez; 2 = duas vezes; 3 = três vezes; 4 = quatro vezes; 5 = cinco vezes; e 6 = seis vezes ou mais.

Os resultados quantitativos, provenientes do questionário e do EIPST, serão apresentados através das frequências absolutas (n) e relativas (%), valores mínimo, máximo, média aritmética, mediana, desvio-padrão e pontos percentis dos quartis (P25, P50 e P75).

Tabela 1. Perfil Laboral (n=42)
Table 1. Job Profile (n = 42)

Variável	Categorias	n	%
Tipo de Empresas	Indústria	21	50,0
	Serviços	21	50,0
Área - Setor	Tecnologia da Informação	10	23,8
	Financeiro	9	21,4
	Contabilidade	3	7,1
	Educação	3	7,1
	Comercial	2	4,8
	Marketing	2	4,8
	Planejamento	2	4,8
	Projetos	2	4,8
	Telemarketing	2	4,8
	Outras áreas - setores (1 menção cada)	7	16,7
Cargo Atual	Analista	18	42,9
	Coordenação	7	16,7
	Consultora	3	7,1
	Gerência	3	7,1
	Assessoria	2	4,8
	Sócia proprietária	2	4,8
	Outros cargos (1 menção cada)	7	16,7
Tempo no Emprego Atual	Menos de 1 ano	4	9,5
	Entre 1 a 3 anos	7	16,7
	Entre 3 a 5 anos	8	19,0
	Entre 5 a 10 anos	7	16,7
	Mais de 10 anos	16	38,1
Tempo com Atividades Domésticas	Entre 1 a 2h	22	52,4
	Entre 2 a 4h	16	37,1
	Mais de 4h	4	9,4
Tempo com Atividades Docentes	Não se aplica (não tem filhos)	13	31
	Menos de 1h	16	37,1
	Entre 1 e 2h	12	28,6
	Mais de 4h	1	2,4

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

As associações entre as classificações EIPST com as variáveis faixa etária, tipo de trabalho, local de trabalho em casa, sentimento ao final do expediente, tempo com atividades domésticas e tempo com atividades docentes foram examinadas através do teste Qui-Quadrado (⊠2). Todos os procedimentos estatísticos foram executados no software IBM® SPSS® (Versão 26.0), adotando nível de significância em $p \leq 0,05$.

Para análise dos resultados da escala EIPST dos fatores de prazer, serão considerados os itens positivos, a partir dos seguintes parâmetros: igual ou maior que 4,0 = avaliação positiva (trabalho apresenta-se como satisfatório); entre 3,9 e 2,1 = avaliação moderada (trabalho apresenta-se como crítico); e abaixo de 2,0 = avaliação negativa (trabalho apresenta-se como grave). Já para os critérios de sofrimento, serão considerados os itens negativos, e a análise segue os seguintes níveis: maior ou igual a 4,0 = avaliação mais negativa (trabalho apresenta-se como grave); entre 3,9 e 2,1 = avaliação moderada (trabalho apresenta-se como crítico); e abaixo de 2,0 = avaliação

menos negativa (trabalho apresenta-se como satisfatório).

Do ponto de vista dos instrumentos de pesquisa, considerando a Psicodinâmica do Trabalho, conforme Monteiro et al. (2017), a maior parte dos estudos na Região Sul utiliza o método qualitativo, compatível com a teoria, que prioriza a singularidade, a escuta e as questões subjetivas do indivíduo ou do grupo estudado. As autoras destacam também a entrevista individual com roteiros semiestruturados como sendo a técnica mais utilizada.

Quadro 1: Exposição Sociodemográfica
Chart 1: Sociodemographic Exposure

Nome	Idade	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Área/Setor
Part. 1	51	Casada	1	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 2	55	Casada	2	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 3	31	Relacionamento estável	3	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 4	36	Solteira	0	Graduação incompleta	100% Teletrabalho
Part. 5	33	Casada	0	Graduação completa	100% Teletrabalho
Part. 6	38	Casada	2	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 7	41	Solteira	1	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 8	43	Casada	1	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 9	40	Casada	2	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 10	27	Casada	0	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 11	45	Casada	1	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 12	44	Casada	1	Graduação completa	100% Teletrabalho
Part. 13	46	Solteira	1	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 14	35	Casada	1	Graduação completa	Híbrido
Part. 15	46	Relacionamento estável	1	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 16	30	Casada	1	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 17	45	Casada	1	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 18	37	Solteira	0	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 19	39	Casada	2	Graduação incompleta	100% Teletrabalho
Part. 20	50	Casada	1	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 21	42	Casada	1	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 22	40	Solteira	0	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 23	38	Relacionamento estável	1	Graduação completa	Híbrido
Part. 24	43	Relacionamento estável	0	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 25	32	Solteira	0	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 26	41	Casada	2	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 27	37	Casada	1	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 28	36	Casada	1	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 29	28	Casada	1	Ensino Médio	Híbrido
Part. 30	34	Solteira	0	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 31	49	Casada	0	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 32	35	Casada	2	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 33	22	Solteira	0	Graduação incompleta	100% Teletrabalho
Part. 34	32	Relacionamento estável	0	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 35	41	Casada	2	Pós-Graduação	100% Teletrabalho
Part. 36	47	Casada	2	Graduação completa	100% Teletrabalho
Part. 37	45	Relacionamento estável	0	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 38	43	Divorciada	1	Graduação completa	100% Teletrabalho
Part. 39	29	Relacionamento estável	+ de 3	Ensino Médio	100% Teletrabalho
Part. 40	32	Casada	2	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 41	61	Divorciada	0	Pós-Graduação	Híbrido
Part. 42	42	Casada	1	Pós-Graduação	Híbrido

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Corroborando com o exposto acima, como instrumento complementar, foi aplicada uma entrevista semiestruturada, inspirada no Roteiro da Psicodinâmica, criado por Mendes (2007). O roteiro inicia com uma pergunta aberta sobre o trabalho, buscando informações sobre a organização e condição do trabalho. A segunda questão traz à tona o sentimento da profissional em relação ao seu trabalho. A terceira pergunta busca entender as dificuldades encontradas no dia a dia do trabalho e, por fim, busca-se entender como o trabalho tem afetado o seu comportamento.

Sendo assim, o processo de coleta de dados contou com duas fases distintas. A primeira foi realizada de maneira on-line, composta pela aplicação do questionário sociodemográfico criado pelas próprias autoras e da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento do Trabalho (EIPST) do ITRA, nas 42 participantes. Os instrumentos foram disponibilizados através do Google Forms e a pesquisa foi divulgada nas redes sociais das pesquisadoras e em grupos de WhatsApp. Na segunda etapa foram entrevistadas as 6 participantes que realizaram a primeira etapa do estudo e sinalizaram interesse em participar de etapa seguinte.

As entrevistas foram agendadas previamente e ocorreram no período de fevereiro a abril de 2023, com duração de aproximadamente uma hora. Quatro entrevistas foram realizadas de maneira virtual com a utilização da ferramenta colaborativa Teams e duas foram realizadas de forma presencial, no escritório da pesquisadora. Para dar segurança às entrevistadas, no início do encontro foi informado que os nomes não seriam divulgados e que elas seriam referenciadas e numeradas apenas como participantes (Part.1 a Part.42).

As entrevistas semiestruturadas foram transcritas e organizadas em uma tabela eletrônica para a exploração dos resultados da pesquisa, que foi avaliada com a técnica de Análise de Núcleo de Sentidos (ANS), recomendada por Mendes (2007), que traz uma adequação da técnica por Bardin (1977 apud Mendes, 2007). A ANS tem o objetivo de categorizar o conteúdo declarado e oculto das entrevistas, critério de semelhança de significado semântico, lógico e psicológico, conforme proposto por Mendes (2007), na análise de pesquisas em clínica do trabalho que tomam como referência a Psicodinâmica do Trabalho. Nesse processo, conforme a autora, o pesquisador deve realizar uma tradução detalhada, que vai além das palavras, fazendo análise também dos aspectos subjetivos.

Finalmente, cabe ressaltar que, para a execução desta pesquisa, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale, conforme registro: CAAE 62083722.9.0000.534. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e receberam uma devolução dos dados através de e-mail.

Análise e Discussão Resultados

Com a transcrição completa das entrevistas, considerando o exposto e o implícito, foi possível categorizar os resultados por semelhança de significado, conforme recomendação de Mendes (2007). Com base nesse processo e nos eixos temáticos encontrados, emergiram três categorias, conforme

Quadro 2: a) Vivências de Prazer; b) Vivências de Sofrimento; c) Estratégias de enfrentamento e de defesa. As categorias serão apresentadas e discutidas a seguir.

a) Vivências de prazer

A primeira categoria diz respeito às vivências de prazer no teletrabalho. Na perspectiva das entrevistadas, essas vivências estavam relacionadas à flexibilidade que o teletrabalho proporciona, não só em relação aos horários em que as trabalhadoras conseguem além de trabalhar, organizar suas atividades pessoais, mas também em relação a como e quando fazer suas tarefas, gerando uma

Quadro 2: Categorias Análise de Núcleo de Sentido
Chart 2: Core Meaning Analysis Categories

Análise de Núcleo de Sentido	
Categoria	**Eixo Temático**
Vivências de Prazer	Conexão com as pessoas
	Reconhecimento
	Flexibilidade
	Liberdade e autonomia
Vivências de sofrimento	Sobrecarga
	Isolamento
	Pressão
	Ritmo e formato do trabalho
	Relações de poder
Estratégias de enfrentamento e de defesa	Cooperação Isolamento Negação Híbrido

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

sensação de liberdade e autonomia. No que se refere aos dados quantitativos obtidos na escala EIPST, as participantes apresentaram avaliação positiva na média do prazer, sendo ela igual a 4,9, ou seja, o trabalho apresentou-se como satisfatório. Na escala, o item liberdade de expressão (5,1) teve um escore mais alto do que a realização (4,7), respectivamente, como mostra a Tabela 2.

Na Classificação geral da EIPST, pode-se perceber que 83,3% das entrevistadas apresentaram avaliação positiva, o que significa que o trabalho se apresentou como satisfatório. Em seguida, 14,3% apresentaram avaliação moderada e 2,4% avaliação negativa. Esses dados podem ser melhor analisados na Tabela 3.

Também foi possível verificar, através do teste de Qui-Quadrado (χ^2), que existe uma avaliação positiva no EIPST em relação ao prazer, quando as mulheres possuem espaço definido para o teletrabalho na forma de "escritório", como mostra a Tabela 4. Em contrapartida, as mulheres que não possuem um espaço próprio como um escritório em casa, apresentam um resultado de avaliação classificado como moderado (p = 0,045).

Tabela 2: Estatística descritiva da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (n = 42)
Table 2: Descriptive statistics of the Pleasure and Suffering at Work Indicator Scale (n = 42)

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Percentuais		
						25	50	75
Liberdade de expressão	5,1	5,4	1,1	2,1	6,0	4,4	5,4	6,0
Realização	4,7	5,0	1,3	0,4	6,0	4,1	5,0	5,7
EIPST Prazer	4,9	5,2	1,1	1,8	6,0	4,7	5,2	5,6

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Tabela 3: Classificação EIPST (n = 42)
Table 3: EIPST Classification (n = 42)

Variável	Categorias	N	%
EIPST Prazer	Avaliação Mais Positiva	35	83,3
EIPST Prazer	Avaliação Moderada	6	14,3
EIPST Prazer	Avaliação Mais Negativa	1	2,4

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Para Dejours (1994), as vivências de prazer ocorrem quando a organização do trabalho se apresenta flexível, permitindo que o sujeito imprima sua criatividade em ação e sinta-se reconhecido. Na fala da Part.8, profissional da área de marketing, que obteve avaliação positiva do trabalho, com uma média de prazer 5,35 da escala EISPT, é possível enxergar como a autonomia se faz presente no teletrabalho:

> *Existem padrões para seguir, de normativas, procedimentos, mas a minha atividade em si não. Ela não tem uma rotina, até porque cada situação é uma situação nova. Eu acho que temos mais autonomia. Com o teletrabalho, as pessoas aprenderam a confiar mais umas nas outras. [...] As pessoas começaram a enxergar que se trabalha por entrega e não por horário (Part.8).*

Tabela 4: Classificação do Prazer (EIPST) em função do local do teletrabalho em casa (n = 42)
Table 4: Pleasure Rating (EIPST) depending on the location of teleworking at home (n = 42)

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Percentuais		
						25	50	75
Falta de Reconhecimento	1,3	1,0	1,3	0,0	4,8	0,3	1,0	2,1
Esgotamento	2,9	2,6	1,7	0,0	6,0	1,5	2,6	4,1
EIPST Sofrimento	2,1	1,8	1,3	0,0	5,3	0,9	1,8	3,0

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Já para a Part.20, profissional que atua na área de Recursos Humanos, além da autonomia, a flexibilidade do dia a dia no teletrabalho gera uma satisfação em administrar seus afazeres pessoais, concomitantemente ao seu trabalho. Ela apresentou índice máximo na avaliação da EIPST, 6. Além disso, tanto para a categoria realização, quanto na de liberdade de expressão, o trabalho também se apresenta como satisfatório. Cabe salientar as expressões de orgulho e leveza da participante ao falar de sua organização.

> *Às vezes vou ao médico, na escola, saio para algo particular e não mando atestado, mas para compensar eu trabalho à noite. Tenho autonomia, embora minha gestora seja controladora. Eu acabo reportando para ela tudo que eu fiz, através das entregas e resultados que eu apresento. Assim, muita coisa eu decido sozinha, e passo para a gestão as que considero importante, outras eu compartilho quando fico insegura (Part.20).*

As falas das participantes Part.8 e Part.20 reforçam os debates propostos por Dejours (2015), nos quais a realização do trabalho não está apenas na ação da atividade e, sim, na possibilidade de sua própria transformação, construindo vivências de prazer. A Part.21, consultora, que também teve média de prazer com índice máximo, 6 na EIPST, trouxe suas vivências de prazer, corroborando com o que dizem Mendes e Vieira (2014), segundo os quais o trabalho resulta em prazer quando é possível aprender com ele, desenvolver novas formas de fazê-lo, inovando, criando e identificando espaço para a interação com os outros:

> *Então, eu estou sempre pensando em soluções que eu consiga me conectar com as pessoas, mesmo não estando presencialmente [...] eu sou muito feliz remotamente. E de fato, para cada vez que eu vou fazer uma coisa, eu gosto de fazer um pouquinho diferente. Dá para melhorar isso aqui [...] eu vou inventando umas coisas um pouco diferente e as pessoas que trabalham comigo, elas também trabalham de forma remota, e têm liberdade de horários e de construção (Part.21).*

A Part.28, coordenadora financeira, possui orgulho do trabalho que realiza e se diz feliz em trabalhar na empresa em que está, no entanto, seu índice na EIPST teve uma avaliação moderada de 3,65, ou seja, o trabalho apresenta-se como crítico. Ela comenta: "[...] realmente gosto do que eu faço [...] Ainda mais numa empresa que eu gosto". Para ela, o tempo que ganhou sem a locomoção é convertido em qualidade de vida, especialmente nos momentos de maior convivência com o filho:

> *[...] eu ganhei sim qualidade de vida, por mais que eu não esteja fazendo nada para mim ainda. [...] consigo adiantar muita coisa ao meio-dia. À noite eu ganho tempo, a gente fica no sofá brincando, vendo televisão, fazendo outra atividade que antes eu não fazia porque eu estava na rotina da casa (Part.28).*

> *[...] não é tudo um mar de rosas na vida no teletrabalho, mas mesmo com toda esta questão, gostaria de permanecer em casa, porque, para mim, o ganho psicológico que eu tive, foi muito importante, foi muito grande. Então assim, por mais que eu ainda esteja*

> *longe das pessoas, que é algo importante, me manteria no teletrabalho (Part. 28).*

> *Eu gosto muito do que eu faço. Eu acho que é sem pensar em dinheiro. Porque eu acho que o que eu faço é superimportante para qualquer corporação. O meu trabalho tem um valor grande, porque eu me sinto viva, eu me sinto produtiva (Part.8).*

No caso da Part.8, foi possível perceber que o teletrabalho permitiu que sua entrega expandisse o limite geográfico do Sul. Com isso, ela teve duas promoções consecutivas em curto prazo. A fala da trabalhadora menciona o reconhecimento que, para Dejours (2015), é uma das formas de vivenciar o prazer no trabalho: "O teletrabalho foi muito bom nesse sentido, porque eu ganhei uma visibilidade que eu não tinha, talvez se não tivesse mudado eu iria continuar sendo uma analista somente aqui do Sul" (Part.8).

Já para a Part.21, o trabalho hoje é prazeroso, mas isso não foi sempre uma realidade. Conseguiu nesse momento ter uma excelente qualidade de vida, muito em função da flexibilidade do teletrabalho: "sim, aumentou minha qualidade de vida e saúde mental, pois me organizo e não fico me cobrando com as saídas que preciso dar, paradas durante o dia. Pratico atividade física nos horários que gosto" (Part.21).

Considerando os relatos acima, bem como os resultados gerais do instrumento EIPST apresentados, fica clara a semelhança com a revisão integrativa realizada por Pereira (2022), que sugere uma ambivalência sobre as opiniões a respeito do teletrabalho, visto que, embora sejam relatados casos de sobrecarga, também há relatos de maior motivação no trabalho, atribuídos à melhora na qualidade de vida e ao aumento do convívio familiar.

Analisando-se os depoimentos das trabalhadoras entrevistadas, cabem alguns apontamentos, como, por exemplo: o principal aspecto relatado pelas trabalhadoras se refere ao tempo livre para realizar as atividades domésticas, de cuidado pessoal e de convivência com os filhos. A questão que pode ser colocada é: se houvesse maior igualdade de gênero frente às demandas de cuidado familiar e de afazeres domésticos, este elemento ainda seria uma vantagem? Cabe destacar que, conforme dados do IBGE (2023), as mulheres dedicam 21,3 horas semanais para as atividades domésticas e de cuidados com as pessoas, enquanto os homens utilizam 11,7 horas.

Um estudo anterior realizado com profissionais em teletrabalho apresentou dados similares quanto aos aspectos de saúde nesse contexto, levantando o debate de que as condições de trabalho presenciais marcadas pela falta de mobilidade urbana, elevadas cargas de trabalho e rigidez no controle da jornada laboral fazem com que muitos trabalhadores almejem trabalhar em casa. Apesar disso, os autores reforçaram que, mesmo que o teletrabalho seja considerado positivo para os entrevistados, a garantia de direitos deve ser preservada no trabalho remoto. A legislação trabalhista e as políticas organizacionais devem garantir condições de trabalho e de saúde ocupacional adequadas, fornecendo equipamentos, ajuda de custos para aquisição ou manutenção das ferramentas de trabalho, acompanhamento funcional e estratégias de gestão de pessoas que alcancem as equipes em teletrabalho (Giacomello *et al.*, 2022).

b) Vivências de sofrimento

Contrapondo a primeira categoria, este segundo eixo retrata situações que geram sentimentos não prazerosos, resultantes de isolamento, relação de poder, sobrecarga de trabalho, pressão, ritmo e formato de trabalho, denominando assim a categoria de Vivências de Sofrimento. No que se refere à escala EIPST do ITRA, as participantes pontuaram na média de sofrimento 2,1, o que é considerado uma avaliação menos negativa, apresentando 1,3 para falta de reconhecimento e 2,9 para o esgotamento. Nessa escala de sofrimento, quanto maior o escore, maior é a avaliação negativa. Esses dados podem ser melhor analisados na Tabela 5.

É possível observar que, na perspectiva do sofrimento, as diferenças entre os escores não são tão elevados na comparação com a primeira categoria de avaliação do prazer. Considerando as respostas das participantes, 57,2% apresentaram dados satisfatórios no que se refere aos indicadores de sofrimento; 33,3%, apresentaram indicadores críticos; e 9,5%, indicadores graves de sofrimento no trabalho.

O mesmo teste realizado para visualizar a associação para o índice de prazer foi realizado para o índice de sofrimento e observou-se que as mulheres que possuem um espaço definido para o teletrabalho na forma de "escritório" apresentam menores indicadores de sofrimento na escala EIPST (Sofrimento), enquanto as mulheres que possuem um "espaço comum da casa com outros moradores" apresentam resultados críticos (p = 0,041). Esses dados podem ser mais bem compreendidos na Tabela 6.

Tabela 5: Estatística descritiva da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (n = 42)
Table 5: Descriptive statistics of the Pleasure and Suffering at Work Indicator Scale (n = 42)

			Prazer Class			
			Avaliação Mais Positiva	Avaliação Moderada	Avaliação Mais Negativa	Total
Local do teletrabalho em casa	Escritório	n	23_a	1_b	0_a	24
		%	95,8%	4,2%	0,0%	100.0%
	Espaço comum da casa com outros moradores	n	12_a	5_b	1_a	18
		%	66,7%	27,8%	5,6%	100.0%
Total		n	35	6	1	42
		%	83,3%	14,3%	2,4%	100.0%

Cada letra de subscrito indica um subconjunto de Prazer Class, categorias cujas proporções da coluna não se diferem significativamente umas das outras no nível 0.05.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Conforme Dejours (2015), o trabalhador viverá o incerto e precisará lidar com o inesperado do trabalho real, que é diferente do trabalho prescrito, por isso o sofrimento será inevitável. Segundo Moraes et al. (2017), o sofrimento inicial frente ao trabalho não é considerado patogênico, pois pode gerar inclusive saúde e prazer se a organização do trabalho assim o permitir. Para os autores, essa dinâmica considera o momento, o sentimento do trabalhador frente à atividade em si, bem como a visão em relação a seus colegas, a pressão gerada por seu chefe direto e o prazo que possui para a finalização da atividade. Esse sofrimento é agravado

por sobrecargas, pressões no trabalho, condições de trabalho inadequadas, bem como pela dificuldade na dinâmica das relações, medo, violência, desvalorização e falta de reconhecimento.

A especialista de marketing, Part.22, que teve média de sofrimento moderada (3,53),

Tabela 6: Classificação do Sofrimento (EIPST) em função do local do teletrabalho em casa (n = 42)
Table 6: Classification of Suffering (EIPST) depending on the location of teleworking at home (n = 42)

			Sofrimento Class			
			Avaliação Mais Positiva	Avaliação Moderada	Avaliação Mais Negativa	Total
Local do teletrabalho em casa	Escritório	n	16_a	$8_{a,b}$	0_b	24
		%	66,7%	33,3%	0,0%	100.0%
	Espaço comum da casa com outros moradores	n	8_a	$6_{a,b}$	4_b	18
		%	44,4%	33,3%	22,2%	100.0%
Total		n	24	14	4	42
		%	57,1%	33,3%	9,5%	100.0%

Cada letra de subscrito indica um subconjunto de Prazer Class, categorias cujas proporções da coluna não se diferem significativamente umas das outras no nível 0.05.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

cujo trabalho apresenta-se como crítico, descreve situações de intimidação e coação no trabalho: "Eu acho que no teletrabalho leva um pouquinho mais de tempo para percebermos alguns posicionamentos do que levaria presencialmente, né? [...] Mas continuam os mesmos problemas do presencial, sempre tem alguém querendo dar um 'carteiraço'". Para a Part.20, a sobrecarga faz parte do seu dia a dia, pois, além de profissional, é mãe, esposa e dona de casa, no entanto sua média de sofrimento pela EIPST foi zero.

> *A nossa capacidade de ser multitarefas aumentou, hoje eu tenho que trabalhar, tenho que cuidar da casa, pensar, me organizar pra ir caminhar, então deixar tudo organizado aqui pro trabalho, só tomar banho antes de começar. Cuidado com o meu filho, que exige ainda uma mega atenção especial por ter TDHA, fazer comida, limpar a casa, cuidar do cachorro que eu inventei de ter também. Então assim, eu acho que hoje no teletrabalho eu estou muito mais polvo [...] Risos de desespero (Part.20).*

A fala dessa participante corrobora os achados do estudo sobre teletrabalho de Rosenfield e Alves (2011), que apontou para a existência de uma ambiguidade na coordenação entre trabalho e família, em que é necessário conciliar as metas da empresa com as necessidades familiares, especialmente para aqueles que têm filhos pequenos, que requerem mais atenção. Para as autoras, esse contexto pode causar uma tendência ao isolamento profissional e a desvantagens competitivas

em relação à distribuição de cargos e tarefas, especialmente quando se trabalha em casa em tempo integral.

Essa situação de sobrecarga de trabalho também ficou clara na revisão integrativa realizada por Braga, Araújo e Maciel (2019), na qual as autoras afirmam que, em todos os artigos analisados, evidenciou-se a manutenção da dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher. Nesse cenário, é possível identificar a continuidade do modelo de família patriarcal, no qual cabe às mulheres as responsabilidades domésticas.

A Part.20 também destaca que existe uma grande pressão sobre os prazos dados para a execução das atividades: "Eu acho que a preocupação com a entrega aumentou muito. A gente quer entregar para poder provar que está valendo a pena trabalhar de casa". Outra situação angustiante relatada pela entrevistada foi a relação com os colegas, que, por circunstâncias de suas atividades, não estavam trabalhando remotamente e julgavam quem estivesse. Para Dejours (2004), a aprovação de colegas e pares tem o poder de transformar o sofrimento, porém quando não há este reconhecimento o sofrimento é inevitável.

> *A maior dificuldade foi a questão de quem ficou lá, tanto no híbrido, quanto no presencial, principalmente as colegas do atendimento. Elas ficaram muito revoltadas com a nossa situação. Então a gente ouve piadinhas do tipo, conseguiu pintar o cabelo? Veio trabalhar hoje? Sabe, as brincadeiras com pitada de verdade (Part.20).*

A consultora Part.21 apresentou média de sofrimento menos negativa de 1,40 na EIPST, com um valor mais elevado na categoria esgotamento, com 2,29. Ela traz à tona a decepção de muitas vezes não poder apresentar sua identidade: "[...] eu posso ser quem eu sou? Nem sempre eu posso seguir da forma como eu gostaria". Para Chanlat (1993), a identidade é o conjunto de representações que uma pessoa possui de sua história subjetiva e suas ações estão vinculadas a seus desejos, esperanças, buscas, fantasmas e ambições. Para o autor, muitas vezes a escolha profissional está muito ligada a uma satisfação de desejo, que pode ser consciente e inconsciente.

Para a Part.28, profissional de finanças, o trabalho apresenta-se como grave na EIPST, com média de sofrimento negativa de 4,67, escore de 5,43 para o esgotamento e de 4 para a falta de reconhecimento. O seu relato também reforça a importância da identidade, que segundo Dejours e Gernet (2011), é a proteção da saúde mental e tem papel fundamental na subjetividade da transformação do sofrimento.

> *No começo do teletrabalho, perdi um pouco da minha identidade, eu olhava, buscava e não me conhecia mais. Nossa, quem é essa? [...] Mas me vejo assim, muito focada: é casa, família e o meu trabalho. Não consegui achar um espaço para mim, de lazer. Fazer uma atividade para mim, [...] é uma coisa que eu tenho uma pendência comigo sobre isso, né? Porque assim, tem dias que realmente eu fico esgotada de estar só em casa, fechada, sozinha e sem falar com as pessoas (Part.28).*

Fica claro que a Part.28 também vivenciou o isolamento do teletrabalho, além de situações de pressão do seu

gestor, que se faz onipresente digitalmente, gerando medo na profissional, inclusive de ir ao banheiro.

> *O gestor cobra muito, ele está sempre muito atento no nosso status no Teams. Então assim, ele chama. Chama do nada. Então, acaba que a gente tem certo receio [...] meu Deus, e se eu saio daqui? E ele me chama? Vai dar problema, não é? Então acaba que nem se eu quisesse não trabalhar, meu psicológico não deixa, sabe? (Part.28).*

A Part.40 também traz na sua história a pressão de ter que dar conta de tudo ao mesmo tempo, apesar de sua média de sofrimento ser menos negativa conforme a EIPST, com escore de 1.

> *No começo do teletrabalho tinha uma pressão psicológica, não só das crianças, mas também das dificuldades que tínhamos tudo para fazer. Tinha a visão que era preciso atender tudo, porque senão podia ser demitido. [...] Tu queria mostrar que estava ali trabalhando, né? Para não pensarem que tu não estava on-line (Part.40).*

Essa pressão psicológica, de acordo com Souza (2022), pode ser considerada uma violência de ordem psicológica. Para Barros (2021), procuradora da mulher no Senado, a violência contra as mulheres está presente em todos os espaços, na rua, em casa, no trabalho, inclusive no formato digital. Nesse contexto, os relatos mencionados evidenciam aspectos relacionados à sobrecarga, à desigualdade de gênero, à violência psicológica no contexto do teletrabalho, à perda da identidade, às dificuldades de relacionamento com os colegas e ao aumento das demandas de trabalho, corroborando com resultados de outros estudos realizados no Brasil no mesmo período (Giacomello et al., 2022; Passini et al., 2022; Flores et al., 2021; Giongo; Perez; Ribeiro, 2021).

c) Estratégias de enfrentamento e defensivas

A terceira categoria encontrada nas entrevistas diz respeito às estratégias de enfrentamento e defensivas. As estratégias de enfrentamento se referem à capacidade do sujeito de ressignificar o sofrimento em normalidade, utilizando-se da capacidade psíquica de pensar, reinventar, criar maneiras de fazer algo e negociar, para assim resolver os conflitos ou contradições do trabalho (Mendes, 2007). Conforme o relato da Part.28, quando o problema é tratado no grupo, ele acaba diminuindo, corroborando os debates realizados por Dejours (2015) sobre os mecanismos encontrados na coletividade para diminuir o sofrimento:

> *Nós, os coordenadores, somos bem unidos nesse sentido, porque a gente passa pelo mesmo problema. Então, acaba que a gente acaba conversando muito, né? Trocando muita ideia assim, porque querendo ou não, a gente divide o problema. Parece que ele fica um pouco mais ameno, né? (Part.28).*

A Part.40 também conta como fez para se sentir mais leve:

> *Então, a gente teve sim, momentos que a gente criou, eu te confesso que ultimamente eu estou fazendo pouco isso, de*

> *chamar alguém só por falar, mas de vez em quando eu ainda faço, conversar digitalmente sobre algo fora o trabalho, tipo conversa de corredor. Para a gente dar uma respirada, traz leveza e é bem importante (Part.40).*

Segundo os estudos de Moraes et al. (2017), a cooperação foi identificada como um recurso fundamental na dinâmica de contorno à sobrecarga e medos de trabalhadores, mesmo ela sendo difícil de ser desenvolvida nos cenários corporativos, onde o individualismo e competição estão fortemente presentes. A Part.21 compartilha a estratégia individual utilizada:

> *[...] estou fazendo terapia e conversando com meu marido. Talvez fosse só conversando com meu marido, mas como não vai adiantar, pra eu não ficar muito desequilibrada, então eu faço terapia. [...] quando algo não está legal eu monto um plano de ação, não gosto de não resolver as coisas (Part.21).*

No que se refere às estratégias defensivas, Dejours (2000) afirma que, se o sujeito consegue manter o equilíbrio psíquico numa situação de sofrimento no trabalho, é porque utiliza defesas que possibilitam controlá-lo. Segundo o autor, existem diferentes tipos de estratégias defensivas e, por suas análises, realizadas nos últimos 20 anos, elas fornecem um arcabouço de soluções que permitem que o trabalhador aceite situações em que o correto seria não as aceitar.

Para a trabalhadora Part.8, o isolamento é a forma pela qual se defende, mesmo que de forma inconsciente: “Eu acho que eu me fecho mais no teletrabalho, porque eu fico em casa e eu fico pensando, a minha cabeça está sempre pensando, não para, eu acabo me fechando, me isolando, inclusive da minha família”. Achados similares foram encontrados nos estudos de Techio, Andrade e Oliveira (2021).

Em alguns relatos também foram observadas estratégias de autoaceleração e negação diante das vivências de sofrimento. Uma trabalhadora comenta: “[...] não sinto necessidade de terapia. O dia que precisar eu vou buscar com certeza, não tenho problema nenhum quanto a isso, mas hoje não” (Part.20). Segundo Lancman e Sznelwar (2011), quando as estratégias de defesa se mostram ineficazes ou inadequadas, pode ocorrer a dissimulação do sofrimento entre os trabalhadores, impedindo-os de tomar consciência da realidade que estão vivenciando. Nesse contexto, emerge a tríade composta por sofrimento, mecanismos de defesa e alienação, os quais minam ainda mais o sofrimento e a crise de identidade.

Considerações finais

Os resultados deste estudo apontaram que as mulheres entrevistadas enfrentam uma carga significativa de responsabilidades em seus diversos papéis, mas reconhecem os benefícios da flexibilidade e da oportunidade de conviver com os filhos e familiares na modalidade do teletrabalho, como vivências prazerosas, o que é confirmado com os indicadores elevados em relação ao Prazer pela EIPST, onde 83,3% das entrevistadas consideraram seu trabalho satisfatório.

Outro fator importante e que merece aprofundamento é a relevância de se ter um local apropriado e separado dos demais cômodos familiares para realizar as atividades profissionais. Conforme

dados desta pesquisa, as mulheres que possuíam esse espaço privativo tiveram uma avaliação mais positiva no indicador de prazer da EIPST, e as que não possuíam esse espaço apresentaram maiores indicadores de sofrimento da EIPST.

Embora a conciliação das tarefas profissionais e familiares possa ser vista em um primeiro momento como uma vantagem valiosa, não devem ser ignorados os desafios enfrentados para equilibrar as responsabilidades pessoais e profissionais. O teletrabalho pode resultar em uma sobrecarga adicional, pois as fronteiras entre trabalho e vida pessoal muitas vezes se tornam invisíveis, levando a uma sensação constante de "dar conta de tudo", como uma das entrevistadas comenta: "meio polvo". Cabe alertar que a pressão pelo cumprimento de prazos, conciliação entre as demandas profissionais e familiares, o distanciamento da gestão e a falta de informações podem gerar um risco importante para o desenvolvimento de vivências de sofrimento patológicos, sem a possibilidade de transmutação.

Frente ao exposto, conclui-se que é fundamental que as empresas estejam atentas a essas demandas e busquem implementar programas que preparem a gestão nesse sentido, com estratégias eficazes para estabelecer limites claros entre trabalho e vida pessoal. Além disso, é essencial a observância dos intervalos de descansos e de uma política de teletrabalho que forneça condições adequadas de trabalho, incluindo infraestrutura. Nesse contexto, as políticas públicas em saúde do trabalhador e a garantia de direitos através da ampliação da legislação trabalhista voltada ao teletrabalho são essenciais e vitais para a saúde e dignidade laboral.

Referências

Barreiro, J. M.; Bloom, N.; Davis, S. J. (2021). *Internet access and its implications for productivity, inequality, and resilience. Cambridge*: National Bureau of Economic Research. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w29102/w29102.pdf. Acesso em: 05/12/2023.

Barros, L. (2021). *Pesquisa DataSenado de 2021*: Violência contra Mulher. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/09/violencia-contra-a-mulher-aumentou-no-ultimo-ano-revela-pesquisa-do-datasenado. Acesso em 28/05/2023.

Braga, N.; Araújo, N. de; Maciel, R. H. (2019). Condições do trabalho da mulher: Uma revisão integrativa da literatura brasileira. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 21(2). DOI: http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v21n2p232-251.

Bridi, M. A.; Bohler, F.; Zanoni, A. (2020). *Relatório técnico-científico da pesquisa (parte 1):* o trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia Covid-19. Curitiba:

Universidade Federal do Paraná, Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade.

Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos.* Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58.

Chanlat, J.-F. (ed.). (1993). *O indivíduo na organização*: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas.

Creswell, J. W.; Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa*: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso.

Debout, F. (2018). Stratégies collectives de défense contre la souffrance au travail et famille : Origine, pérennisation du genre et émancipation. *Cahiers de Psychologie Clinique*, 51(2): 79-96. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-cahiers-de-psychologie-clinique-2018-2-page-79.htm. Acesso em 14/07/2023.

Dejours, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho*: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. São Paulo: Atlas.

Dejours, C. (2000). *A banalização da injustiça social.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Dejours, C. (2008). *Trabalho, tecnologia e organização:* avaliação do trabalho submetida à prova do real. São Paulo: Blucher.

Dejours, C. (2015). *A loucura do trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez.

Dejours, C.; Gernet, I. (2011). Avaliação do trabalho e reconhecimento. In: Pedro Fernando Bendassoli e Lis Andrea Pereira Soboll (eds.). *Clínicas do trabalho* – novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas. cap. 3: 62-70.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese. (2024). *Mulheres no mercado de trabalho*: Desafios e desigualdades constantes. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf. Acesso em 09/05/2023.

Flores, D. *et al.* (2021). Pandemia de desigualdades: questões de gênero e os impactos psicossociais da Covid-19. *Revista de Psicologia da IMED,* 13(2): 108-123. DOI: http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i2.4450.

Giacomello, L. B. A. *et al.* (2022). *Teletrabalho na pandemia de Covid-19:* impactos na saúde mental de trabalhadores. Trabalho (En)Cena, 7: e022029-e022029. DOI: https://doi.org/10.20873/2526-1487e022029.

Giongo, C. R.; Perez, K. V.; Ribeiro, B. C. (2021). "Eu estou me sentindo esgotada": o trabalho de professoras e professores na pandemia Covid-19. *Revista Gestão & Saúde*, 12(2): 144-160. DOI: https://doi.org/10.26512/gs.v12i02.38766.

Góes, G. S.; Martins, F. dos S.; Nascimento, J. A. S. (2021). *Um panorama do trabalho remoto no Brasil e nos estados brasileiros durante a pandemia da Covid-19* – Texto para discussão. Brasília: IPEA. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/211020_td_27700_v2.pdf. Acesso em 05/12/2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *PNAD:* mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico. Acesso em 29/11/2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Apliaca – Ipea -. (2021). *11% dos*

trabalhadores estiveram em trabalho remoto em 2020 no Brasil. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=38263. Acesso em 05/12/2023.

Kergoat, D.; Hirata, H. (2007). Novas configurações da divisão social do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132): 595-609. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?lang=pt

Lancman, S.; Sznelwar, L. I. (eds.). (2011). *Christophe Dejours*: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Mendes, A. M. B. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho:* teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mendes, A. M. B.; Vieira, F. de O. (2014). Diálogos entre a psicodinâmica e clínica do trabalho e os estudos sobre coletivos de trabalho e práticas organizacionais. *Farol Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1): 103-143. DOI: https://doi.org/10.25113/farol.v1i1.2608.

Merlo, Á. R. C.; Mendes, A. M. B. (2009). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho,* 12(2): 141-156. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n2/a02v12n2.pdf>. Acesso em 14/07/2023.

Monteiro, J. K. *et al.* (eds.). (2017). *Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: práticas, avanços e desafios.* Curitiba: Juruá. 77-108.

Moraes, R. D. de *et al.* (2017). Expansão da psicodinâmica do trabalho no norte do Brasil. In: Monteiro, J. K. et al. (eds.). *Psicodinâmica do Trabalho no Brasil:* práticas, avanços e desafios. Curitiba: Juruá. 77-108.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2024). *A longa e sinuosa estrada rumo à igualdade de gênero*. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_916585/lang--pt/index.htm. Acesso em 01/11/2024.

Passini, E. S. *et al.* (2022) "Era imposição sem suporte": organização e condições de trabalho na educação básica durante a pandemia de Covid-19. *Trabalho & Educação*, 31(3): 146-161. DOI: https://doi.org/10.35699/2238-037X.2022.41563.

Pereira, C. P. S. (2022). Os impactos do trabalho remoto na saúde mental do trabalhador: revisão integrativa. *Repositório Universitário da Ânima (RUNA)*. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/360fc53a-23d4-4925-9f21-707ad808f4f3/download. Acesso em 05/12/2023.

Rosenfield, C. L.; Alves, D. A. (2011). Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. *Dados*, 54: 207-233, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100006.

Sakuda, L. O.; Vasconcelos, F. C. (2005). Teletrabalho: desafios e perspectivas. *Organizações & Sociedade*, 12(33): 39-49. DOI: https://doi.org/10.1590/S1984-92302005000200002.

Souza, M. S. (2022). *Aumento da violência contra a mulher na pandemia e a diminuição das denúncias*. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/58553/aumento-da-violncia-domstica-contra-a-mulher-na-pandemia-e-a-diminuio-das-denncias. Acesso em: 28/05/2023.

Techio, G.; Andrade, A. L.; Oliveira, M. Z. (2021). Conflito trabalho-família e Covid-19: estratégias, qualidade de vida e conjugalidade. *Revista Psicologia*

Organizações e Trabalho, 21(4): 1672-1680. DOI: http://dx.doi.org/10.5935/rpot/2021.4.23072.

Tribunal Superior do Trabalho – TST. 2020. *Teletrabalho.* Disponível em: https://www.tst.jus.br/documents/10157/2374827/Manual+Teletrabalho.pdf/e5486dfc-d39e-a7ea-5995-213e79e15947?t=1608041183815#e%20constituam%20como%20trabalho%20externo. Acesso em 05/12/2023.

Recebido em 10/12/2023. Aprovado em 17/12/2024.

Selo Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

O caminho do pensamento: reflexões sobre o percurso metodológico de um projeto envolvendo pessoas que vivem com HIV/AIDS

The path of thought: reflections on the methodological path of a project involving people living with HIV/AIDS

El camino del pensamiento: Reflexiones sobre el recorrido metodológico de un proyecto que involucra a personas que viven con VIH/SIDA

Rose Ferraz CARMO
rferrazcarmo@gmail.com
Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Minas Gerais.

Heliana Conceição de MOURA
heliana1000@hotmail.com
Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Minas Gerais.

Rafael Sann RIBEIRO
rafaelsannr@gmail.com
Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Minas Gerais.

Larissa Cecília dos SANTOS
larissaces7@gmail.com
Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Minas Gerais.

Carlos Magno Silva FONSECA
karlmagno@gmail.com
Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Minas Gerais.

Zélia Maria Profeta da LUZ
zelia.profeta@fiocruz.br
Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Minas Gerais.

Considerando a importância de reflexões sobre o percurso metodológico de estudos qualitativos e suas implicações no tipo de estudo, instrumentos de coleta de dados, análise e interpretações, o presente artigo apresenta e reflete sobre a metodologia utilizada no projeto Reconectando Vidas, cujo objetivo foi, em conjunto com pessoas que vivem com HIV/AIDS (PVHA), propor estratégias para fortalecer e qualificar o acolhimento nos serviços de saúde. O principal desafio metodológico do projeto foi "acessar" e "compreender" o experenciado pelos(as) participantes de um estudo que abordaria um tema que mobiliza tão intimamente a história de vida das pessoas e que ainda é tão permeado por estigmas. A metodologia envolveu diferentes espaços de participação: individuais – redação de cartas compiladas em um livro; coletivos – oficinas cujo produto foi a elaboração de estratégias para fortalecer o acolhimento às PVHA; produção de documentário com protagonistas que vivem com HIV/AIDS – procurando uma comunicação dialógica com a sociedade que avance para além do

v.61, n.1, 2025 — ARTIGO
DOI: 10.34024/csr.2025.61.1.17334

discurso biomédico normativo e controlador e que seja avessa ao estigma. A conformação da equipe do projeto com pesquisadores que vivem com HIV/AIDS representantes de movimentos sociais e atuantes em serviços de acolhimento transmitia aos participantes confiança, "nada sobre nós, sem nós" para repetir uma frase dita por eles. Reforçamos que a geração de conhecimento que visa a elaboração, implementação e execução de políticas públicas requer a participação daqueles a quem se destinam e a importância da translação do conhecimento que extrapole a circulação dos resultados apenas entre pares da academia.

Palavras-chave: Metodologia; HIV/AIDS; Participação; Saúde.

Considering the importance of reflections on the methodological path of qualitative studies and its implications on the type of study, data collection instruments, analysis and interpretations, this article presents and reflects on the methodology used in the Reconectando Vidas project, which objective was – alongside people living with HIV/AIDS (PLWHA) – to propose strategies to strengthen and qualify reception in health services. The main methodological challenge of the project was to "access" and "understand" what was experienced by the participants of a study that would address a topic that so intimately mobilizes people's life stories and that is still so permeated by stigmas. The methodology involved different spaces of participation: individual - writing letters compiled in a book; collectives – workshops which product was the development of strategies to strengthen reception for PLWHA; documentary production with protagonists living with HIV/AIDS - seeking a dialogical communication with society that goes beyond the normative and controlling biomedical discourse and is averse to stigma. The formation of the project team with researchers living with HIV/AIDS, representatives of social movements and also people working in reception services, gave the participants confidence, "nothing about us, without us" to repeat a phrase they said. We reinforce that the generation of knowledge aimed at the elaboration, implementation and execution of public policies requires the participation of those for whom they are intended and the importance of the translation of knowledge that goes beyond the circulation of results only between academic peers.

Keywords: Methodology; HIV/AIDS; Participation; Health.

Teniendo en cuenta la importancia de reflexionar sobre el recorrido metodológico de los estudios cualitativos y sus implicaciones en el diseño del estudio, en los instrumentos de recolección de datos, en el análisis y en las interpretaciones, este artículo presenta y analiza la metodología utilizada en el proyecto Reconectando Vidas, cuyo objetivo fue, junto a personas que viven con VIH/SIDA (PVHS), proponer estrategias para fortalecer y mejorar la atención en los servicios de salud. El principal desafío metodológico del proyecto fue "acceder" y "comprender" lo vivido por los participantes en un estudio que abordaría un tema tan íntimamente ligado a la historia de vida de las personas y que, además, está cargado de estigmas. La metodología abarcó distintos espacios de participación: a nivel individual, mediante la redacción de cartas que se recopilaron en un libro; a nivel colectivo, a través de talleres que culminaron en la elaboración de estrategias para fortalecer la atención a las PVHS; y mediante la producción de un documental protagonizado por personas que viven con VIH/SIDA, con el fin de establecer un diálogo con la sociedad que supere el discurso biomédico normativo y controlador y rechace el estigma. La conformación del equipo del proyecto, integrado por investigadores que viven con VIH/SIDA, representantes de movimientos sociales y profesionales que trabajan en servicios de atención, generaba en los participantes la confianza expresada en el lema "nada sobre nosotros, sin nosotros", una frase que ellos mismos utilizaban. Reafirmamos que la generación de conocimiento destinada a la

elaboración, implementación y ejecución de políticas públicas requiere la participación de los destinatarios, así como la transferencia de conocimientos que trascienda la simple circulación de resultados entre los pares de la academia.

Palabras clave: Metodología; VIH/SIDA; Participación; Salud.

Introdução

Em diferentes áreas do conhecimento, as sessões de metodologia dos artigos científicos são dedicadas, em sua maior parte, à descrição do tipo de estudo e dos instrumentos de coleta de dados utilizados para contemplar o objetivo proposto pela pesquisa.

Dessa forma, o "caminho do pensamento", para utilizar a expressão de Habermas (1987), citado por Minayo (2014) ao se referir à metodologia, raramente é apresentado como objeto de reflexão em publicações científicas, ao menos na área da Saúde Coletiva, deslocando uma construção central dos estudos qualitativos para um lugar pouco compreendido já que pouco percorrido. Como nos alerta Minayo, "é diferente pensar a metodologia de uma pesquisa de inspiração funcionalista, ou marxista, ou fenomenológica ou que utilize abordagem sistêmica" (Minayo, 2014, p. 45). É diferente e traz implicações diretas no tipo de estudo, instrumentos de coleta de dados, análise e interpretações.

Nos deparamos com os desafios da construção do caminho do pensamento ao iniciarmos um estudo com pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHA) em Belo Horizonte (BH) e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

A abordagem metodológica era certamente a qualitativa, que nos permitiria, como nos aponta Minayo (2014), compreender a lógica interna de grupos quanto a valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos, quanto a relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais e quanto a processos históricos, sociais e de implementações de políticas públicas e sociais.

Nossa investigação estava voltada para um fenômeno, "o viver com HIV/AIDS", e interessada diretamente na descrição e compreensão das experiências individuais das PVHA com esse fenômeno. Nossa pesquisa tinha, portanto, inspiração fenomenológica (Creswell, 2014).

Um desafio que se colocava era: como "acessar" e "compreender" o experenciado pelos(as) participantes em um estudo que abordaria um tema que mobiliza tão intimamente a história de vida das pessoas e que ainda é tão permeado por estigmas.

Algumas estratégias metodológicas interessantes têm sido utilizadas no intuito de enfatizar o sigilo das respostas e melhorar o que Diniz e Medeiros (2010) apontaram como fidedignidade das respostas a "questões socialmente controversas". Ao trabalhar com aborto na Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), realizada em 2010 em todo o Brasil urbano, por exemplo,

os autores utilizaram duas técnicas: urnas e questionários preenchidos pelas entrevistadas.

O objetivo do presente estudo é apresentar o percurso metodológico do projeto Reconectando Vidas, cujo objetivo foi, em conjunto com PVHA, propor estratégias para fortalecer e qualificar o acolhimento nos serviços de saúde.

Conceitos centrais para o estudo

Estigma

Goffman (2021) menciona três tipos de estigma, que ele conceitua como "uma característica diferente da que havíamos previsto": as abominações do corpo – referentes a várias deformidades físicas; as culpas de caráter individual, identificada por exemplo, como distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical; e os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos e contaminar por igual todos os membros de uma família (Goffman, 2021).

Uma questão que possivelmente poderia ser colocada no que se refere à epidemia de HIV/AIDS é se ainda hoje, no século XXI, é coerente falar em estigma.

Dados empíricos, como o Índice de Estigma em relação às PVHA, comprovam que sim. O Índice utilizado para detectar e medir mudanças de tendências em relação ao estigma e à discriminação relacionados ao HIV, a partir da perspectiva das PVHA revela, para além de outros dados igualmente cruéis, que dentre os 1.784 participantes do levantamento aplicado pela primeira vez no Brasil em 2019, 1.144 (64,1%) já sofreram alguma forma de discriminação; 1.634 (25,3%) foram assediados verbalmente por serem soropositivos(as) para HIV; 15,3% sofreram algum tipo de discriminação por parte de profissionais de saúde pelo fato de serem PVHA; 6,8% notaram que o profissional de saúde evitou contato físico ou fez comentários negativos relativos aos usuários por serem PVHA e 5,8% tiveram seu sigilo quebrado sem consentimento nos últimos 12 meses (Unaids, 2019). Com esses dados fica fácil compreender porque 1.774 (75,5%) dos(as) participantes escondiam de outras pessoas serem soropositivos(as) para HIV à época do estudo (Unaids, 2019).

Os dados revelam os três tipos de estigma nomeados por Goffman (2021): o imaginário do corpo debilitado/deformado; a culpa individual objetivada em corpos de homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas e os efeitos da interseccionalidade que potencializam o estigma e são refletidos nos índices de ocorrência do HIV/AIDS.

O estigma é abordado pelo pesquisador Luiz Cecílio em "Corpo Recusado", um forte e emocionante relato feito em formato de autobiografia. Nele, Cecílio desnuda o corpo "recusado", desde a infância, por não atender aos padrões impostos pela sociedade patriarcal e machista em que vivia (Cecílio, 2020).

Historicamente, o estigma relacionado ao HIV/AIDS segue incidindo direta e cruelmente sobre corpos soropositivos, recusando, assediando, violentando, tipificando, interditando, enclausurando, em uma tentativa de disciplinar e docilizar, para usar a genealogia de Foucault (2014). É dócil "um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (Foucault, 2014, p. 126).

Acolhimento

É fundamental que o acolhimento seja compreendido como uma dimensão do cuidado em saúde, o qual deveria conformar uma atenção à saúde humanizada, interessada na vivência do indivíduo com o adoecimento e com as práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde (Ayres, 2004), possibilitando dessa forma, o deslocamento da centralidade do encontro usuário x profissional de saúde, de uma dimensão técnica preocupada com o tratamento de uma doença ou acompanhamento clínico de uma situação de saúde, para uma dimensão relacional de escuta, compartilhamento de vivências e construção conjunta de diferentes estratégias para a melhoria da saúde.

Em um contexto epidemiológico como o do Brasil, que aponta para a permanência do HIV/AIDS como problema de saúde pública, é imprescindível o acolhimento das PVHA desde o primeiro acesso aos serviços de saúde para a testagem, de forma a contribuir para a aceitação do diagnóstico, para a assistência, para a adesão e a continuidade do tratamento, para o compartilhamento de informações sobre prevenção combinada de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e o HIV, para o resgate à autoestima, para a emancipação e o protagonismo dos pacientes.

Percurso metodológico

Retomando a questão "como 'acessar' e 'compreender' o vivido e o experenciado pelos (as) participantes em pesquisas que abordam temas que mobilizam tão intimamente a história de vida das pessoas e que ainda são tão permeados por estigmas?", abordaremos a seguir as estratégias metodológicas desenhadas para acessar e compreender o vivido e o experenciado por PVHA desde a busca pelo diagnóstico e, a partir daí, convidar essas pessoas a construir coletivamente estratégias para fortalecer e qualificar o acolhimento nos serviços de saúde.

Construção por pares

A equipe de pesquisa contou com a participação de duas PVHA, ativistas de movimentos sociais ligados à temática do HIV/AIDS. Além disso, uma das pesquisadoras atuava também na Rede de Atenção à Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte realizando o acolhimento de PVHA. Ambos participaram de forma efetiva em todas as etapas do projeto: concepção, redação, execução. É importante ressaltar que a constituição da equipe de pesquisa foi decisiva para a identificação de PVHA, o convite para participação no projeto e, sobretudo, a adesão dessas pessoas ao projeto.

O Índice de Estigma em relação às PVHA utilizou estratégia semelhante, a entrevista por pares, durante o levantamento realizado, em 2019, nas capitais brasileiras (Unaids, 2019).

Criação de espaços de expressão coletivos e individuais

Apoiados na produção da educadora Vera Maria Candau (1999), propomos a realização de oficinas pedagógicas como espaços coletivos de expressão e construção de saberes. Para a educadora, as oficinas são unidades produtivas de conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem transferidas a essa realidade a fim de transformá-la.

No entanto, para além de espaços coletivos, tínhamos a compreensão de que seria importante possibilitar outras formas

de participação e expressão de PVHA no estudo. O diagnóstico soropositivo muitas vezes não é compartilhado com ninguém, dessa forma as PVHA poderiam não ficar confortáveis em participar de espaços coletivos, ainda que resguardadas pelas questões éticas da pesquisa envolvendo seres humanos.

Dessa forma, através da técnica da cadeira vazia, que tem sua origem na Gestalt-Terapia, criamos um espaço individual de elaboração de cartas, no qual as pessoas poderiam relatar sua vivência com o HIV/AIDS desde a busca pelo diagnóstico. Segundo Vieira e Vandenberghe (2011, p. 82), considerando o contexto da psicoterapia, a cadeira vazia é descrita como uma área que "deveria ser preenchida por pessoas e objetos fantasiosos promovendo interações destes com o sujeito". Assim, ao propor a atividade da escrita das cartas, nos inspiramos nessa técnica, de forma adaptada ao contexto das cartas, na tentativa de mediar o relato das PVHA, uma vez que a carta poderia ser endereçada ao destinatário escolhido por elas de acordo com as vivências de cada uma: uma pessoa, um animal, Deus, o próprio vírus etc.

Oficinas – metáforas como expressão

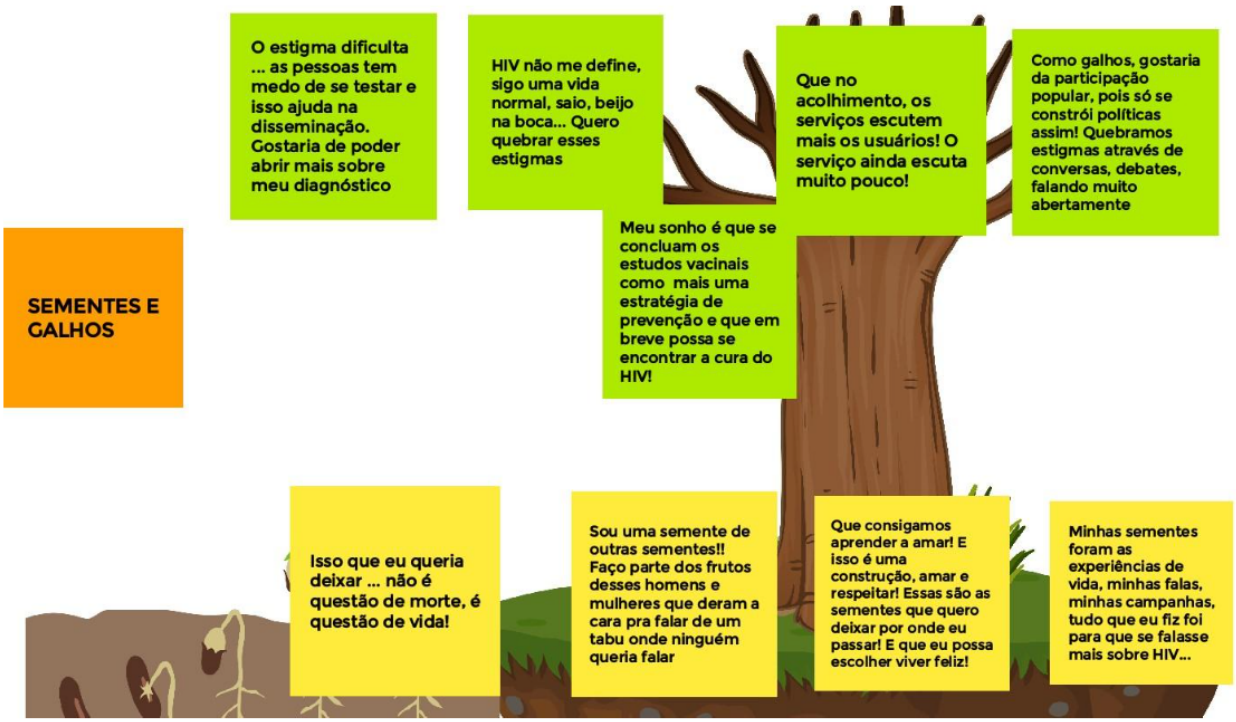
Durante as oficinas, realizadas em formato *on-line*, devido à pandemia de Covid-19, foi proposta a utilização de duas técnicas: Árvore da Vida (Paschoal; Grandesso, 2014) e Diagrama de Venn (Faria; Ferreira Neto, 2006).

A Árvore da Vida consiste em uma prática narrativa coletiva em que situações traumáticas, valores e habilidades são trabalhados a partir da figura da árvore como metáfora (Denborough, 2008). Essa técnica inaugurava as oficinas e tinha a intencionalidade de contribuir com o processo de externalização do viver com HIV/AIDS pelos(as) participantes desde a busca pelo diagnóstico. Partimos do pressuposto, apresentado por Paschoal e Grandesso (2014), de que ao construir uma metáfora é possível concretizar o entendimento de uma situação como externa a si mesmo e visualizar possíveis alternativas para ela, favorecendo, inclusive, a construção de novos significados.

Era pedido a cada participante que falasse sobre os componentes da sua árvore e a pesquisadora responsável por conduzir essa etapa da oficina registrava no *jamboard* as falas.

Cada parte da árvore representava um aspecto da vida do(a) participante: raízes representavam as tradições e origens – étnicas, religiosas, lugares de onde vem, dentre outros; solo no qual a árvore está plantada, local onde eram registradas atividades nas quais as pessoas estão envolvidas no dia a dia; tronco estimulava as pessoas a falarem sobre suas habilidades e valores; galhos, representados na Figura 1, significavam as esperanças, sonhos e desejos dos(as) participantes em relação ao seu futuro; folhas da árvore representavam as pessoas importantes na vida, sejam vivas ou mortas, ou, até mesmo, animais de estimação, personagens históricos, líderes ou outros; e frutas representavam os presentes que foram dados para a pessoa. Agregada a esta metodologia, as sementes, representadas na Figura 1, convidavam os(as) participantes a pensar no que gostariam de deixar como sua contribuição, uma espécie de transcendência. Ao final, a árvore construída era apresentada aos participantes.

Figura 1. Árvore da Vida construída durante oficinas do projeto Reconectando Vidas -setembro de 2021 a fevereiro de 2022



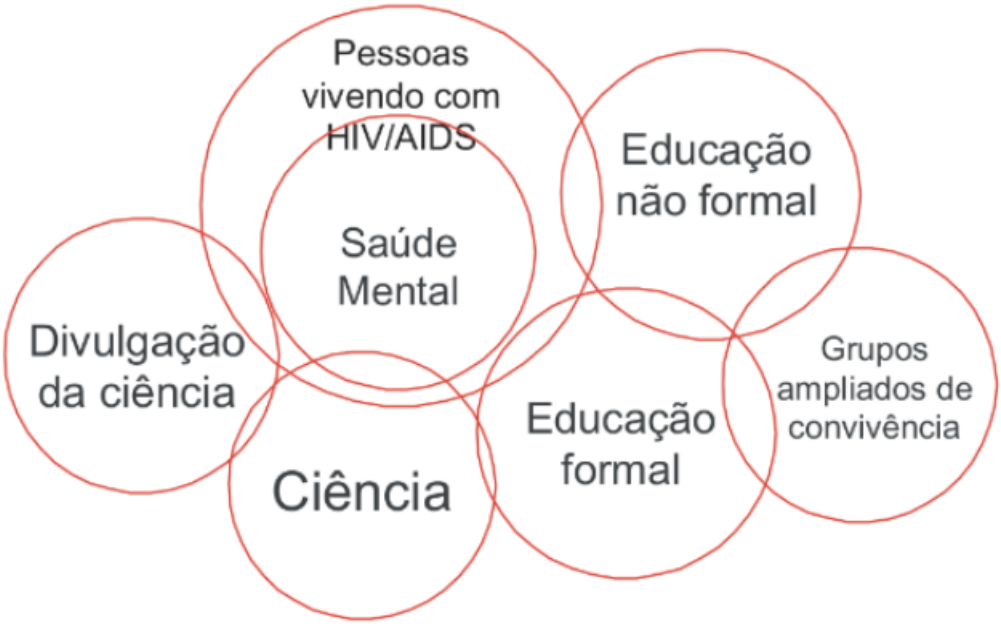
Após a construção da Árvore da Vida, os participantes da oficina eram convidados a utilizar uma ferramenta de diálogo denominada Diagrama de Venn (Faria; Ferreira Neto, 2006). Usamos a denominação "ferramenta de diálogo" como uma referência à compilação de Faria e Ferreira Neto (2006) sobre técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e a compreensão de que o acrônimo DRP pode representar, como nesse estudo, técnicas que motivam o Diálogo, a Reflexão e o Planejamento.

O Diagrama de Venn corresponde a um diagrama de círculos de diferentes tamanhos dispostos de forma a representar as relações existentes entre eles. Cada círculo representa um grupo formal ou informal da sociedade. Durante a construção do Diagrama, duas dimensões deveriam ser consideradas: (1) tamanho do círculo: referente ao poder do grupo, sua capacidade efetiva de atingir seus objetivos; (2) posicionamento do círculo: referente à relação entre diferentes grupos que compõem o Diagrama. Se os grupos são parceiros, por exemplo, são localizados próximos, podendo inclusive se sobrepor um ao outro, parcial ou integralmente. Caso os grupos possuam objetivos, concepções e/ou práticas antagônicas, diversas, devem estar localizados distantes um do outro (Faria; Ferreira Neto, 2006).

A construção do Diagrama de Venn era norteada por uma pergunta: Como a correlação de forças representada pelo Diagrama poderia contribuir para efetivação de estratégias de qualificação do acolhimento a PVHA?

Dessa forma, ao final das oficinas, além dos Diagramas construídos tínhamos também propostas de estratégias para qualificação do acolhimento a PVHA. Iniciávamos a construção do Diagrama de Venn com um círculo representando o grupo da PVHA já desenhado na tela, sinalizando a centralidade do grupo no processo metodológico da pesquisa e, mais do que isso, o nosso entendimento sobre a importância da participação das PVHA nos processos de elaboração, implementação e/ou fortalecimento das políticas públicas destinadas às PVHA.

Figura 2. Diagrama de Venn construído durante as oficinas do Projeto Reconectando Vidas - setembro de 2021 a fevereiro de 2022



Destacamos que os integrantes da equipe de pesquisa que tinham contato direto com as PVHA, seja nos movimentos sociais ou nos serviços de saúde, atuaram como relatores durante as oficinas. A condução foi realizada por outros integrantes da equipe para evitar possíveis vieses.

Durante as oficinas, seja na construção da Árvore da Vida ou do Diagrama de Venn, as metáforas permearam as narrativas dos participantes. O convite, em ambas as técnicas, levava os participantes a utilizarem essas figuras de linguagem, a Árvore da Vida de forma mais direta, sem dúvidas.

As metáforas expressaram diferentes aspectos imbricados no viver com HIV/AIDS, algumas corroboraram com as apresentadas por Sontang (2007, p. 124): “muita gente quer encarar a AIDS

metaforicamente – como uma espécie de peste, uma condenação moral da sociedade".

Cartas – catarse como expressão

Segundo relatos dos(as) participantes, a redação das cartas envolveu um processo de catarse, pois permitiu percorrer novamente a própria história, reconstruindo significados. Como nos apontam Paschoal e Grandesso (2014), as narrativas organizam a experiência vivida e, a cada relato de uma história vivida, um novo relato vai sendo possível, envolvendo o relato anterior e indo além.

As cartas foram organizadas na publicação artística "Cartas para costurar histórias", que contou com ilustrações e teve autoria de dez PVHA que concordaram em participar e utilizaram pseudônimos para assinar as cartas (Carmo et al., 2023).

Documentário – o cinema em diálogo com a saúde

Durante o desenvolvimento do projeto Reconectando Vidas, o desafio da adesão e continuidade da terapia antirretroviral (TARV) ficou evidente. Com o objetivo de reduzir a morbimortalidade e melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio da supressão viral, as TARVs reconfiguraram o cenário epidemiológico da Aids, que passa a ter características de doença crônica, em especial em países onde o acesso à terapia é garantido, como no Brasil (Brasil, 2008).

No entanto, a disponibilidade do medicamento não garante adesão e continuidade do tratamento, pois vários fatores intervenientes complexificam esses processos, entre os quais o estresse psicológico, a depressão, a presença de efeitos colaterais, o acesso aos serviços de saúde, a complexidade do regime terapêutico que requer alterações na rotina, dúvidas sobre a eficácia do medicamento (Brasil, 2010, 2017) e, de acordo com os participantes do projeto, o acolhimento desde o momento do diagnóstico (Carmo et al., 2022).

A adesão foi compreendida pela equipe do projeto Reconectando Vidas e pelos produtores do documentário como um processo colaborativo que facilita a aceitação e a integração de determinado regime terapêutico no cotidiano das pessoas em tratamento, pressupondo a sua participação nas decisões sobre ele (Brasil, 2008) configurando o cuidado compartilhado em saúde.

O documentário aborda a história de três pessoas que relatam e refletem sobre suas vivências com HIV/AIDS desde a descoberta do diagnóstico, passando pelas dificuldades de aceitação, os desafios enfrentados no atendimento nos serviços de saúde, a complexidade da adesão e continuidade do tratamento, os estigmas que atravessam a experiência do viver com o vírus, bem como as estratégias cotidianas adotadas nesse processo. Em diálogo com as histórias, o filme traz a performance de um ator que narra a experiência subjetiva da vivência com HIV/AIDS (Coelho et al., 2023).

A produção do documentário foi um caminho que a equipe de pesquisa trilhou no sentido de construir uma comunicação dialógica sobre o HIV/AIDS com a sociedade que avance para além do discurso biomédico normativo e controlador, uma comunicação que reconheça os destinatários das práticas de cuidado em saúde como seres autênticos, com necessidades, projetos

de vida e capacidades diversas, incluindo a de produção de sua própria história (Ayres, 2009).

Acreditamos que há, em cada fala/voz apresentada/representada no documentário, um posicionamento e uma intencionalidade afeitos ao cuidado, ao acolhimento, à solidariedade e que o compartilhamento do documentário em espaços diversos pode contribuir com a amplificação dessas falas e vozes e para construção de uma prática discursiva avessa ao estigma.

Considerações finais

Compreender a trajetória histórica do HIV/AIDS no Brasil, a construção de suas metáforas e estigmas ainda persistentes e determinantes, mas sobretudo a importância da atuação dos movimentos sociais para o avanço das políticas públicas de saúde relacionadas ao HIV/AIDS, foi um processo fundamental para a elaboração do desenho metodológico do estudo.

O (re)conhecimento do estigma vivenciado pelas PVHA e dos elevados índices de pessoas que não revelam a sorologia, por exemplo, foi fundamental para pensarmos espaços individuais de participação.

Consideramos a construção por pares o "padrão ouro" do estudo. A possibilidade de ter na equipe do projeto pesquisadores representantes de movimentos sociais envolvidos com a temática do HIV/AIDS, vivendo com HIV/AIDS e atuantes em serviços de acolhimento transmitia aos participantes confiança, "nada sobre nós, sem nós" para repetir uma frase repetida por eles.

Nesse sentido, reforçamos aqui nosso entendimento de que a geração de conhecimento que visa a elaboração, implementação e execução de políticas públicas requer a participação daqueles a quem se destinam. Compreendemos, também, a importância de que os resultados de pesquisas sejam apresentados em diferentes formatos, permitindo a translação do conhecimento que extrapole a circulação apenas entre pares da academia. Podemos concluir que o esforço empreendido pela equipe de pesquisa para contemplar o desafio metodológico apresentado durante a concepção do projeto Reconectando Vidas, resultou em quatro produtos que certamente circularão em diferentes espaços de vida, trabalho e reflexão/construção de saberes: um artigo publicado com os resultados das oficinas (Carmo et al., 2022), o livro "Cartas para Costurar Histórias" (Carmo et al., 2023), o documentário "Sobrevhivências" e um capítulo de livro que aborda a interlocução entre cinema e saúde trazendo a experiência de produção do documentário (Coelho et al., 2023).

Uma limitação do estudo foi não inserir trabalhadores(as) da saúde que atuam diretamente no cuidado de PVHA. Esse movimento fundamental de ressignificar o encontro entre trabalhadores(as) da saúde e pessoas vivendo com HIV/AIDS, será objeto de estudo da próxima fase do projeto Reconectando Vidas.

Referências

Ayres, J. R. C. M. (2004). O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 13 (3), 16-29. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300003.

Ayres, J. R. C. M. (2009). *Cuidado*: trabalho e interação nas práticas de saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: CEPESC- IMS-UERJ-ABRASCO.

Brasil. Ministério da Saúde (2008). Manual de adesão ao tratamento para pessoas vivendo com HIV e aids. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Brasília, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. (2010). *Adesão ao tratamento antirretroviral no Brasil*: coletânea de estudos do projeto ATAR. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites virais. Brasília.

Brasil. Ministério da Saúde. (2017). *Cuidado integral a pessoas que vivem com HIV pela atenção básica*. Manual para equipe multiprofissional. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Brasília.

Candau, V. M. (1999). *Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos*. Rio de Janeiro: Novameria/PUC-Rio, Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta trabalho.pdf. Acesso em 18/06/2021.

Carmo, R. F.; Moura, H. C.; Ribeiro, R. S.; Santos, L. C.; Fonseca, C. M. S.; Luz, Z. M. P. (2022). Reconectando vidas: práticas de cuidado em saúde sob o olhar de pessoas vivendo com HIV/Aids. *Saúde em Debate*, 46 (135), 1107-1122. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-1104202213511.

Carmo, R. F.; Moura, H. C.; Ribeiro, R. S.; Santos, L. C.; Fonseca, C. M. S.; Luz, Z. M. P. (Org.). (2023). *Cartas para costurar histórias*. Belo Horizonte: Rede de Bibliotecas da Fiocruz. Biblioteca do IRR.

Cecílio, L. C. O. (2020). *O corpo recusado.* São Paulo: Hucitec.

Coelho, P.; Carmo, R. F.; Oliveira, R. L.; Luz, Z. M. P. (2023). Saúde pelas lentes do cinema: a produção de um documentário sobre HIV/AIDS. *In:* Breder, D.; Fonseca, M. J. S. F. *Políticas e poéticas audiovisuais-diálogos sobre cinema e educação*. 1 ed. Curitiba: Appris, 175-191.

Creswell, J. W. (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa* - escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso.

Denborough, D. (2008). *Práticas narrativas coletivas*: trabalhando com indivíduos, grupos e comunidades que vivenciaram traumas. Adelaide: Dulwich Centre Publications.

Diniz, D.; Medeiros, M. (2010). Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (supl. 1), 959-966. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700002.

Faria, A. A. C.; Ferreira Neto, P. S. (2006). *Ferramentas de diálogo*. Qualificando o uso das técnicas de DRP Diagnóstico Rural Participativo. Brasília: MMA-IEB.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir* - nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes.

Goffman, E. (2021). *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC.

Minayo, M. C. de S. (2014). *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec.

Paschoal, V. N.; Grandesso, M. (2014). O uso de metáforas em terapia narrativa: facilitando a construção de novos significados. *Nova Perspectiva Sistêmica,* 48, 24-43.

SontagONTAG, S. (2007). *Doença como metáfora.* AIDS e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras.

Unaids. (2019). *Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/ AIDS- Brasil.* 2019. Sumário Executivo. Disponível em: https://unaids.org.br/indice-estigma/. Acesso em 21/02/2021.

Vieira, E. D.; Vandenberghe, L. (2011). Reflexões sobre Gestalt-terapia e psicodrama a partir do movimento de integração em psicoterapia. *Revista da Abordagem Gestáltica,* 8 (1), 75-84.

Recebido em 08/01/2024. Aprovado em 08/10/2024.

Selo Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A centralidade do Brasil nas ciências sociais francesas

The Centrality of Brazil in French Social Sciences

La Centralidad de Brasil en las Ciencias Sociales Francesas

Jéssica RONCONI

jessica.ronconi@ehess.fr
Doutoranda do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo.

Esta resenha tem como objetivo apresentar o livro Termos de Troca: intelectuais brasileiros e as ciências sociais francesas de Ian Merkel, publicado em português em 2023. O autor se interessa pelo papel que o Brasil desempenhou no desenvolvimento das ciências sociais francesas, centrando-se nos intercâmbios entre intelectuais brasileiros e franceses. Ao analisar as trajetórias acadêmicas e os projetos intelectuais de Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Pierre Monbeig e Roger Bastide – intelectuais que, após uma estadia mais ou menos longa em território brasileiro, ocuparam postos de destaque em instituições de pesquisa na França –, Merkel demonstra como o Brasil representou uma oportunidade para que eles explorassem novos métodos e novas teorias nas ciências sociais. Além disso, o autor evidencia que essa experiência no exterior contribuiu, ainda que desigualmente, para o avanço das carreiras desses intelectuais franceses após o retorno à Europa.

Palavras-chave: Intercâmbios Intelectuais, Trajetórias Acadêmicas, Ciências Sociais Francesas, Brasil.

This review aims to present the book Terms of Exchange: Brazilian Intellectuals and the French Social Sciences by Ian Merkel, published in Portuguese in 2023. The author is interested in the role played by Brazil in the development of French social sciences, focusing on the exchanges between Brazilian and French intellectuals. By analyzing the academic trajectories and intellectual projects of Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, and Roger Bastide – intellectuals who, after being in Brazil, went on to hold prominent positions in French research institutions –

DOI: 10.34024/csr.2025.61.1.19816

Merkel demonstrates how Brazil provided an opportunity for them to explore new methods and theories in social sciences. Additionally, the author highlights that this experience abroad, albeit unevenly, contributed to the advancement of these French intellectuals' careers upon their return to Europe.

Keywords: Intellectual Exchanges, Academic Trajectories, French Social Sciences, Brazil.

Esta reseña tiene como objetivo presentar el libro Términos de Intercambio: Intelectuales Brasileños y las Ciencias Sociales Francesas de Ian Merkel, publicado en portugués en 2023. El autor se interesa por el papel que Brasil desempeñó en el desarrollo de las ciencias sociales francesas, centrándose en los intercambios entre intelectuales brasileños y franceses. Al analizar las trayectorias académicas y los proyectos intelectuales de Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Pierre Monbeig y Roger Bastide – intelectuales que, tras una estancia más o menos prolongada en Brasil, llegaron a ocupar posiciones destacadas en instituciones de investigación en Francia –, Merkel muestra cómo Brasil representó una oportunidad para que exploraran nuevos métodos y teorías en las ciencias sociales. Además, el autor resalta que esta experiencia en el extranjero contribuyó, aunque de manera desigual, al avance de las carreras de estos intelectuales franceses tras su regreso a Europa.

Palabras clave: Intercambios Intelectuales, Trayectorias Académicas, Ciencias Sociales Francesas, Brasil.

O livro intitulado T*ermos de Troca: intelectuais brasileiros e as ciências sociais francesas*, do historiador Ian Merkel, aborda um tema já muito trabalhado nas ciências sociais brasileiras, qual seja, a vinda de pesquisadores franceses ao Brasil no contexto de fundação de universidades nacionais. No entanto, o livro propõe uma perspectiva alternativa dos termos de troca entre os dois países, ao enfatizar não o papel da França na consolidação das ciências sociais brasileiras, mas a centralidade do Brasil e dos brasileiros no desenvolvimento das ciências sociais francesas. Para tanto, o autor empreendeu um trabalho de arquivo no Brasil, na França e nos Estados Unidos, centrando-se em quatro figuras emblemáticas: o antropólogo Claude Lévi-Strauss, o historiador Fernand Braudel, o geógrafo Pierre Monbeig e o sociólogo Roger Bastide. Dividido em seis capítulos, o livro apresenta o papel que o Brasil teria desempenhado nas trajetórias acadêmicas e na produção intelectual desses pesquisadores, debruçando-se sobre as parcerias, oposições e aproximações no que tange às suas metodologias, às estratégias de carreira e às posições que eles viriam a ocupar no campo universitário francês.

Lévi-Strauss, Monbeig e Braudel, que chegaram no ano seguinte à fundação da Universidade de São Paulo, em 1935, buscavam se afastar tanto da sociologia durkheimiana quanto das humanidades clássicas e da filosofia social triunfantes

na França. No caso da geografia de Monbeig, isso significaria um currículo não mais centrado nos conhecimentos gerais, mas nas questões empíricas do espaço paulistano, expandindo, desse modo, sua pesquisa sobre a geografia humana. Na sociologia cultural, Lévi-Strauss, até então professor agrégé em Filosofia, aliou-se aos colegas franceses em São Paulo e se aproximou da antropologia norte-americana, notadamente de Franz Boas, afastando-se dos "fatos sociais" em prol da expressão cultural e da linguagem por meio da pesquisa empírica. No que tange à história de Braudel, que nunca tomou o país como objeto de estudo, sua análise contestava a universalidade da teoria social e defendia a história enquanto ciência unificadora das ciências sociais.

Chegando ao Brasil, eles eram celebridades retratadas em *O Estado de S. Paulo*, ficavam hospedados em hotéis luxuosos no centro da cidade e depois se mudavam para os bairros dos Jardins, onde desfrutavam dos serviços de trabalhadores domésticos e de motoristas. Enquanto representantes da França, a viagem ao Brasil lhes concedeu prestígio e autoridade permitindo-lhes conhecer intelectuais, artistas e políticos burgueses. Além de experenciarem uma ascensão social que não teriam conhecido na França naquele momento de suas carreiras, o fato de a USP ser uma universidade inteiramente nova e que ambicionava fundar uma abordagem nacional permitiu com que Lévi-Strauss, Braudel e Monbeig conhecessem uma liberdade acadêmica e intelectual excepcional. Mesmo que este não tenha sido o cenário encontrado por Bastide, que integrava uma universidade institucionalizada ao ser convocado para substituir Lévi-Strauss, já sob o regime do Estado Novo, é possível dizer que esses quatro jovens professores franceses tinham condições de trabalho privilegiadas na universidade paulista.

A inserção privilegiada desses estrangeiros tanto do ponto de vista social quanto intelectual se refletiu no trabalho de campo que eles desenvolveram no Brasil. A leitura das obras dos brasileiros e a interlocução com intelectuais e autoridades nacionais altamente qualificados e influentes possibilitaram aos franceses viajar pelo interior do país. O estudo sobre a expansão paulista de Monbeig, por exemplo, foi facilitado pelo acesso a documentos das propriedades de terra e do transporte de mercadorias fornecidos pelos seus interlocutores brasileiros. Suas excursões pelo interior paulista foram ancoradas pela crença de que São Paulo seria a locomotiva do país, com a exaltação da figura do bandeirante e inspiração em uma bibliografia norte-americana que o levou a trabalhar a noção de fronteira móvel no avanço de São Paulo para o interior do Brasil. Ele e Lévi-Strauss se tornariam amigos durante as viagens que faziam no país, e a convivência e afinidade intelectual entre eles resultariam em laços de solidariedade mantidos após o retorno à França.

Com vistas a tornar-se um etnólogo, Lévi-Strauss se interessou pelas comunidades nativas que pudessem ser consideradas as mais primitivas e se beneficiou da comunidade paulistana que o acolheu e o financiou em seu projeto. Segundo o autor, o campo junto aos bororós teria sido central para sua virada etnológica e reflexão sobre as trocas e laços de parentesco que viriam a ser trabalhados em As estruturas elementares do parentesco. Esse trabalho sobre os indígenas brasileiros lhe rendeu

um artigo resenhado por Monbeig, apreciado tanto na França quanto nos Estados Unidos, onde posteriormente ele seria contratado. Se o Brasil foi importante em sua trajetória, os Estados Unidos foram tanto ou mais influentes em sua antropologia, pois valendo-se da familiaridade com a antropologia americana empírica e com a formação francesa com pretensão à universalidade, ele pôde, em um momento de desvalorização das instituições francesas, tomar o parentesco enquanto campo e desenvolver uma teoria sistemática, não localizada, para além do estudo de um caso em específico.

No que concerne a Braudel, ele foi o que menos se envolveu com o Brasil, voltando sempre que possível para a Europa e levando os arquivos europeus para o desenvolvimento de seu trabalho em terras brasileiras. Ele fazia uma distinção entre o Brasil civilizado e o sertão primitivo, também embebido pelo mito dos bandeirantes e da esperança da modernidade e progresso paulista. Para ele, o norte e nordeste do país remetiam a uma velha Europa, de modo que seria possível entender como funcionavam as cidades portuárias do mediterrâneo, como Gênova e Veneza, a partir de Salvador. Assim como os demais, Braudel aproveitou sua estadia no Brasil para se inserir nas redes de relações transatlânticas, uma vez que foi em uma dessas viagens a bordo entre os dois continentes que ele conheceu e passou semanas dialogando com seu futuro orientador, o historiador Lucien Febvre.

Sendo o professor que menos viajou e que ficou mais tempo no Brasil, Bastide mergulhou na literatura e nas obras de intelectuais brasileiros, reconhecendo no trabalho de seus pares o desenvolvimento de metodologias próprias e nacionais. O interesse de Bastide centrava-se nas religiões afro-brasileiras e na política racial na vida cotidiana e sua pesquisa sobre o misticismo enfatizava os agentes para a compreensão da transmissão cultural e do preconceito racial. Integrando psicanálise à sociologia, ele buscava entender os negros enquanto objeto e sujeito de suas culturas, destacando o que havia de brasileiro na cultura afro-brasileira.

Além do período dos professores franceses no Brasil e do desdobramento dessa vivência em suas obras, Merkel analisa a importância das redes ali criadas para alavancar a carreira desses intelectuais franceses no período do pós-guerra e favorecer sua inserção na França: o desafio do grupo era reconverter a experiência internacional no contexto intelectual francês. Ao final da guerra, Braudel reassumiu seu posto na 5ª seção da École Pratique des Hautes Études; Lévi-Srauss permaneceu algum tempo ainda em Nova Iorque como conselheiro cultural; Monbeig se tornou professor de geografia colonial em Estrasburgo e Bastide seguiu na Universidade de São Paulo até 1954. Na década de 1960, todos os personagens franceses dessa história já haviam retornado à França e ocupavam posições centrais nas ciências sociais francesas. As redes desses pesquisadores franceses se consolidaram sobretudo na 6ª seção da École Pratique des Hautes Études, no Musée de l'Homme, e na revista dos *Annales*. Se no Musée de l'Homme foi criado um centro de estudos chamado Institut Français des Hautes Études Brésiliennes, na 6ª seção da École Pratique havia um polo institucionalizado de pesquisa sobre a América Latina, o que se refletia nos Annales, onde foram publicadas resenhas sobre as obras de Freyre e de Caio Prado Jr.

A partir da leitura de Termos de Troca vemos que o Brasil representou uma possibilidade de exploração de novos métodos para as ciências sociais francesas, de criação de novas instituições no universo intelectual francês e de construção das carreiras desses intelectuais franceses que ali atuaram. Se o argumento principal do autor consiste na centralidade do Brasil e dos brasileiros nas ciências sociais francesas, o livro vai além do próprio argumento ao incluir os Estados Unidos nessa equação, discutindo as relações estabelecidas e as posições ocupadas no Brasil, nos Estados Unidos e na França no contexto geopolítico e intelectual do momento histórico analisado. Acompanhando de perto as trajetórias dos pesquisadores franceses que aqui estiveram, Ian Merkel produz, assim, uma grande contribuição às abordagens transnacionais das circulações de ideias e de intelectuais.

Referências

Merkel, I. (2023). *Termos de Troca*: intelectuais brasileiros e as ciências sociais francesas. 1. ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 384 p.

Recebido em 10/12/2024. Aprovado em 18/12/2024.

Selo Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.